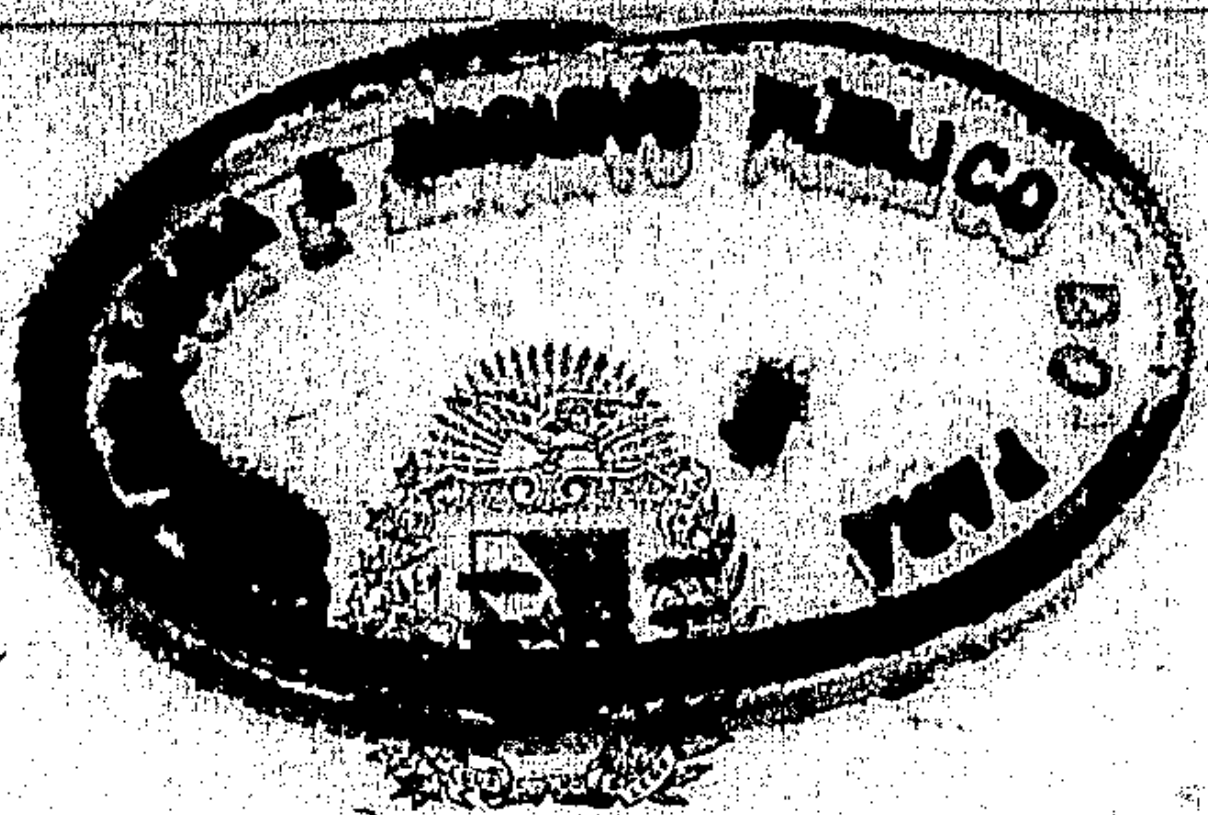




ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO XLV — 66.º DA REPÚBLICA — N. 18.011

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1955

DECRETO N. 1.865 — DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

Cria um Comissariado de Polícia em "Santa Quitéria", no Município de Chaves.

O Governador do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o art. 42, item I, da Constituição Política Estadual e tendo em vista a conveniência do serviço público,

DECRETA:

Art. 1.º Fica criado um Comissariado de Polícia em "Santa Quitéria", no Município de Chaves, com os seguintes limites e respectiva jurisdição — começa na foz do igarapé "Cachoeira", costa acima até a foz do igarapé "Das Canoas", tendo o rio Amazonas por limite pela frente e o rio Cururú pelos fundos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Governador do Estado, em exercício.

Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

PORTARIA N. 199 — DE 17 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

Nomear para compor o Conselho Escolar do Município de Santo Antônio do Tauá, os seguintes cidadãos: Reinaldo Pereira do Lago, presidente.

Aldeciades de Farias Dantas, secretário.

Leoneide Targino Barreto, membro.

Percília Milhomens de Azevedo, membro.

Manoel Jardim Cardoso, membro.

Registre-se, dê-se ciência e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Governador do Estado, em exercício.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

DECRETO DE 3 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado:

resolve tornar sem efeito o ato de 11 de agosto findo, que dispensou Pedro Paulo Modesto da função de comissário de polícia em Boa Vista de Itirileua, sede do município do mesmo nome, voltando, por isso, o mesmo ao exercício da aludida função.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 3 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício.

Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO DE 19 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve nomear Leticiano Reis Cavaleiro para exercer a função gratificada, classe C, de Delegado Especial no Município de Tomé-Açu.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 19 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve nomear Bartholomeu Ruy Secco Gernaque para exercer a função de comissário de polícia em Santa Quitéria, Município de Chaves; Comissariado criado pelo Decreto n. 1.865, de hoje datado.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 59, da Lei n. 761, de 8 de março de 1954, João Paulo da Costa para exercer o cargo de 1.º Suplente de Pretor em Jussareteua, Município da Vigia, Distrito Judiciário da Comarca do mesmo nome.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o art. 59, da Lei n. 761, de 8 de março de 1954, Roselino Pereira dos Santos para exercer o cargo de 2.º Suplente de Pretor em Jussareteua, Município da Vigia, Distrito Judiciário da Comarca do mesmo nome, vago por falecimento de Ernestino Augusto Gurjão.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955. EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve tornar sem efeito o ato de 2 de agosto do corrente ano, que nomeou Roselino Pereira dos Santos para exercer o cargo de 2.º Suplente de Pretor em Jus-

sareteua, Município da Vigia, Distrito Judiciário da Comarca do mesmo nome, em virtude de o mesmo não ter assumido o exercício do cargo em tempo legal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955.

EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Despachos proferidos pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, em exercício. Em 13/9/55

Petições: 0936 — Luiz Vieira Belém, adjunto de promotor, em Bragança, pedindo aposentadoria — Deferido.

0942 — Antonio Alves Rodrigues, guarda civil, solicitando equiparação aos funcionários públicos — Deferido.

0943 — Darci Marques de Sousa, guarda civil, pedindo licença especial — Deferido.

0856 — Adonias Marques dos Santos, escrivão, na Capital, pedindo efetividade — Deferido.

0960 — Dioclecio Vitor da Silva, guarda civil, pedindo equiparação aos funcionários estaduais — Deferido, conforme parecer do D. P.

Em 14/9/55

Ofícios: N. 14, do Educandário Monteiro Lobato, encaminhando certidão para contagem de tempo de serviço de Carlos Alberto Coelho Reis — Deferido, conforme parecer do D. P.

N. 130, da Polícia Militar, sobre proposta de reforma do 2.º sargento enfermeiro, Francisco Rodrigues de Lima — Deferido, por ter amparo legal.

Sin, da Prefeitura Municipal de Bonito, tratando do orçamento do mesmo município — De acordo. Aprovo a proposta.

N. 016, da Prefeitura Municipal de São Manoel de Jamubá, sobre a proposta orçamentária do município — De acordo. Aprovo com as modificações propostas pelo D. A. M.

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário do Interior e Justiça. Em 17/9/55

Petições: 01031 — Artemis Leite da Silva, ocupante do cargo de Assistente Judiciário, lotado na A. J. C., pagamento de vencimentos

DECRETO DE 20 DE SETEMBRO DE 1955

O Governador do Estado: resolve tornar sem efeito o ato de 2 de agosto do corrente ano, que nomeou João Paulo da Costa para exercer o cargo de 1.º Suplente de Pretor em Jussareteua, Município da Vigia, Distrito Judiciário da Comarca do mesmo nome, em virtude de o mesmo não ter assumido o exercício do cargo em tempo legal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 20 de setembro de 1955.

EDWARD CATTETE PINHEIRO, Gov. do Estado, em exercício. Arthur Cláudio Mello, Secretário de Estado do Interior e Justiça.

A parecer do D. P. 01032 — Olívia de Almeida Franco, contabilista, com exercício no Depósito Público da Capital, pedindo o pagamento de adicionais — Ao D. P., para relacionar.

01033 — Antonio de Oliveira, funcionário, lotado no D. E. S. P., pedindo o pagamento de adicionais — Ao D. P., para relacionar.

01034 — Edgar Guimarães Barros, investigador, lotado no DESP, pedindo o pagamento de adicionais — Ao D. P., para relacionar.

Ofícios:

N. 1819, da Secretaria de Educação e Cultura, sobre a criação de um cargo de carreira de Auxiliar de Escritório — Esta Secretaria nada opõe à solicitação pela remessa de mensagem ao Poder Legislativo, solicitando a criação do cargo — Volte ao Gabinete.

N. 1.569, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, remetendo cópia do telegrama do Prefeito de Marabá, pedindo providências — Oficie-se ao T. R. E., informando ter sido determinado a ida ao local os fatos e responsabilidades.

N. 1.605, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, remetendo cópia de uma representação feita pelo P. T. B. — a) Ao D. E. S. P., para providenciar urgentemente a retirada das faixas referidas na representação retro. b) Dê-se ciência dessa providência ao T. R. E.

N. 1624, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, remetendo cópia do telegrama do dr. Juiz Eleitoral da 31.ª Zona, em Maracanã, pedindo providências — a) Ao D. E. S. P., para determinar urgentemente a autoridade policial de Santarém Novo que garanta a propaganda eleitoral de qualquer partido, sob pena de ser responsabilizada. b) Dê-se ciência ao T. R. E. dessa providência.

N. 1624, do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, remetendo cópia do telegrama de José

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Governador do Estado:

General de Exército ALEXANDRE ZACARIAS
DE ASSUMPÇÃO

Secretário do Interior e Justiça:

Dr. ARTHUR CLAUDIO MELO

Secretário de Finanças:

Dr. J. J. ABEN-ATHAR

Secretário de Saúde Pública:

Dr. HERMINIO PESSOA

Secretário de Obras, Terras e Viação:

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura:

Dr. ACHILLES LIMA

Secretário de Produção:

Sr. AUGUSTO CORRÊA

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 15 horas, exceto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

As reclamações pertinentes à matéria retratada, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas após a saída dos órgãos oficiais.

Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

A matéria paga será recebida das 8 às 15,30 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

Excetadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de validade de suas

IMPRESA OFICIAL
DO ESTADO DO PARÁ
EXPEDIENTE

Rua do Una, 32 — Telefone, 3262

PEDRO DA SILVA SANTOS
Diretor GeralArmando Braga Pereira
Redator-chefe:

Assinaturas

Belém:

Anual	230,00
Semestral	140,00
Número avulso	1,00
Numero atrasado, por ano	1,50

Estados e Municípios:	
Anual	300,00
Semestral	150,00

Exterior:

Anual	400,00
-------------	--------

Publicidade:

1 Página de contabilidade, por 1 vez ..	600,00
Página, por 1 vez ..	600,00
1/2 Página, por 1 vez ..	300,00
Centímetros de colunas:	
Por vez	6,00

dade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço, não impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar selução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Reparações Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 22 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescido de Cr\$ 1,00 ao ano.

Curcio, Arzêvedo, Marabá — a) Ao D. E. S. P. para determinar urgentemente a delegacia de São João do Araguaia que garanta a realização de comícios e propaganda política de qualquer partidos, sob pena de responsabilidade. b) De-se ciência dessa providência ao T. R. E.

— N. 723, do Departamento Estadual de Segurança Pública, remetendo os mapas e segundas vias dos passaportes para nacionais e estrangeiros expedidos pelo S. I. C., do D. E. S. P., durante os meses de maio e agosto do ano em curso — Faça-se o expediente.

SECRETARIA DE ESTADO
DE FINANÇASDEPARTAMENTO
DE
RECETTA

Expediente despachado pelo Sr. Diretor do Departamento de Receita.

Em 20/3/55.

Processos:

N. 5670, de Marques Pinto Exportação S/A — A Secção, para lavrar o termo de responsabilidade.

N. 5671, da S/A White Martins — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 5672, da Fábrica de Gêlo S. Pedro Ltda. — A Secção Mecanizada, para atender.

N. 5667, de José Costa — A Secção de Fiscalização.

N. 5669, da Empresa Exportadora Paraense Ltda. — A

la. Secção, para processar a transferência, na forma da lei.

Sin. do Sr. Edgar Chaves sobre a firma Haber & Cia. —

A Secção de Fiscalização, para aguardar o pagamento do imposto dentro do prazo regulamentar.

N. 5543, de José Jacob Chamma & Filhos — A Secção

de Fiscalização, para notificar a firma a recolher o imposto correspondente à importância de

Cr\$ 581.908,40, acrescido da mora regulamentar.

N. 5004, de R. Fernandez & Cia. — Considerando as razões

do pedido com base na inscrição das filiais não comprovada

no ato do pagamento do imposto, considerando que está sanada a

falta que motivou a repetição da cobrança do imposto, conforme

os talões em anexo, Julgo procedente a restituição da importância

de cinco mil setecentos vinte e cinco cruzeiros e cinquenta

centavos (Cr\$ 5.725,50) que autorizo, sujeita a revisão de cálculo — A Contadoria para pro-

cesso.

N. 5547, de M. d'Oliveira & Cia. — A consideração do Serviço

de Mecanização para a retificação que couber e devolver a novo despacho.

N. 5373, de Alves & Darwich — Não havendo inter-

venção do requerente do despacho da mercadoria devolvida, nada há que deferir.

N. 5537, de R. P. Braga — Ao Serviço de Mecanização, para a retificação relativa às Estatísticas 2802 e 2804 e discriminação dos gêneros despachados no Posto Fiscal do Entroncamento pelos talões relacionados à fls. 3.

N. 5679, de São José de Ribamar Industrial Ltda. — Junte-se ao boletim da Secção Mecanizada.

N. 5677, de Steiner & Cia. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 5676, de Massoud & Cia. — A Secção de Fiscalização.

N. 3863, de R. Mendes & Cia. — A Secção Mecanizada,

para dar baixa no fichário da requerente à vista dos documentos juntos.

N. 5679, da Shell Brazil Ltda. — Dada baixa no manifesto geral, verificado, entregue-se.

N. 5478, de Manoel Pedro — Madeiras da Amazônia S/A — Retorne à 3a. Secção,

para informar qual o ramo de negócio da firma.

N. 5673, de J. Pereira — A Secção de Fiscalização.

Ns. 5674 e 5675, de J. Nogueira & Cia. — A Secção Mecanizada, para dar baixa na estatística, à vista do atestado de

condenação da mercadoria.

N. 1871, da Secretaria de Estado de Educação e Cultura — A Secção e a Contadoria, para

os devidos fins.

N. 5626, de Armenio Dourado & Cia. — A Secção de Fiscalização, para exame e informação.

N. 5530, de Francisco F. Lima — Retorne à Secção de

Fiscalização, para que o fiscal do distrito discrimine as mercadorias ou gêneros procedentes do

interior com referência, se possível aos números dos talões correspondentes ao valor mercantil de Cr\$ 39.715,00, consignado do

boletim de engerramento.

N. 227, do Serviço de Mecanização — Diferença — Lima

Irmão & Cia. — Aguardem-se os documentos solicitados até 60

dias da data do presente despacho. Findo este prazo, devolva-

se o processo para os ulteriores de direito. A Secção de Fiscalização.

DEPARTAMENTO DE DESPESA

TESOURARIA

Saldo do dia 20/9/55	99.409,00
Renda do dia 21/9/55	953.139,20
Suprimento à tesouraria	1.200.000,00
Recolhimentos e descontos	49.919,80

SOMA	2.202.468,00
Pagamentos efetuados no dia 21/9/55	2.094.812,80

Saldo para o dia 22/9/55	107.655,20
--------------------------------	------------

DEMONSTRAÇÃO DO SALDO

Em dinheiro	62.753,10
Em documentos	44.902,10
TOTAL	107.655,20

Belém (Pará), 21 de setembro de 1955. — Visto: João Bento, diretor do Departamento de Despesa. — Eusebio Cardoso, tesoureiro.

PAGAMENTOS

O Departamento de Despesa da S. E. F., pagará amanhã (22 de setembro de 1955), das 8 às 11 horas, o seguinte:

Custeios:
Repatrição Criminal, Imprensa Oficial, Departamento Estadual de Segurança Pública e Secretaria de Estado de Produção.

Subvenções, contribuições e auxílios:

Colégio Santa Catarina de Lavouré, Dispensário S. Vicente de Paula, Preventório dos Filhos de Tuberculosos, Instituto Ofir Loiola, Santa Casa de Misericórdia do Pará, e Banco de Sangue da S. Casa de Misericórdia do Pará.

Depósitos diversos:

Rubens de Aguiar Pereira, Ramiro Vieira Freire, Raymundo de Sousa Rabelo, Raymundo José Corrêa, Raymundo Pedro da Costa, Sebastião Severino da Silva, Raymundo Sousa, Terezinha Maria, Maurício Lobo Negro, Maria de Nazaré Bonfim, Abílio Novais Coutinho, Inácio de Azevedo Rocha.

Diversos:

Pedro Gonçalves da Silva, Igreja N. S. das Vitórias, Olavo Rocha, Adonisa Marques da Silva, Manoel da Silva Pereira, Manoel M. Costa, & Filho, Departamento Municipal de Força e Luz, H. Barra, Serviço de Navegação do Estado, Associação Paraense dos Servidores Públicos, Polícia Militar do Estado, Manoel Martins Tona e Clenes Nogueira Pereira.

NOTA

Os que deixarem de comparecer nesta data só serão atendidos quando novamente chamados.

AVISO

Avisamos aos Pensionistas do Montepio dos Funcionários Públicos do Estado que, em caráter excepcional e atendendo às proximidades dos festejos de N. S. de Nazaré, o pagamento referente ao mês de setembro, será efetuado a partir de 28 do corrente, em grupos de 200 cartões, diariamente, ao invés de 100 cartões como vinha sendo feito.

propostas que estão de pleno Acôrdo com as cláusulas constantes do presente Edital.

Comando do 4.º Distrito Naval, (Divisão de Fazenda) Belém-Pará, em 14 de setembro de 1955.

Manoel Ferreira da Silva Pinto Junior

Capitão-de-Corveta (IM)
Chefe da Divisão de Fazenda
(Ext. — 20 e 22-9-55)

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

DELEGACIA DE BELÉM

Edital n. 4-55

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3.º, do decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados abaixo enumerados da decisão proferida pelo Conselho Fiscal do Instituto nos processos de benefício em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Superior de Previdência Social, caso não se conformem com a decisão:

- 1—Antônia Ferreira da Silva, empregada de Y. Serfaty & Cia. Ltda., processo n. 1 361 158.
 - 2—Angelina Mendes Batista, ex-empregada das Indústrias I. B. Sabba S. A., processo n. 1 360 899.
 - 3—Maria Isabel Nascimento Leite, ex-empregada das Indústrias Martins Jorge & Cia., processo n. 1 361 612.
 - 4—Maria José Rodrigues, ex-empregada da Usina S. Vicente, processo n. 1 361 204.
 - 5—Rosenildo Salustiano de Maria, ex-empregado de F. L. de Souza & Cia., processo n. 1 360 965.
 - 6—Manoel Satiro, ex-empregado de M. L. Albuquerque & Cia. Ltda., processo n. 1 361 230.
 - 7—Osmarina Cardoso Nascimento, ex-empregada de Renda Priori & Cia., processo n. 1 360 950.
 - 8—Osvaldo Cruz de Souza, ex-empregado de Otávio Pires, processo n. 1 360 416.
 - 9—Angelina Santana Franco, empregada da S. A. Bitar Irmãos, processo n. 1 607 524.
 - 10—Tomé Batista dos Santos, ex-empregado de Evaristo Silva, processo n. 1 360 399 e 411 075 850.
- Belém, 20 de setembro de 1955.
Annita Teixeira da Costa
Chefe do Serviço de Benefícios

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS INDUSTRIÁRIOS

DELEGACIA DE BELÉM

Edital n. 4-5

Pelo presente e nos termos do art. 120, § 3.º, do decreto n. 1.918, de 27-8-37, ficam notificados os associados e beneficiários abaixo enumerados da decisão proferida nos processos de benefícios em que são interessados, bem como de que têm o prazo de 30 dias para recorrer ao Conselho Fiscal do Instituto, caso não se conformem com a decisão:

- 1—Obdulia Lisboa Ricardo Lima, empregada de J. Kislakov & Irmão, processo n. 410 895 429 — Cessação em 27-7-55. — Confirmada.
 - 2—Mamede Lima Pontes, empregado de Indústrias Reunidas S. Martinho Ltda., processo n. 3-1 608 218. — Cessação 7-7-55. — Confirmada.
 - 3—Maria de Lourdes Silva, ex-empregada de Duarte & Fonseca, Ltda., processo n. 3-1 609 882 — Cessação em 5-9-55. — Confirmada.
- Belém, 20 de setembro de 1955.
Annita Teixeira da Costa
Chefe do Serviço de Benefícios
(Ext. — 21-9-55)

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO
SERVIÇO DE TERRAS

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que Ermílio Vieira da Silva, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 10a. Comarca, 29.º Termo, 29.º Município, Mocajuba e 72.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Um terreno devoluto do Estado, situado no lugar denominado Retiro Grande, limitando-se pela frente com o igarapé Fugido, pelos fundos com as cabeceiras do Igarapé Mala, pelo lado direito, com o mesmo igarapé e pelo lado esquerdo, com terras devolutas do Estado, medindo mais ou menos 1.200 metros de frente por 1.000 metros de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele município de Mocajuba.

Seção de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 21 de setembro de 1955.
José Alberto Soares Maia
Pelo Oficial Administrativo
(T — 12.262 — Dias: 22-9 e 2-12-10-55 — Cr\$ 120,00).

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que João Porfírio José, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 10a. Comarca, 29.º Termo, 29.º Município, Mocajuba e 72.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Um terreno devoluto do Estado, situado no lugar denominado Colônia São João de Igarapé-Açu, limitando-se pela frente com o igarapé Açu, pelos fundos com o igarapé Lago dos Patos, pelo lado de cima com o igarapé Sêco e pelo lado de baixo com terras devolutas do Estado, medindo 652 metros de frente, por 2.300 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele município de Mocajuba.

Seção de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 21 de setembro de 1955.

José Alberto Soares Maia
Pelo Oficial Administrativo
(T — 12.263 — Dias: 22-9 e 2-12-10-55 — Cr\$ 120,00).

Compra de terras

De ordem do Sr. Engenheiro Chefe desta Seção, faço público que Solano Luis Ferreira, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14a. Comarca, 35.º Termo, 35.º Município de Irituba e 99.º Distrito, com as seguintes indicações e limites:

Um lote de terras devolutas do Estado, limitando-se pelo lado de cima com Evaristo Ferreira da Paixão, pelo lado de baixo com Magno Borges, os fundos com terras do Estado, pertencente ao rio Guamã, a frente com o igarapé Mututui, lado esquerdo; medindo 490 metros de frente com 3.000 ditos de fundos mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele município de Irituba.

Seção de Terras da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 21 de setembro de 1955.

José Alberto Soares Maia
Pelo Oficial Administrativo
(T — 12.264 — Dias: 22-9 e 2-12-10-55 — Cr\$ 120,00).

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

SERVIÇO DE CADASTRO RURAL

Devem comparecer com a possível urgência ao Serviço de Cadastro Rural do Estado, para tratar de seus interesses sobre requerimentos para licenciamento de castanheais no Município de Alenquer, os abaixo especificados, ou seus procuradores:

Município de Alenquer

1 — Juraci de Araújo Cordeiro

- 2 — José Gama dos Santos
- 3 — Elvira de Paula Marinho
- 4 — Firmino Rodrigues Marvão
- 5 — Simeão Guimarães Tavares
- 6 — Olavo Batista
- 7 — Ana da Silva Santos
- 8 — Joaquim Cardoso da Silva
- 9 — Expedito Mota de Silveira
- 10 — Francisca Oliveira
- 11 — José Leite Carneiro
- 12 — Dalmiro Tavares de Souza
- 13 — Maria do Socorro Franco Tavares

EDITAIS

ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA MARINHA
COMANDO DO 4.º DISTRICTO NAVAL

DIVISÃO DE FAZENDA
Concorrência pública para alienação de material inservível

De ordem do Exmo. Sr. Contra-Almirante, Comandante do 4.º Distrito Naval, comunico aos interessados que, no dia 30 de setembro de 1955, às 14 horas, na sala em que funciona a Comissão de Concorrências, serão recebidas, abertas e examinadas, as propostas para alienação do material abaixo, inservível para os serviços da Marinha:

a) Sucata de ferro, madeiras e outros materiais inservíveis para a Marinha;
b) Um (1) motor marítimo marca TURNER-Diesel de 32 HP — 1.500 RPM — com 4 cilindros em V; observadas as seguintes instruções:

a) o referido material poderá ser examinado na sede do Comando do 4.º Distrito Naval, diariamente, das 8 às 12 horas;

b) as propostas deverão ser organizadas em duas vias,

sendo a primeira devidamente selada, e apresentadas em envelopes fechados;

c) a alienação será adjudicada ao proponente que oferecer o preço mais alto;

d) o proponente vencedor obrigará-se a, finda a apuração das propostas apresentadas, a entregar um sinal de dez por cento (10%), sobre o total de sua proposta, contra recibo provisório exarado pela Divisão de Intendência do Comando do 4.º Distrito Naval;

e) o pagamento será à vista e recolhido de uma só vez, deduzida a importância relativa ao sinal a que se refere o item "d", contra recibo passado, também, pela Divisão de Intendência;

f) o proponente vencedor ficará obrigado a retirar o material dentro do prazo máximo de trinta (30) dias, a contar da data da realização da Concorrência, correndo à sua conta todas as despesas relativas à sua remoção;

g) os proponentes deverão fazer constar em suas

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS
MARÍTIMOSDEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Concurso para Escriturário-Datilógrafo

Fazemos público, de ordem do Sr. Diretor do Departamento de Administração, para conhecimento dos interessados, que o resultado do concurso público de provas para o

provimento de escriturário-Datilógrafo, realizado, nesta cidade, nos dias 14, 15, 16 e 17 de maio do ano corrente, é o que consta do quadro que este edital acompanha.

O prazo para vista de provas e recurso é de dez (10) dias, a partir da data desta publicação.

Belém, 20 de setembro de 1955.

(a.) Hélio Leal, Delegado

(a.) Alice Cardoso Freire da Silva

Presidente da Comissão Executiva Local

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS MARÍTIMOS
CONCURSO PARA PROVIMENTO EM CARGOS DA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE ESCRITURÁRIO DATI-
LÓGRAFO DA DELEGACIA DE BELÉM

RESULTADO DAS PROVAS

N. de												Nota Final	
Inscri-				Português		Datilóg.		No c. Direito		Matemática		Soma	Gráu
ção	Nome			Nota Ponderada		Nota Ponderada		Nota Ponderada		Nota Ponderada		Pontos	
57	Maria José Barreto	Aprovada	1.º	85,5	256,5	95,0	285,0	99,0	198,0	92,0	184,0	923,5	92
1	Terezinha do Carmo Pinho	"	2.º	76,5	229,5	95,0	285,0	85,0	170,0	100,0	200,0	884,5	88
45	Marina Apiacá Barreto	"	3.º	93,0	279,0	65,0	195,0	93,0	138,0	95,0	190,0	862,0	86
173	Hercília Ambrosia de Carvalho	"	4.º	83,0	249,0	96,0	288,0	69,0	138,0	80,0	160,0	835,0	84
2	Maria Izabel S. Chagas	"	5.º	85,0	255,0	80,0	240,0	90,0	180,0	74,0	148,0	823,0	82
164	Rosilda Vieira Pires	"	6.º	80,0	240,0	66,0	198,0	83,0	166,0	100,0	200,0	804,0	80
143	Ozilda Leite Caminha	"	7.º	64,5	193,5	68,0	204,0	83,0	166,0	100,0	200,0	763,5	76
145	Zoé Corrêa de Paiva	"	8.º	69,0	207,0	60,0	180,0	84,0	168,0	100,0	200,0	755,0	76
27	Odivaldas Tereza F. Teixeira	"	9.º	71,0	213,0	60,0	180,0	27,0	54,0	94,0	188,0	635,0	64
115	Aladyr Leite de Oliveira	"	10.º	61,0	183,0	70,0	210,0	34,0	68,0	75,0	150,0	611,0	61
103	Augusto Pascoal Simões	"	11.º	62,5	187,5	68,0	204,0	26,0	52,0	77,0	154,0	597,5	60
10	Rica Bermegui	Reprovada	"	70,0	210,0	60,0	180,0	44,0	88,0	47,0	94,0	572,0	57
17	Orion da Silva Damasceno	"	"	60,5	181,5	60,0	180,0	39,0	78,0	35,0	70,0	509,5	51
189	Adalberto Ambrosio de Souza	"	"	61,5	184,5	64,0	192,0	—	—	—	—	376,5	38

ELIMINADOS EM PORTUGUÊS

Inscrição	NOME	NOTA
3	Marina Campos	48,5
4	Alari Alves da Costa	44,0
7	Terezinha de Jesús Lima	49,6
8	Elsia de Quadros Lima	50,0
9	Terezinha Matos Lobato	35,0
11	Oneide Lopes de Carvalho	30,0
18	Darlinda Nazareth dos Santos	48,0
19	Hélio Freire de Carvalho	54,5
20	Maria Helena Cacela	53,0
23	Graciema Almeida	00,0
29	Adyr Teixeira da Mota	25,0
30	Carlos Lima de Moraes	50,5
36	Esmeraldina Novaes Figueiredo	39,0
39	Antonieta Santos Couto	53,0
50	Maria Tereza Alves	50,3
51	Yvone Rocha de Oliveira	53,0
53	Josefa Rodrigues de Souza	37,4
56	Antonio José Viana Pereira	48,5
58	Maricilda de Araújo Reis	45,0
63	Maria de Nazareth Oliveira	44,0
65	Ediléa Pompeu Pastana	30,0
152	Alda Felícia Conte	30,2
157	Coracy Antonio de Souza Barata	53,8
159	Raimunda dos Santos Amador	26,0
169	Dorene da Silva Allem	36,0
166	Antonia das Chagas Bispo	37,0
167	Elias Jorge Eloan Neto	53,0
174	Carmen da Conceição Figueiredo	56,9
176	Maria de Nazareth dos Santos	47,5

183	Arlete Conceição Pinto Vidigal	40,0
184	Edmêe Contente Barra	52,5
187	Alicila de Araújo Lopes	16,0
191	Ligia Ferreira Hesketh	48,0
202	Marlene de Nazareth Pinto	11,0
203	Francisca Costa de Souza	42,0
204	Dirce Nazareth Garcia Couto	07,5
205	Maria Joana Almeida Alves	16,0
211	Maria Lúcia da Costa Maia	56,0
216	Maria Eunice Queiroz	54,0
218	Luiz Gonzaga Dias C. Macedo	29,0
219	Nair de Jesús Penha	27,0

74	Maria Celina de Carvalho Borges	
76	Safira Farias Leitão	
77	Maria de Nazareth V. Carvalho	
80	Angela da Conceição Menezes	
88	Graciette de Lima Araújo	
89	Maria de Nazareth Lira	
90	Maria Augusta Dantas de Drumond	
91	Maria das Dôres C. Silva	
92	Maria Juracy de Barros	
100	Ecelia Botelho Lopes	
102	Ayirton da Paixão e Silva	
107	Maria da Penha Botelho de Arruda	
109	Maria Agostinha Miranda Nascimento	
110	Jaime Benassuly Maués	
112	Maria do Carmo Ramos de Góes	
117	Raimunda Heliete da Silva Santos	
136	Augusta Nely Lemos May	
146	José Geraldo de Lima Araújo	

ELIMINADOS EM DATILOGRAFIA

Inscrição	NOME	Port.	Dat.
69	Zulma de Oliveira Barros	68,5	50,0
87	Maria Helena de Lima Araújo ..	65,0	50,0
126	Tomazia Cordovil	62,0	52,0
132	Raimunda Pereira de Barros	63,9	52,0
128	Eny da Costa e Silva	73,4	19,0
213	Ruth Monteiro Costa	80,0	49,0
215	Terezinha de Jesús A. Cardoso..	67,0	42,0

Nota: Inscritos 219 — Compareceram 80 — Aprovados 11 — Reprovados 3 — Eliminados em Português 59 — Eliminados em Dactilografia 7.

(a.) Remy Souza Pinto
Chefe S. S. Aperf.

(a.) José Maria Mendes Pereira
Presidente C. D. C.

(Ext. — 22-9-55)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Aforamento de terra

O Sr. Dr. Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, por nomeação legal, etc.
Faz saber, aos que o presente edital virem ou dele tiverem notícia, que havendo a Sra. Ernestina de Nazaré Veloso, brasileira, viúva, doméstica, residente nesta cidade, requerido por aforamento o terreno situado na quadra: 14 de Março, Alcindo Cacela, Gentil Bittencourt e Conselheiro Furtado de onde dista 56,60 metros.
Dimensões:
Frente — 9,90 metros.
Fundos — 50,00 metros.
Tem uma área de 495,00 metros quadrados.
Tem a forma paralelogramica.
Confina à direita com o imóvel

n. 1.115 e à esquerda com o imóvel n. 1.119. No terreno há uma barraca de madeira em ruínas.

Convido os heréus confinantes ou os que se julgarem prejudicados pelo deferimento do referido aforamento, a apresentarem suas reclamações por escrito, dentro do prazo regulamentar de 30 dias a contar da publicação do presente, findo o que, não será aceito protesto ou reclamação alguma. E, para que não se alegue ignorância, vai este publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, afixando-se o original na porta principal do edifício da Prefeitura Municipal de Belém. Secretaria de Obras da Prefeitura Municipal de Belém, 21 de setembro de 1955. — (a) Valdir Acatauassú Nunes, secretário de Obras.

(T. 12.265 — 22/9 — 2 e 9/10/55 — Cr\$ 120,00)

DIARIO DO MUNICIPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário.

Em 21/9/55

Peticões:

De Armando Ferreira da Rocha, isenção de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Augusta Barata Castilho, isenção de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Carmelino Assunção do Nascimento, isenção de imposto predial — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Carlos Marques da Costa, aforamento — Ao Dr. Procurador Geral da Fazenda (C. M.) para promover a decretação judicial do comisso.

De Francisca Andrade da Silva, aforamento — Ao Dr. Consultor Geral, através do Gabinete.

De Gentil Tavares, contagem de tempo de serviço — Informe a Subprefeitura de Icoaraci, através do Gabinete.

De Hilda Chaves Souto, isenção de imposto predial — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Irene Platino Justiniano, isenção de imposto predial — Volte ao C. M. para a assinatura do Dr. Procurador Geral no despacho supra.

De Iricina da Silva Nunes, isenção de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De João da Mata Alves, isenção de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Lima, Irmão & Cia. — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Manoel Serbeto Matias, isenção de imposto predial — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Maria Sebastiana Duarte Sena, aforamento — Ao Dr. Consultor Geral, através do Gabinete.

De Maria Gomes Dias, isenção de imposto predial —

Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Maria do Nascimento de Sousa Reis, recurso — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Orlandina Paula Almeida, isenção de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Obry Domingos dos Santos, isenção de imposto predial — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Raimundo Ferreira Mattos, contagem de tempo de tempo de serviço — Encaminhe-se ao D. M. P.

De Vicente Corrêa de Sousa, dispensa de décimas — Ao Gabinete do Exmo. Sr. Dr. Prefeito.

De Waldemar Raiol, licença especial — Informe a Subprefeitura do Mosqueiro, através do Gabinete.

Ofícios

N. 484, da Secretaria de Obras, remete petições ns. 274/53, de Colombiano Marques da Silva; 884/54, de Raul de Vieira Borges; 6985/53, de José

Pasqueiro; 6376/53 de Mario Duarte Pinto; 6782, de Hildegardo Moreira de Almeida; 1322/52, de Joaquim de Moraes Marques; 600/53, de Floriano Medeiros; 6627/53, de Mario Ventura; 4493/53, de Nidia Batista Franco; ... 1646/52, de Manoel Fausto E. Cardoso e 7698/53, de Maria Luiza Tavares e Teodora Antonio Fernandes — Encaminhe-se ao C. M.

S/n, do Serviço de Assistência aos Cegos, solicita providências — Encaminhe-se ao Departamento de Estatística, Municipal.

N. 335, da Câmara Municipal de Belém, remete processo n. 289 de Creuza de Jesus Moura — Diga o Comando do C. M. E.

N. 15, do Cemitério de Santa Izabel, faz comunicação — Encaminhe-se ao Cemitério de Santa Izabel.

N. 513, da Secretaria de Obras, faz comunicação — Diga a Secretaria de Obras.

Memorando

S/n, do Contencioso Municipal, resposta à solicitação — Encaminhe-se a S. F.

EDITAIS

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL

De citação, com o prazo de dez (10) dias, ao exmo. sr. Artur S. Nunes, ex-tesoureiro do Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Finanças.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no inciso II, art. 49, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e de acordo com o Acto n. 6, de 18/3/55 (D. O. de 26/3/55), cita, como citado fica, através do presente Edital, que será publicado durante dez (10) dias, o exmo. sr. Artur Soares Nunes, ex-tesoureiro do Departamento de Despesa da Secretaria de Estado de Finanças, para, no prazo de dez (10) dias, após a última publicação, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, instaurado com fundamento no artigo 45 da citada lei n. 603, (Processo n. 1.367).

Decorrido o prazo, sem que o citado se manifeste, será encerrada a instrução com o preparo dos autos, a fim de que o processo entre na fase de julgamento.

Belém, 30 de agosto de 1955.

Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente

(Dias — 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20 e 21/9/55)

CITAÇÃO COM O PRAZO DE TRINTA (30) DIAS

Ao Exmo. Sr. A. J. Ferreira & Cia., proprietário do Hotel Chapéu Virado

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Acto n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55), em obediência ao Acórdão n. 782, de 30 de agosto de 1955, cita, como citado fica, através do presente Edital, o exmo. sr. A. J. Ferreira & Cia., proprietários do Hotel Chapéu Virado, para, no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da primeira publicação no DIÁRIO OFICIAL, apresentar a defesa

ali prevista, relativamente a processo de Prestação de Contas, exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954) — (Processo n. 1.033) pois não apresentou, em tempo hábil, todos os documentos, empenhos e comprovantes exigidos pela Auditoria e os autos revelaram patentes irregularidades. Tomada de Contas e pelo a p. 5 Tomada de Contas e pelo dr. Auditor, e outras, pelo juiz designado para dar o voto orientador, o que define a responsabilidade do sr. A. J. Ferreira, sujeita à defesa prévia.

Belém, 12 de setembro de 1955.

Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente

(Dias — 14, 15, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 30-9; 1, 2, 4, 5 6 7 8 9 12 e 13-10-55)

EDITAL

De citação, com o prazo de trinta (30) dias, ao exmo. sr. Deodoro Nominando de Ataíde, ex-Prefeito Municipal de São Caetano de Odívelas.

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, por seu Presidente, abaixo assinado, cumprindo o disposto no art. 52, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, e no Acto n. 5, de 14/1/55 (D. O. de 19/1/55) cita, como citado fica, através do presente Edital, o exmo. sr. Deodoro Nominando de Ataíde, ex-prefeito municipal de São Caetano de Odívelas, para, no prazo de trinta (30) dias, que hoje tem início, apresentar a defesa ali prevista, relativamente ao processo de Tomada de Contas, exercício financeiro de mil novecentos e cinquenta e três (1953) — (Processo n. 442), pois está concluída a sua preparação.

Decorrido o prazo e não atendida a citação, entrará o feito na fase de julgamento.

Belém, 26 de agosto de 1955.

Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente

(Dias 1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 11, 13, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 25, 27, 28 e 30/9 — 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12; e 13/10/55)

BANCO DO BRASIL S. A.
Licenças de Importação emitidas de
9 a 14 de maio de 1955.

MAPAN, 19 PRAÇA-BELÉM-PARA

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

MERCADO RIA

Número 3-55/	IMPORTADOR	Classi- ficação	ESPECIFICAÇÃO	Cat.	Promessa de venda de câmbio	Agio Cr\$	Peso líquido Kgs.	Cr\$	Moeda Estrangeira	País de Proced.	Porto de Descarga
312-326	Importadora de Ferragens, S/A.	7.40.10	Cimento Portland comum	3. ^a	6416, 6508, 6599 e 6683-Belém- Pa., 78, 79, 77, 73, 72 e 71- Manáus-Am.	723.700,00	913.000	395.220,00	US\$ Tch.	Tchecosl.	Belém-Pa.
329-327	Idem	7.40.10	Cimento Portland comum	3. ^a	351-S. Luiz	62.000,00	87.000	37.640,00	US\$ Tch.	Idem	Idem
330-328	Silva Lopes & Cia.	4.76.20	Azeite de Oliveira	3. ^a	6672-Belém	40.491,00	1.500	37.600,00	US\$ Esp.	Espanha	Idem
331-329	Lima, Irmão & Cia.	4.76.20	Azeite de Oliveira	3. ^a	6762-Belém	80.000,00	3.050	37.600,00	US\$ Esp.	Idem	Idem
332-330	Importadora de Ferragens, S/A.	6.70.00	Tratores de roda, Diesel	1. ^a	6531, 6622, 6705- Belém, 139 e 141-Manáus	282.400,00	3.000	94.100,00	US\$ Alm.	Alemanha	Idem
333-331	José Veloso & Cia. Ltda.	2.86.40	Parafina refinada p/in- dústria	2. ^a	6731-Belém	170.600,00	9.450	37.600,00	US\$	EE.UU.Am.	Idem
334-332	José Jacob Chamma & Filhos	2.86.10	Vaselina p/perfumaria	2. ^a	6663-Belém	84.731,40	4.309	18.700,00	US\$	Idem	Idem
335-333	Perfumarias Phebo, Ltda.	2.86.10	Vaselina p/perfumaria	2. ^a	6733-Belém	85.300,00	4.655	18.820,00	US\$	Idem	Idem
336-334	Importação e Representações Mun- dial, Ltda.	6.81.41	Chassis de motocicletas	5. ^a	338-Rio	72.000,00	1.476	13.550,40	US\$ Tch.	Tchecosl.	Idem
338-335	Lima, Irmão & Cia.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6737-Belém	30.000,00	8.800	60.200,00	US\$ Arg.	Argentina	Idem
339-336	Idem	4.52.00	Idem	4. ^a	6787-Belém	17.500,00	2.209	13.200,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
340-337	Idem	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6787-Belém	52.500,00	4.200	39.500,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
341-338	José Slama	8.51.70	Microscópios óticos	1. ^a	6842-Belém	25.000,00	129	18.820,00	US\$ Tch.	Tchecosl.	Idem
342-339	Idem	8.54.00	Níveis e teodolitos p/agri- mensor	1. ^a	6842-Belém	25.000,00	58	18.800,00	US\$ Tch.	Idem	Idem
343-340	Nunes, Cunha & Cia.	6.76.01	Máquinas de escrever	4. ^a	6845-Belém	40.000,00	164	18.800,00	US\$ Tch.	Idem	Idem
344-341	Irmãos Lima, Ltda.	2.86.30	Parafina não refinada	2. ^a	6730-Belém	85.265,90	17.850	18.800,00	US\$	EE.UU.Am.	Idem
345-342m	Silva Lopes & Cia.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6786-Belém	100.975,00	10.000	76.000,00	US\$ Arg.	Argentina	Idem
346-343	Idem	4.52.30	Pêras frescas	4. ^a	6786-Belém	10.000,00	1.000	7.500,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
347-344	Idem	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6786-Belém	39.025,00	2.676	29.400,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
348-345	Importação e Representações Mun- dial, Ltda.	8.52.01	Máquinas fotográficas de alta precisão	4. ^a	14-Manáus e 6772-Belém	47.092,00	25	22.156,80	US\$ Tch.	Tchecosl.	Idem
349-346	Idem	6.76.01	Máquinas de escrever	4. ^a	6772-Belém	32.760,00	90	15.413,60	US\$ Tch.	Idem	Idem
351-347	Representações União, Ltda.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6613-Belém	39.000,00	5.500	36.700,00	US\$ Arg.	Argentina	Idem
352-348	Idem	4.52.30	Pêras frescas	4. ^a	6613-Belém	11.760,00	1.320	11.100,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
353-349	Idem	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6613-Belém	37.774,00	3.600	35.500,00	US\$ Arg.	Idem	Idem
354-350	Idem	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6613-Belém	11.466,00	1.092	10.800,00	US\$ Arg.	Idem	Idem

Pelo BANCO DO BRASIL S. A. — Belém (Pa.) — Carteira de Comércio Exterior — aa) Sebastião Albuquerque Vasconcelos e Guilherme da Cunha Reis.

BANCO DO BRASIL S. A.
CARTEIRA DE COMERCIO EXTERIOR
 MAPA N. 20 PRAÇA-BELÉM - PARÁ Licenças de Importação emitidas de 16 a 21 de maio de 1955.

Número 2-55/	IMPORTADOR	Classi- ficação	MERCADORIA ESPECIFICAÇÃO	Cal. Cat.	Promessa de venda de câmbio	Ágio Cr\$	Peso líquido Kgs.	Cr\$	Moeda Estrangeira	País de Proced.	VALOR EM		Porto de Descarga
350-351	E. Santos & Cia.	4.21.03	Bacalhau seco, salgado	2. ^a	6750-Belém	30.000,00	1.276	18.800,00	US\$ Nor.	Noruega	1.000,00		Belém-Pa.
358-352	Importação e Representações Mun- dial, Ltda.	6.76.01	Máquinas de escrever	4. ^a	428-S. Luiz	16.800,00	60	7.904,40	US\$ Tch.	Tchecosl.	420,00		Idem
360-353	Importadora de Ferragens, S/A.	6.70.00	Trator de roda Diesel	1. ^a	6790-Belém, 142, 143-Manáus	133.100,00	1.930	56.500,00	US\$ Alm.	Alemanha	3.000,00		Idem
367-354	M. Mathias & Cia. Ltda.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6694-Belém	39.888,00	6.094	37.500,00	US\$ Arg.	Argentina	1.994,40		Idem
359-355	Silva, Duarte — Ferragens, S/A.	7.74.11	Cabo de arame de aço	2. ^a	6741-Belém	50.600,00	1.476	18.820,00	US\$ Jap.	Japão	1.000,00		Idem
361-356	Importadora de Ferragens, S/A.	6.20.41	Grade de discos	1. ^a	377, 378-Manáus	45.290,00	990	13.200,00	US\$	EE.UU.Am.	700,00		Idem
362-357	Idem	6.20.33	Arados de tração mecânica	1. ^a	377-Manáus	42.055,00	1.160	12.200,00	US\$	Idem	650,00		Idem
363-358	Idem	6.70.00	Trator de rodas	1. ^a	378-Manáus e 6809-Belém	109.355,00	1.500	31.050,00	US\$	Idem	1.650,00		Idem
368-359	Lima, Irmão & Cia.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6929 e 6931- Belém	60.000,00	6.600	45.200,00	US\$ Arg.	Argentina	2.400,00		Idem
369-360	Idem	4.52.00	Idem	4. ^a	6931 e 6932- Belém	17.500,00	2.200	13.200,00	US\$ Arg.	Idem	700,00		Idem
370-361	Idem	4.52.00	Idem	4. ^a	6932-Belém	22.500,00	3.300	16.900,00	US\$ Arg.	Idem	900,00		Idem
366-362	Aliança Industrial, S/A.	2.41.22	Aços finos, especiais p/fev- ramentas	3. ^a	6768-Belém	70.000,00	3.389	37.640,00	US\$Tch.	Tchecosl.	2.000,00		Idem
371-363	Nipônica — Comércio e Indús- tria, S/A.	6.22.99	Máquinas separadoras de pimenta do reino	1. ^a	6819-Belém	80.400,00	2.052	37.640,00	US\$ Jap.	Japão	2.000,00		Idem
372-364	Souza, Pinheiro & Cia. Ltda.	6.14.61	Motor marítimo semi-Diescl	3. ^a	6642-Belém e 459-S. Luiz	196.000,00	2.600	72.804,00	\$w. Kr.	Suécia	20.000,00		Idem
373-365	Fábrica União, Indústria e Comér- cio, S/A.	7.74.11	Cordailha de arame de aço galvanizado	2. ^a	6742-Belém	50.600,00	1.538	18.800,00	US\$ Jap.	Japão	1.000,00		Idem
374-366	Higson & Co. (Pará), Ltda.	4.65.24	Cominho em grão	4. ^a	269-S. Luiz e 6888-Belém	80.000,00	6.350	37.600,00	US\$ Turq.	Turquia	2.000,00		Rio-Df.
375-367	Higson & Co. (Pará), Ltda.	4.65.24	Cominho em grão	4. ^a	429 e 488-S. Luiz e 6921-Belém	120.100,00	9.520	56.400,00	US\$ Turq.	Idem	3.000,00		Idem
376-368	M. Mathias & Cia. Ltda.	4.52.30	Péras frescas	4. ^a	6930-Belém	24.937,50	2.508	18.800,00	US\$ Arg.	Argentina	997,50		Belém-Pa.
377-369	Silva, Garcia & Cia.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6788-Belém	51.616,30	6.180	38.900,00	US\$ Arg.	Idem	2.064,65		Idem
378-370	Idem	4.52.00	Idem	4. ^a	6788-Belém	24.993,75	2.580	18.800,00	US\$ Arg.	Idem	999,75		Idem
379-371	Silva, Garcia & Cia.	4.52.30	Péras frescas	4. ^a	6788-Belém	24.937,50	2.280	18.800,00	US\$ Arg.	Idem	997,50		Idem
380-372	Idem	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6788-Belém	48.375,00	3.600	36.400,00	US\$ Arg.	Idem	1.935,00		Idem

Pelo BANCO DO BRASIL S. A. — Belém (Pa.) — Carteira de Comércio Exterior — aa) Sebastião Albuquerque Vasconcelos e Guilherme da Cunha Reis.

BANCO DO BRASIL S. A. MAPA N. 21 PRAÇA—BELÉM - PARÁ Licenças de Importação emitidas de 23 a 28 de maio de 1955. CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR

8 — Quinta-feira, 22

DIÁRIO OFICIAL

Setembro — 1955

CARTEIRA DE COMÉRCIO EXTERIOR											
Número 3-55/	IMPORTADOR	Classi- ficação	MERCADORIA ESPECIFICAÇÃO	Cat.	Promessa de venda de câmbio	VALOR EM				País de Proced.	Porto de Descarga
						Cr\$	Moeda Estrangeira	Peso líquido Kgs.	Cr\$		
383-373	Silva, Garcia & Cia.	4.21.03	Bacalhau seco, salgado	2. ^a	6649-Belém	60.803,00	US\$ Nor.	2.494	2.000,00	Noruega	Idem
385-374	Erichson & Cia. Ltda.	7.40.10	Cimento Portland comum	3. ^a	6675-Belém, ... 3923-Portaleza e 24 a 29- Manaus	372.300,00	US\$ Hung.	421.050	12.000,00	Hungria	Idem
386-375	Martin, Representações e Comér- cio, S/A.	6.04.01	Torno para trabalhar me- tais	3. ^a	121 e 122-Ma- naus	74.400,00	US\$ Esp.	1.265	2.000,00	Espanha	Idem
397-376	Lima, Irmão & Cia.	4.52.30	Péras frescas	4. ^a	7001-Belém	24.937,50	US\$ Arg.	2.508	997,50	Argentina	Idem
388-378	Higson & Co. (Pará) Ltd.	4.21.03	Bacalhau seco, salgado	2. ^a	309-S. Luiz	30.438,00	US\$ Nor.	1.740	1.268,25	Noruega	Idem
389-379	Idem	4.21.03	Idem	2. ^a	309-S. Luiz	17.010,00	US\$ Nor.	870	708,75	Idem	Idem
390-380	Idem	4.21.03	Idem	2. ^a	309-S. Luiz	15.732,00	US\$ Nor.	870	655,50	Idem	Idem
391-381	Idem	4.21.03	Idem	2. ^a	309-S. Luiz e 6955-Belém	18.629,60	US\$ Nor.	870	691,25	Idem	Idem
392-382	Idem	4.21.03	Idem	2. ^a	6955-Belém	20.490,40	US\$ Nor.	870	676,25	Idem	Idem
393-383	José Veloso & Cia. Ltda.	2.86.40	Parafina refinada indus- trial	2. ^a	514-S. Luiz	60.000,00	US\$	9.450	2.000,00	EE.UU.Am.	Idem
394-384	Evairisto Rezende & Cia.	4.21.03	Bacalhau seco, salgado	2. ^a	6826, 6902 e 6957-Belém	122.692,40	US\$ Nor.	5.162	3.999,75	Noruega	Idem
395-385	Importadora de Ferragens, S/A.	7.77.39	Ferramentas manuais, n.e.	3. ^a	6737-Belém	102.828,00	US\$	518	570,00	EE.UU.Am.	Idem
396-386	Idem	8.59.99	Máquina p/oficina mecâ- nica	3. ^a	6737-Belém	77.572,00	US\$	450	430,00	Idem	Idem
401-387	Antônio Moreira & Cia.	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	6999-Belém	11.375,00	US\$ Arg.	840	455,00	Argentina	Idem
402-388	Idem	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6999-Belém	13.625,00	US\$ Arg.	1.650	545,00	Idem	Idem
399-389	Silva, Garcia & Cia.	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	7000-Belém	24.927,50	US\$ Arg.	1.062	997,10	Idem	Idem
381-390	Figueiredo Cardoso & Cia.	6.14.65	Motores estacionários Die- sel	3. ^a	6778-Belém	31.682,40	Dan. Kr.	802	6.140,00	Dinamarca	Idem
382-391	Figueiredo Cardoso & Cia.	6.14.80	Acessórios e peças p/mo- tor Diesel	3. ^a	6778-Belém	4.437,60	Dan. Kr.	1.850	860,00	Idem	Idem
403-392	Importadora de Ferragens, S/A.	8.55.20	Micrômetros para medir folgas	3. ^a	Esp.-6789- Belém	Indenização de seguro	US\$ Alm.	5	57,75	Alemanha	Idem
404-393	Idem	7.41.71	Papelão de asbesto ou amianto	3. ^a	31-Manaus e ... 6725, 6805 e 6880-Belém	149.200,00	US\$ Fin.	1.800	4.000,00	Finlândia	Idem
405-394	Idem	7.77.39	Serretes de mão	3. ^a	6767-Belém	35.000,00	US\$ Tch.	311	1.000,00	Tchecosl.	Idem
406-395	Arthur Costa & Cia. Ltda.	4.52.60	Uvas frescas	4. ^a	7002-Belém	12.837,50	US\$ Arg.	948	513,50	Argentina	Idem
407-396	Idem	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	7002-Belém	12.000,00	US\$ Arg.	1.320	480,00	Idem	Idem
384-397	Lima, Irmão & Cia.	4.32.21	Leite em pó modificado	1. ^a	6774-Belém c ... 430-S. Luiz	76.779,00	Dan. Kr.	2.479	20.978,00	Dinamarca	Idem
408-398	Nunes, Cunha & Cia.	8.55.92	Trenas para medir	3. ^a	350-S. Luiz	4.478,60	US\$ Tch.	21.300	144,47	Tchecosl.	Idem
409-399	Idem	7.77.53	Lâminas de ferro p/serras	3. ^a	350-S. Luiz	3.128,29	US\$ Tch.	127.200	100,91	Idem	Idem
410-400	Idem	7.77.51	Serras braçais	3. ^a	350-S. Luiz	18.338,00	US\$ Tch.	941	591,55	Idem	Idem
411-401	Idem	7.77.39	Ferramentas manuais	3. ^a	350-S. Luiz	38.055,20	US\$ Tch.	565.600	1.163,07	Idem	Idem
412-402	Mayer Obadia	5.92.40	Inseticida para a lavoura	1. ^a	6784, 6936, 7005- Belém	119.000,00	US\$	4.082	4.000,00	EE.UU.Am.	Idem
413-403	Martin, Representações e Comér- cio, S/A.	6.20.01	Lâmina destocadora "Ca- terpillar"	1. ^a	388 e 389-Ma- naus	113.390,00	US\$	1.150	1.700,39	Idem	Fortaleza
414-404	Oscar, Santos & Cia., Ltda.	6.79.05	Agulhas de aço p/máquina de costura	3. ^a	6989-Belém	35.033,30	US\$ Tch.	45	1.000,00	Tchecosl.	Belém-Pa.
384-405	Cesar Santos & Cia. Ltda.	2.29.67	Extratos de plantas medi- cinais	1. ^a	6553, 6726, 6806 e 6882-Belém, 513-S. Luiz e 242-Aracaju	629.400,00	US\$	2.944	10.000,00	EE.UU.Am.	Idem
398-377	S. Silva Lopes & Cia.	4.52.00	Maças frescas	4. ^a	6998-Belém	75.000,00	US\$ Arg.	7.500	3.000,00	Argentina	Idem
398-377 \$ \$ Silva Lopes & Cia. — aa) Sebastião Albuquerque Vasconcelos e Guilherme da Cunha											

398-377 S. Silva Lopes & Cia. 4.52.00 Maças frescas 4.^a 6898-Belém

Pelo BANCO DO BRASIL S. A. — Belém (Pa.) — Carteira de Comércio Exterior — aa) Sebastião Albuquerque Vasconcelos e Guilherme da Cunha Reis.



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARA

ANO XX

BELEM — QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1955

NUM. 4.476

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

Resenha da 32.^a Conferência ordinária 1.^a Câmara do Tribunal de Justiça, realizada no dia 19 de setembro de 1955, sob a presidência do exmo. sr. des. Antonino Melo.

Presentes — Srs. des. Augusto Borborema, Arnaldo Lobo, Mauricio Pinto e o dr. Souza Filho, Procurador Geral do Estado.

Licenciado — Sr. des. Cursino Silva.

Secretário — Dr. Luiz Faria.

Matéria Penal

Recurso de "habeas-corpus" —

Bragança — Recte., Hermes Cor-

deiro de Sousa. Recdo., o dr. Juiz

de Direito da 1.^a Vara da Comar-

ca. Relator, exmo. sr. des. Au-

gusto Borborema.

Negaram provimento, unanimemente.

Apelação Penal — Bragança —

Apte., Raimundo Moraes da Silva.

Apda., a Justiça Pública. Relator,

exmo. sr. des. Augusto Borborema.

Deram provimento à apelação

para absolver o apelante, unani-

mente.

Matéria Civil

Apelação Civil — Capital —

Apte., o dr. Juiz de Direito da

7.^a Vara Apdos., Emidio Mota e

Valmira Campos da Mota. Relator,

exmo. sr. des. Mauricio Pin-

to.

Negaram provimento para con-

firmar a homologação, fixando a

penção ao filho menor de Cr\$ 500,00 mensais, unanimemen-

te.

Processo entrado na Secretaria

aguardando as formalidades legais

Apelação Civil — Marabá —

Apelantes — Ernestina Acácio da

Silva e Manoel Brito de Almeida.

— Apelados — os mesmos.

Jurisprudência

ACÓRDÃO N. 22.584

Recurso "ex-officio" de habeas-

corpus de Igarapé-Miri

Recorrente — O dr. Juiz de Di-

reito da Comarca.

Recorrido — Edvaldo Aquino

Sacramento Lobato.

Relator — Desembargador Ar-

naldo Lobo.

EMENTA: — Constitui coa-

ção ilegal à liberdade de ir e

vir, ensejando a concessão de

"habeas-corpus", a remessa do

paciente à capital do Estado

para responder a inquérito po-

licial por delito que teria sido

praticado em comarca do inter-

rior. Quando, para maiores es-

clarecimentos do fato crimino-

so, necessário se torne a inter-

venção da autoridade policial

especializada, esta que se des-

loque para o fóro do delito e

ali proceda às diligências com-

plementares.

Vistos, etc.

I — Edvaldo Aquino Sacra-

mento Lobato, residente e domiciliado

na cidade de Igarapé-Miri, sede

da comarca homônima, impetrou

"habeas-corpus" preventivo em

seu favor, alegando achar-se co-

gido a embarcar para esta Capital,

por ordem do 30. delegado de po-

lícia de Belém, sem motivo que

o justifique.

Solicitadas informações ao co-

missário de polícia, presente na

quele cidade, em missão especial

da Delegacia Auxiliar do Interior

(DASI), prestou-nas, àquêle, ao

Juiz, dizendo que o impetrante

fôra apenas notificado a compare-

cer à presença do dr. Chefe de

Polícia como suspeito da autoria

de um furto praticado na Agência

Postal Telegráfica de Igarapé-

Miri.

Mandado ouvir sobre o pedido

o dr. Promotor Público, declarou-

se este impedido de funcionar no

feito, por ser padrinho do impe-

trante.

Conclusos os autos ao dr. Juiz

de Direito, proferiu s. excia., o

despacho de fls. 4 v. e 5 v., jul-

gando procedente o pedido e man-

dando expedir em favor do im-

petrante e paciente o competente

salvo-conduto. De ofício, recorre-

u para esta Superior Instância.

II — A decisão recorrida foi ju-

sta e acertada. A Polícia judiciá-

ria — diz o artigo quarto do Có-

digo de Processo Penal — será

exercida pelas autoridades poli-

ciais no território de suas respec-

tivas jurisdições e terá por fim

a apuração das infrações penais e

de sua autoria; e, no artigo sexto

determina que, ao ter conheci-

mento da prática da infração pe-

nal, a mesma autoridade deverá,

se possível e conveniente, dirigir-

se ao local e proceder a todas as

diligências necessárias, enumera-

das nos incisos I a IV do mesmo

artigo. Todavia, se imprescindível

se torne a intervenção de autori-

dade estranha, a quem por lei se

ja cometida a mesma função, ex-

vi do disposto no parágrafo úni-

co do referido artigo quarto, —

isso para maiores esclarecimentos

que são o técnico, o "detetive" pro-

fissional ou a autoridade especial

poderão colher sobre a infração

penal, — que estes então se des-

loquem para o local onde se con-

somou o fato, pois aí será o fóro

do delito e aí será obrigatoriamente

processado o réu (C. P. P.,

arts. 69 e 70).

Forçar alguém a responder a

inquérito policial fora do local

do delito, ou de seu domicílio ou

residência, quando aquele não for

conhecido (C. P. P., art. 72), é

constrangimento ilegal, ensejando

a concessão do "habeas-corpus",

ou de "salvo-conduto" para não

ser privado do seu direito de ir

e vir, como bem entendeu e deci-

diu o dr. Juiz a quo, na espécie

sub-judice.

III — A vista do exposto:

ACÓRDAM os Juizes da Primei-

ra Câmara Penal do Tribunal de

Justiça do Pará, em conferência

e por unanimidade, negar provimen-

to ao recurso e confirmar a deci-

são recorrida. — Como instrução,

recomendam ao dr. Juiz a quo,

em hipóteses semelhantes, mande

ouvir o adjunto do promotor,

quando o dr. promotor se der por

impedido ou suspeito, ou ainda,

na falta daquele, nomeie um pro-

motor ad-hoc para falar sobre o

pedido. — Custas ex-legre. — P.

e R.

Belém, 5 de setembro de 1955.

— (a.a.) Antonino Melo, Presiden-

te; Arnaldo Valente Lôbo, Rela-

tor; E. Sousa Filho, Proc. Geral.

ACÓRDÃO N. 22.585

Apelação Penal de Capanema

Apelante — Vilar dos Santos.

Apelada — A Justiça Pública.

Relator — Desembargador Ar-

naldo Valente Lobo.

EMENTA: — Lesões corpo-

rais; desclassificação de graves

para leves, baseada em con-

causa, não tem mais razão de

ser, face a novo Código Penal,

que adotou a teoria chamada de

equivalência dos antecedentes

ou da conditio si ne qua non.

Não há distinguir, hoje, entre

causa e conditio: tudo quanto

contribui para o resultado, in

concreto, é causa. Assim, o fa-

to de haver, ou não, a vítima,

procurado o tratamento reco-

mendado para a fratura de um

braço, em nada influi para a

desclassificação do delito, ou

melhor, da lesão reputada grave

no exame de corpo de delito

confirmado pelo exame

complementar. De vez, porém,

que só o réu apelou, e a sen-

tença passara em julgado para

a Justiça Pública, cujo repre-

sentante — o órgão do Minis-

tério Público, — com ela se

conformou, não pôde a pena

ser agravada, na Superior Ins-

tância, ante a parêmia do in-

dúbio pro réo. — Sentença

condenatória confirmada e

concessão de "sursis" ao de-

linquente primário, unânime.

Vistos, etc.

I — Condenado à pena de sete

meses e quinze dias de detenção,

como incurso no artigo 129, parte

geral, do Código Penal, por ha-

ver, com um pedaço de pau, vi-

brado violenta pancada no ante-

braço direito de Fábio Pereira de

Sousa, fraturando-o. — fato ocor-

rido no lugar Santo Antônio do

Urindeua, município de Salinópo-

lis — apelou Vilar dos Santos para

esta Superior Instância, alegando

legítima defesa a direito de ou-

trem — seu irmão, no caso.

II — Como bem acentuou o dr.

Procurador Geral do Estado, em

seu parecer de fls., a pena por

ele — apelante — e pelas teste-

munhas descritas é a de que, ven-

do o irmão em luta com a vítima,

não se dirigiu com intúitos su-

sórios, de apartar os contendores,

ao contrário, investiu contra Fá-

bio, a quem depois deixou caído,

de braço quebrado, com a paulada

recebida. Acresce que a vítima

estava desarmada e bastante al-

coolizada, homem de quarenta e

três anos, e o réu, ora apelante,

rapaz corpulento, de vinte e três

anos, não o estava tanto, levando

assim vantagem sobre aquele.

Mas o dr. Juiz a quo entendeu

de desclassificar o crime de le-

são corporal grave, do art. 129, §

1.^o, inc. I, para leve, do mesmo

artigo — parte geral — do Código

Penal, "levando em conta a falta

de cuidados médicos por parte

da vítima que não procurou o tra-

tamento recomendado..."

Tal concausa, base da sentença

apelada, não tem mais razão de

ser, hoje em dia, face o novo Có-

digo Penal, que adotou a teoria

chamada de equivalência dos ante-

cedentes ou da conditio si ne qua

non, não havendo assim distin-

guir entre causa e condição, pois

tudo quanto contribui para o re-

sultado, in concreto, é causa. Nes-

tas condições, o fato de haver, ou

não, a vítima, procurado o trata-

mento recomendado para a fra-

tura do braço em nada influi pa-

ra a desclassificação do delito, ou

melhor, da lesão reputada grave

no exame de corpo de delito con-

firmado pelo exame complementar.

Todavia, havendo só o réu apela-

do, pois que a sentença passara

em julgado para a Justiça Pública,

cujo representante — o órgão do

Ministério Público com ela se

conformou

Relator — Desembargador Arnaldo Lobo.

EMENTA: — Executivo fiscal promovido pela Prefeitura para cobrança de aluguel de construção feita em terreno do Domínio da União para exploração de comércio ou indústria, mediante contrato de concessão. — A Prefeitura pode construir não somente em seus domínios, como no domínio alheio, sem que nesta última hipótese resulte para ela perda da benfeitoria em favor do proprietário do solo. — Agravo não provido por unanimidade.

Vistos, etc.

I — Propôs a Prefeitura Municipal de Belém, por seu representante, executivo fiscal contra Waldevino Pinto & Cia. Ltda., firma estabelecida à travessa Marquês de Pombal — "Posto Atlântico" — para cobrança da importância de Cr\$ 9.000,00, dívida inscrita nos seus livros fiscais e proveniente de alugueres relativos aos meses de março a novembro de 1954, do "ponto" onde está instalado.

II — Citada, a devedora, para pagar incontingente a dívida reclamada, ofereceu à penhora a quantia de Cr\$ 10.000,00, em moeda corrente, e apresentou, no prazo legal, os embargos de fls. nos quais alega que o contrato celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém é de nenhum efeito, porque, tendo a mesma Prefeitura locado um terreno de propriedade alheia, que integra o Patrimônio da União, não defendeu sua pretensão proprietária, depois de reclamada pelo Domínio da União, não podendo, portanto, cobrar alugueres, como está fazendo. Juntou os documentos de fls. 10 a 15, inclusive os recibos de pagamento, na Alfândega do Pará, das taxas de ocupação do terreno de marinha, relativas aos exercícios de 1953 e 1954.

III — Os embargos foram contrariados pela exequente, que sustentou serem os mesmos descabidos, porque, como se verifica do doc. de fls. 10, a embargante contratou com a Prefeitura Municipal de Belém uma construção — modelo "Cliper" — para venda de gasolina e querosene, construção que seria de propriedade da embargada, mediante a concessão de sua exploração pela embargante, no prazo de quinze anos, pagando este o aluguel de Cr\$ 1.000,00 e com preferência no arrendamento, em igualdade de condições, após o término desse prazo, sendo, pois, indiscutível a propriedade da Prefeitura sobre a aludida construção. A questão do local onde se fez a construção não tem importância para o caso, pois a Prefeitura pode construir não somente em seus domínios, como no domínio alheio, sem que esta última hipótese venha a importar a perda da benfeitoria em favor do proprietário do solo. O que importa verificar é se a construção pertence à Prefeitura e tem esta o direito de cobrar alugueres. Se a embargante pagou o Domínio da União qualquer taxa pela ocupação da área, pagou mal, porque, em se tratando de um próprio municipal, nenhuma taxa poderia recair sobre o mesmo, em face do disposto na letra a), do inciso V, do art. 31 da Constituição Federal.

IV — Na audiência de instrução e julgamento feriram-se os debates orais entre as partes, por seus representantes, sobre os pontos da causa. Na audiência marcada, publicou o dr. Juiz dos Feitos da Fazenda sua sentença, julgando improcedentes os embargos e subsistente e válida a penhora de fls., condenando a executada no pedido e custas.

Inconformada, a ré agravou de petição, sendo o recurso recebido e regularmente processado, e os autos remetidos à Superior Instância. — E' o relatório.

V — O que tudo visto e atentamente examinado:

Pelo documento de fls. 10 — contrato assinado entre agravante e agravada — obrigou-se aquela a construir para esta, sob condições e cláusulas estipuladas no re-

ferido contrato, um "Cliper", para nele explorar, a firma Waldevino Pinto & Cia. Ltda., o comércio de querosene e gasolina — o que realmente foi feito — concessão que vigoraria por 15 anos, mediante o pagamento do aluguel mensal de Cr\$ 1.000,00. Como, posteriormente, viesse o Serviço do Patrimônio da União reclamar a propriedade do solo onde fora construído o "Cliper", onde fora construído o "Cliper", sob a alegação de que se tratava de terreno de marinha, e exigisse o pagamento da taxa de ocupação, entendeu, a ora agravante, de se negar ao compromisso assumido com a ora agravada, alegando, como justificativa, que o respectivo contrato teria ficado sem efeito, de vez que a mesma agravada locara um terreno que não era seu.

Engana-se, porém, a agravante. Para o caso carece de relevância a circunstância especial de pertencer ao Domínio da União o terreno em que foi construído o "Cliper".

Como bem deixou patente a decisão agravada, a propriedade do solo e a da benfeitoria, podem coexistir, ou estar dissociadas e pertencer a pessoas diversas. A agravada, na verdade, não está pleiteando a cobrança de qualquer taxa de ocupação do terreno, que de fato lhe não pertence, e sim, exigindo os alugueres devidos pelo agravante, em face de um contrato de locação firmado entre ambas as partes — ele, agravante, de um lado e a Prefeitura, agravada, de outro — para a explora-

ção de um "Cliper" para venda de querosene e gasolina.

A agravada, que beneficiou o local com água, esgoto, e calçamento, e ali mantém serviços de iluminação e limpeza públicas, se não tem o domínio direto do solo, situado na faixa litorânea dos terrenos de marinha, tem, entretanto, o domínio útil sobre o mesmo, e assim, pode explorá-lo por si ou por terceiro, mediante aluguel, como fez com o agravante pelo contrato de fls. 10 e 11.

Prozada, pois, a relação ex-locação entre as partes, nada mais preciso se torna para concluir pela legitimidade do direito da agravada — Prefeitura Municipal de Belém — de exigir da agravante o cumprimento do contrato, máxime quando este, de natureza bilateral, não pode unilateralmente ser declarado nulo e sem efeito, como pretende a agravante.

VI — A vista do exposto: ACORDAM os Juizes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Pará, em conferência e à unanimidade da respectiva Turma julgadora, negar provimento ao presente agravo de petição, assim confirmando, por seus fundamentos, a decisão agravada. — Custas pelo agravante. — P. e R.

Belém, 5 de setembro de 1955. (a.a.) Antônio Melo, Presidente; Arnaldo Valente Lobo, Relator.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belém, 20 de setembro de 1955. — LUIS FÁBIA — secretário.

FORUM DA COMARCA DE BELEM

EXPEDIENTE DO DIA 16 DE SETEMBRO DE 1955
Juiz de Direito da 2a. Vara, ac. a 1a.

Juiz — Dr. HUGO OSCAR FIGUEIRA DE MENDONÇA
Ação executiva movida por A. Monteiro da Silva contra O. F. Lima — Mandou citar.
— Idem contra Ramiro Rodrigues — Idêntico despacho.
— Idem por Pedro Lazar & Irmão contra R. Moraes — Mandou citar.

— Renovação de contrato de locação: A. O. da Silva; R. Corina Machado e outra — Nomeou perito desempatador o Dr. Roberto Paixão.

— Imissão de posse: A. Nancy de Carvalho Bentes; R. Raimundo Pereira — Mandou citar.
— No requerimento de Ave-
lino Lopes de Freitas — Conclusos.

— Idem de Maria Sobreira de Moura — Diga o Dr. C. Geral.
Juiz de Direito da 7a. Vara, ac. a 6a.

Juiz — Dr. JULIO FREIRE GOUVEIA DE ANDRADE
No requerimento de Maria do Livramento de Assis Diniz — Deferido.

— Idem de Zulmira Braga — Conclusos.

— Idem de Zuneida de Sousa Mourão — Como requer.

— Idem de Virgínia Rodrigues Branco — Conclusos.

— Despejo: A. José Mata; R. Vital Alves Santana — Diga o autor.

— No requerimento de Joaquim Inalinda Cardias — Como requer.

— Inventário de Teodomiro Pena Teixeira — Em declarações finais.

— Ação ordinária: A. José Gurjão Sampaio; R. Ernani Rezende da Silva — Julgou por sentença a desistência da ação.

— No requerimento de Maria Luiza da Cruz — Mandou solicitar informações.

— Idem de Maria de Lourdes Marques — Diga o Dr. C. de Menores.

— Alvará: Requerente, Cláudio Nunes Pereira — Deferiu.

— Homologação de entrega de menor: Requerente, Estelita Miranda — Homologou.

— Idem por dona Neomar Serra Sousa — Homologou.

— Idem por Maria Eulina Mo-

reira — Idêntico despacho.

— No requerimento de Damião Pereira Carmona — Mandou citar.

— Reabilitação: Requerente, Elias Ramiro Bentes — Mandou publicar os editais.

— Investigação de paternidade: A. Helena da Silva Pacheco; R. Fernando Lucio de Lima Franca — Marcou o dia 23 do corrente, às 11 horas, para o prosseguimento.

— Ação ordinária: A. Lauro Reis de Almeida; R. Zilda Res-
e seu marido — Mandou citar a Prefeitura.

— Ação ordinária: A. Elvira Bartoli Leite; R. Irene Tavares Branco — Mandou selar e preparar.

— Desquite litigioso: S. Haroldo Mendes; R. Maria Madalena da Silva Mendes — Marcou o dia 30, às 10 horas, para a audiência de instrução e julgamento.

— Despejo: A. Bertina de Lobato Miranda Chermont; R. Raimundo Zeno Ferreira — Idem, dia 28 do corrente, às 10 horas.

— Pretoria do Cível e Comércio, ac. a 5a. Vara.

Pretoria — Dra. LÉDA HORTA DE SOUSA MOLTA.

— No requerimento de Raimundo Ciriaco da Silva — Mandou juntar.

— Idem de Acacio Carolino de Sá — Deferido.

— Idem de Pires da Costa & Cia. — Mandou citar.

— Idem de Eugenio Ferreira das Neves — Sim, às 10 horas do dia 29 do corrente.

— Despejo: A. Mariano Florencio Ferreira; R. Alirio Pinto — Decretou o despejo.

— Arrolamento de Louraça Maria Francisca — Mandou citar por edital com o prazo de 30 dias.

— Despejo: A. João Contreiras de Oliveira; R. Deodoro Machado Serruila — Mandou expedir mandado de imissão de posse.

— Idem: A. A. Monteiro da Silva & Cia. Ltda.; R. Antonio de Oliveira Monarte — Deferiu o pedido de entrega de documentos.

— No requerimento da Sociedade União Beneficente Paraense — Sim.

— Idem de José Pacheco Condurú — Deferido.

— Idem de José Anísio de Oliveira — Conclusos.

— Ação executiva: A. Samuel Levy & Cia.; R. Raimundo Nonato de Sousa — Mandou citar.

— Reintegração de posse: A. Manoel d'Almeida; R. Luiz Mota de Carvalho — Mandou renovar as diligências para o dia 21 do corrente, às 9,30 horas.

— Ação ordinária: A. Pro-
dutos Vitória Ltda.; R. Braz Allen — Idem, dia 22, às 10 horas.

— Imissão de posse: A. Caci-
da Marai Lopes; R. João Nunes de Sousa — Mandou juntar cópia do termo de audiência.

— No requerimento de Ama-
bis Castro Martinez — Mandou citar.

— Idem de Pires da Costa & Cia. — Mandou citar.

— Idem de Raimundo Geraldo da Silva Sales e outros — Conclusos.

— Idem de Mario Gouveia Santiago — Conclusos.

— Idem de Fernando Teixeira — Mandou sejam satisfeitas as exigências legais.

— Alteração de nome: Re-
querente, Luciano Dias Maia — Julgou por sentença procedente a justificação produzida e mandou entregar os autos, independente de traslado.

— Imissão de posse: A. Su-
lamita da Silva Araújo; R. Ede-
mar Sarmanho — Deferiu as
provas indicadas.

— Arresto: Requerente, Fer-
reira Pinho & Cia.; Requerido,
Idgar Vasconcelos — Mandou ar-
restar.

— Vistoria: A. Arminda Ma-
chado Moreira; R. Luiz Corde-
lier — A conta.

— No requerimento de Lou-
renço Corrêa Pantoja — Diga o
M. Público.

— Ação executiva movida
pelo Banco Moreira Gomes S. A.
contra Carlos Pereira Vinagre e
sua mulher — Nada a decidir.

— Arresto: A. Maia & Ir-
mão; R. Celia Maria & Irmão e
Oscar Ferreira Lima — Mandou
citar.

— Despejo: A. Artur Tei-
xeira de Mesquita; R. a herança
de Antonio Homes da Silva
e outros — Deferiu as provas
indicadas.

— Inventário de Raimundo
Nonato da Silva — Em declara-
ções finais.

— No requerimento de Joa-
quim Inacio da Silva — Mandou
juntar.

— Consignação: A. José Pa-
checo Condurú; R. Maria Frei-
tas Lobato — A cartório para
juntada de petição.

— Averbação: Requerente,
Maria José Lopes — Deferiu.

— Idem por dona Alice Men-
des Pereira Seixas — Idêntico
despacho.

— Idem por Germano Gomes
— Indeferiu.

— No requerimento de João
Pires de Araújo — Mandou
citar.

— Idem de Domingas Soares
de Lima — Deferiu.

— Idem de Rafael Pugliése
— Diga o M. Público.

— Retificações: Requerente,
Sebastiana Siqueira Brito — De-
ferido.

— No requerimento de Maria
Alves da Silva — Sim.

— Retificações: Requerente,
Maria Gomes do Rosário — De-
feriu.

— Idem por Maria Moraes
de Sousa — Deferiu.

— Despejo: A. Luci Jacob de
Aragão; R. Francisquinha Car-
valho — Nomeou os peritos in-
dicados pelas partes.

— Precatória vinda do D. Fede-
ral — Mandou devolver.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Anúncio de Julgamentos da 1.^a Câmara Cível

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo exmo. sr. desembargador presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, foi designado o dia 26 de setembro corrente para julgamento, pela 1.^a Câmara Cível, dos seguintes feitos:

Apelação Cível "ex-officio" — Breves — Apelante — O dr. Juiz de Direito da Comarca — Apelados — Antonio Felipe Nemer e sua mulher — Relator — desembargador Augusto R. de Borborema.

Apelação Cível — Igarapé-Miri — Apelante — Jorge Sérgio Corrêa — Apelados — Rogério Antonio de Sousa e sua mulher, pela Justiça Gratuita — Relator, desembargador Augusto Rangel de Borborema.

Agravo — Marabá — Agravante — Plínio Pinheiro — Agravados — Antonio Lima e sua mulher — Relator, desembargador Augusto Rangel de Borborema.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belem, 19 de Setembro de 1955. — LUIS FARIA, secretário.

Anúncio de Julgamentos da 1.^a Câmara Penal

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, pelo exmo. sr. desembargador presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, foi designado o dia 26 de setembro corrente para julgamento, pela 1.^a Câmara Penal, dos seguintes feitos:

Apelação Penal — Vigia — Apelante — Hamilton da Silva Cardoso — Apelada, a Justiça Pública. Relator — desembargador Augusto Rangel de Borborema.

Idem — Idem — Capital — Apelante — Marciano Máximo de Jesus — Apelada, a Justiça Pública — Relator — desembargador Mauricio Pinto.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belem, 19 de Setembro de 1955. — LUIS FARIA, secretário.

EDITAL

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que deram entrada hoje, nesta, Secretaria, sendo registrados na mesma data, os autos de apelação cível da Comarca de Marabá, em que são partes, como apelantes, Ernestina Acácio da Silva e Manoel Brito de Almeida; e, apelados, os mesmos, a fim de ser preparada dita apelação, para sorteio de relator, distribuição e julgamento pela Câmara Cível competente do Egrégio Tribunal de Justiça, dentro no prazo de dez (10) dias, a contar da publicação deste, nos termos da lei em vigor.

Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-Belem, 16 de Setembro de 1955. — LUIS FARIA, secretário.

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o sr. João Alves da Silva e dona Raimunda Araújo.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, sapateiro, domiciliado nesta cidade e residente à avenida Marquês de Herval, 989, filho de João Pinto dos Santos e de dona Francisca da Silva.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à avenida Marquês de Herval, 983, filha de Francisco Araújo e de dona Sebastiana Araújo Cláudio.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de setembro de 1955.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, escrevente juramentada, dato e assino no impedimento do Oficial. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 12.257 — Dias : 22 e 29-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. Gildo Gouvêa da Silva e a senhorinha Maria de Lourdes Marinho da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, motorista, domiciliado nesta cidade e residente à travessa Carlos de Carvalho, 722, filho de dona Teonila Gouvêa dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à rua dos Mundurucus n. 409, filha de Manoel Marinho da Silva e de dona Deolinda Marinho da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de setembro de 1955.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, escrevente juramentada, dato e assino no impedimento do Oficial. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 12.258 — Dias : 22 e 29-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. José Matos da Cunha e dona Maria Moreira da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, chofer, domiciliado nesta cidade e residente à Vila Virgínia, 60, filho de João Matos da Cunha e de dona Valdomira Matos da Cunha.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Vila Virgínia, 60, filha de Raimundo Moreira da Silva e de dona Joana Maria Moreira da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de setembro de 1955.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, escrevente juramentada, dato e assino no impedimento do Oficial. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 12.259 — Dias : 22 e 29-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. José Alves dos Santos e dona Maria Luzemira Camanho Lopes.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, braçal, domiciliado nesta cidade e residente à Passagem Isabel, 100, filho de Manoel Tavares dos Santos e de dona Maria de Lourdes dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Passagem Isabel, 100, filha de dona Eremita Camanho Lopes.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

EDITAIS
JUDICIAIS

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de setembro de 1955.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, escrevente juramentada, dato e assino no impedimento do Oficial. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 12.260 — Dias : 22 e 29-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. Manoel Antonio Soares da Costa e dona Carmen Corrêa Gonçalves.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, alfaiate, domiciliado nesta cidade e residente à Vila Ipiranga, 5, filho de Antonio Soares da Costa e de dona Helena Soares da Costa.

Ela é também solteira, natural do Pará, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Vila Ipiranga, 5, filha de Virgílio Gonçalves e de dona Luiza Corrêa Gonçalves.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 21 de setembro de 1955.

E eu, Regina Coeli Nunes Tavares, escrevente juramentada, dato e assino no impedimento do Oficial. — Regina Coeli Nunes Tavares.

(T. 12.261 — Dias : 22 e 29-9-55 — Cr\$ 40,00).

PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o sr. Geraldo Januário de Menezes e a senhorinha Maria Pereira da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, funcionário federal, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Piedade, 390, filho de Vitor Alves de Menezes e de dona Mariana de Souza.

Ela é também solteira, natural do Pará, Araticu, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. 9 de Janeiro, 138, filha de Candido Pereira da Silva e de dona Davina Pereira da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de setembro de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Regina Coeli Nascimento, Escrevente juramentada.

(T. 12.216 — 15 e 22-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. Raimundo Maria Campos e a senhorinha Maria do Rosario Ribeiro Lisboa.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, contador, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Dr. Malcher, 210, filho de Avelino Campos e de dona Guiherme Machado Campos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Bragança, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua Tomazia Perdigo, n. 40, filha de Raimundo dos Santos Lisboa e de dona Hostília Ribeiro Lisboa.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de setembro de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Regina Coeli Nascimento, Escrevente juramentada.

(T. 12.217 — 15 e 22-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. José Raimundo Guimarães Natividade e a senhorinha Almira de Souza Freitas.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Av. Alcindo Cacela, 319, filho de Lúcio Pamplona Natividade e de dona Rosa Guimarães Natividade.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Generalissimo Deodoro, n. 472, filha de João Coelho de Freitas e de dona Florinda de Souza Freitas.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de setembro de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Regina Coeli Nascimento, Escrevente juramentada.

(T. 12.218 — 15 e 22-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. Hinton Rodrigues e a senhorinha Rosy Teixeira Paes Barreto.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, militar, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Joaquim Távora, 102, filho de Vicente Rodrigues e de dona Maria Lima Rodrigues.

Ela é também solteira, natural do Amazonas, Manaus, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Joaquim Távora, 102, filha de Augusto Paes Barreto e de dona Maria Pulcheria Teixeira Paes Barreto.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de setembro de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Regina Coeli Nascimento, Escrevente juramentada.

(T. 12.219 — 15 e 22-9-55 — Cr\$ 40,00).

Faço saber que se pretendem casar o sr. José dos Santos Silveira e dona Raquel Barbosa Ribeiro.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, militar, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Pariquis, 272, filho de dona Joana Baptista dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Pariquis, 272, filha de Manoel Bruno Ribeiro Barbosa e de dona Inês Maria da Conceição.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 14 de setembro de 1955.

E eu, Raimundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — Regina Coeli Nascimento, Escrevente juramentada.

(T. 12.220 — 15 e 22-9-55 — Cr\$ 40,00).



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Boletim Eleitoral

DÔ ESTADO DO PARÁ

ANO VII

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1955

NUM. 1.563

30.ª ZONA (BELÉM) PARÁ, BRASIL

ICOARACI

1.ª SECCÃO — Edifício da Escola do Guará — Presidente, Antonio Alberto dos Santos; 1.º Mesário, Silvio Coimbra dos Santos; 2.º Mesário, Haroldo de Nazaré Leal da Cunha; Suplentes, Manuel Nascimento de Oliveira, Fileto de Almeida Teles e Vitor Ramos da Silva.

2.ª SECCÃO — Santa Rosa Esporte Clube — Presidente, Abelardo José de Almeida; 1.º Mesário, Paulo Afonso Galvão; 2.º Mesário, Raimunda do Carmo Ribeiro Braga; Suplentes, Helena Ferreira, Fábio Favares Ervedosa e Zózimo dos Santos Martins.

3.ª SECCÃO — Escola Mista de Agulha — Icoaraci — Presidente, Jaime de Figueiredo Castro; 1.º Mesário, Luiz Benjamin da Silva; 2.º Mesário, Antonio Hélio da Silva Gaspar; Suplentes, Moacir Moura Costa, Ivo Pinto de Sousa e Lício Mariolino Solheiro.

4.ª SECCÃO — Portaria do Matadouro do Maguari — Icoaraci — Presidente, Ademar de Seixas Franco; 1.º Mesário, Caetano Leal da Cunha; 2.º Mesário, Joana Gomes Pompeu; Suplentes: Marina Pena Casseb, Maria José Monteiro e José Júlio Ferreira.

5.ª SECCÃO — Estação da Estrada de Ferro de Bragança — Sala "A": Presidente, Norberto Pereira de Barros; 1.º Mesário, Raimundo Ferreira de Oliveira; 2.º Mesário, Orlando de Figueiredo Braga; Suplentes, Orlando Pereira Bastos, José da Silva Bastos Neto e Napoleão Mendes Gemaque.

6.ª SECCÃO — Estação da Estrada de Ferro de Bragança — Sala "B": Presidente, João Cândido Reis; 1.º Mesário, Francisco Ray Soares; 2.º Mesário, Alcides Corrêa de Costa; Suplentes, Maria Martha Marques, Célia Carvalho Pena Carneiro e Raimundo Augusto dos Santos.

7.ª SECCÃO — Grupo Escolar "Coronel Sarmento" — Sala "A": Presidente, Wilson Soeiro da Silva; 1.º Mesário, Máximo João Casseb; 2.º Mesário, Milton de Sousa Anibal Ladislau; Suplentes, Dagmar Furtado de Oliveira, Aristolea de Almeida Coutinho e João Ferreira Cordovil.

8.ª SECCÃO — Grupo Escolar "Coronel Sarmento" — Sala "B": Presidente, Antonio Martins Sobrinho; 1.º Mesário, Eduardo Jorge Puga; 2.º Mesário, João Guimarães Campos; Suplentes, Clarice Cotrin Pinheiro, Regina Danin Lisboa e Domingos Lopes da Silva.

9.ª SECCÃO — Sede do Pinheirense Esporte Clube — Presidente, dr. Francisco Gemaque Alvaro; 1.º Mesário, João Pinheiro Gomes; 2.º Mesário, Nelson Emil Esperidião Nassar; Suplentes: Mary Xerfan, Ana Macedo de Oliveira Alves e Hero Mamud Sales.

10.ª SECCÃO — Sub-Prefeitura Municipal de Icoaraci — Sala "A": Presidente, Mamede Cardias; 1.º Mesário, Francisco Belo da Silva; 2.º Mesário, José Soares Couto; Suplentes, Virgília Travassos Benayon, Maria dos Santos Nascimento e Raimundo Rodrigues de Campos.

11.ª SECCÃO — Sub-Prefeitura de Icoaraci — Sala "B": Presidente, José Pontes Pinto; 1.º Mesário, José Alves Arruda; 2.º Mesário, Raimundo Nonato Cardoso Sobrinho; Suplentes, Maria Helena Cruz, Lidia Cardoso Monteverde e Manoel Aurilo Ramos Machado.

12.ª SECCÃO — Escola Maguari — Icoaraci — Presidente, Belo Camarão Marques; 1.º Mesário, Luiz Antônio Bezerra da Silva; 2.º Mesário, Francisco Vidal da Silva; Suplentes, Ar-

gemiro Moura Costa, Justa Cardoso Monteverde e Manoel Menezes Borges.

13.ª SECCÃO — Edifício do Matadouro do Maguari — Icoaraci — Presidente, Agripino da Penha Rodrigues; 1.º Mesário, Raimundo Luiz Pereira Corrêa; 2.º Mesário, Raimundo Damasceno; Suplentes: Francisco Moura Costa, Antonio de Lima Guedes e Cornélio Antonio Neves.

14.ª SECCÃO — Aprendizado Agrícola Manoel Barata — Outeiro — Icoaraci — Presidente, Manoel Dula do Amaral; 1.º Mesário, Silvino Sanches; 2.º Mesário, José Raimundo de Oliveira Guimarães; Suplentes, José Maria de Sousa Paes, Diogo de Oliveira Pinto Santos e Aldemir Gadelha Franco.

15.ª SECCÃO — Escola Mista do Outeiro — Icoaraci — Presidente, Helder Farias Moreira; 1.º Mesário, Manoel de Moura Costa; 2.º Mesário, Humberto Carneiro; Suplentes: Cyro Silva, Humberto Miranda e Hugo Gomes da Silva.

16.ª SECCÃO — Escola Rural — Tenoné — Icoaraci — Presidente, João Lopes Braga; 1.º Mesário, João Batista Pinto Filho; 2.º Mesário, Raimundo Peniche dos Santos; Suplentes, José Moura Costa, Fernando da Costa Matos e Francisco Pinto de Castro.

17.ª SECCÃO — Grupo Escolar Coronel Sarmento — Sala "C": Presidente, Deocleciano Cabralzinho de Assis; 1.º Mesário, Waldemar Valdon Bezerra; 2.º Mesário, Santino de Jesus Sousa Costa; Suplentes, Messias de Moura Costa, Maria Rosa Soeiro da Silva e José Raimundo Fonseca.

MOSQUEIRO

1.ª SECCÃO — Grupo Escolar do Mosqueiro — Sala A: Presidente, Vilomar da Silva Ramalho; 1.º Mesário, Elmiro da Silva Pereira; 2.º Mesário, Antonio Santos Mendes; Suplentes, Gabriel Arguedes, Ricardo do Carmo e Antonio da Costa Furtado.

2.ª SECCÃO — Grupo Escolar do Mosqueiro — Sala B: Presidente, Virgínio Andreilino Ferreira; 1.º Mesário, Bento Pereira Amador; 2.º Mesário, Paulo Bedran; Suplentes, João Martins da Costa, Raimundo Damião Jardim e Carlos Cabral Filho.

3.ª SECCÃO — Grupo Escolar do Mosqueiro — Sala C: Presidente, Bento Portilho de Barros; 1.º Mesário, Ezequiel Batista Vieira; 2.º Mesário, Olavo Iberê de Lima Ferreira; Suplentes, Rodolfo Nunes Pinto, Raimundo Teixeira Coêlho Bastos e Heitor Bentes da Costa.

4.ª SECCÃO — Chapéu Virado — Escola Municipal Senador Antonio Lemos — Presidente, dr. Zacharias dos Santos Martyres; 1.º Mesário, João de Matos Botelho; 2.º Mesário, Joaquim Augusto de Almeida; Suplentes, Deocleciano de Deus Matos Botelho, Ubaldino Esteves dos Santos Leite e Bernardino de Sena Chagas.

5.ª SECCÃO — Escola de Maracajá — Presidente, Mário Lage; 1.º Mesário, Zacharias de Sousa Rosa; 2.º Mesário, Jonas Barreto; Suplentes, Otaviano Santos de Azevedo, Abel Miranda Teixeira e João da Costa e Silva.

6.ª SECCÃO — Edifício da Escola Juventina Vieira (Ari-ramba) — Presidente, Jonas Santos; 1.º Mesário, Manoel Agostinho Luna; 2.º Mesário, João Dias Leite; Suplentes, Teodomiro Aragão, Joaquim Cardoso Raiol e Manoel Mendes Braz.

7.^a SECCÃO — Escola da Povoação de Carananduba — Presidente, Elizio Santos; 1.^o Mesário, Moisés Gomes da Silva; 2.^o Mesário, Mário Pereira da Silva; Suplentes, Amélio Tavares, Manoel Egidio Soares e Carlos da Silva Trindade.

8.^a SECCÃO — Escola Subvencionada pela Prefeitura, em Carananduba — Presidente, Olivar Alves Ribeiro; 1.^o Mesário, Franklin de Lima Peralta; 2.^o Mesário, João Batista de Oliveira; Suplentes, Edgar Ferreira Santos, José Brigido Trindade e Otacílio de Oliveira Santos.

9.^a SECCÃO — Escola Isolada Mista da Bahia do Sol — Presidente, Joaquim Gomes Pereira; 1.^o Mesário, Custódio Barbosa Felix; 2.^o Mesário, Manoel Santos Moreira da Costa; Suplentes, Gonçalo Veloso Almeida, Arcenio Martiniano Alberto e João Pamplona da Silva.

SECCÕES DE ACARÁ

1.^a SECCÃO — Prefeitura Municipal de Acará — Sala A: Presidente, David Gonçalves de Sousa; 1.^o Mesário, Romulo Nogueira de Souza; 2.^o Mesário, Aurélio da Cunha Menezes; Suplentes, Cláudio Cordovil da Silva, Arlete de Lima Puga e Durvalina Campos da Silva.

2.^a SECCÃO — Escola Pública da Cidade do Acará: Presidente, Manoel Paiva da Mota; 1.^o Mesário, Maria Antonieta de Paiva Maciel; 2.^o Mesário, Neuza Ferreira da Silva; Suplentes, Antonio da Glória Miranda, Raimundo Bonifácio de Sousa e Florzinha Maria Puga.

3.^a SECCÃO — Escola Pública do Acará-Açu: Presidente, Hildebrando da Silva Cunha; 1.^o Mesário, Antonio Augusto Malcher Filho; 2.^o Mesário, Lindolfo do Vale Palheta; Suplentes, João Maciel da Cunha, João Olimpio Filho e Antonio Miranda Puga.

4.^a SECCÃO — Escola Pública de Boa Vista — Guajará-Miri: Presidente, Francisco Borges Quaresma; 1.^o Mesário, Dário Lameira Teles; 2.^o Mesário, Severino Galdino de Sousa; Suplentes, Maria José Araújo do Nascimento, Abdon dos Santos Caluf e Rufino Ferreira do Rosário.

5.^a SECCÃO — Escola Pública do Igarapé Genipaúba: Presidente, Miguel Henrique Sanches; 1.^o Mesário, Luiz Chaves Matar; 2.^o Mesário, Pedro dos Santos Moura. Suplentes, Lourenço Oliveira de Sousa, Justino Pantoja e Domingos Simião Tavares.

6.^a SECCÃO — Escola Pública de S. Miguel Itapecurú: Presidente, Vicente Martins Meireles dos Santos; 1.^o Mesário, João Augusto de Oliveira; 2.^o Mesário, Domingos Ferreira Borges; Suplentes, José Lima Neves Filho, Raimundo Nilo Ferreira e Boaventura Clementino Pereira.

MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

1.^a SECCÃO — Grupo Escolar "José Marcelino de Oliveira" — Sala A: Presidente, Moacir Cabral; 1.^o Mesário, Almeirinda Teixeira Rodrigues; 2.^o Mesário, Lúcia Holanda Neves Wanderley; Suplentes, Euclides Pessoa de Oliveira, Raimunda Bezerra Pinto e José Trindade de Belém.

2.^a SECCÃO — Grupo Escolar "José Marcelino de Oliveira" — Sala B: Presidente, Célio de Albuquerque Neves; 1.^o Mesário, Marlene Cruz Sodré; 2.^o Mesário, Ivan Cabral; Suplentes, João Canuto da Silva, Helena Cabral Vicente e José dos Santos Freitas.

3.^a SECCÃO — Escola Rural "Presidente Dutra" — Presidente, Manoel Antonio de Sousa; 1.^o Mesário, Ena Loureiro Cruz Sodré; 2.^o Mesário, José Armeirinho da Silva Filho; Suplentes, Gregório Freitas, Jovelino Santos e José Cabral Vicente.

4.^a SECCÃO — "Escolas Reunidas de Marituba" — Presidente, Artur de Sousa Leal; 1.^o Mesário, Silvio de Sousa Cunha; 2.^o Mesário, Laura Freire de Oliveira Falcão; Suplentes, Dionísio de Oliveira Reis, Cláudio Almerindo da Silva e Ulysses Pinheiro Cardoso Teixeira.

5.^a SECCÃO — "Escola do Maguari" — Presidente, José de Oliveira Reis; 1.^o Mesário, Célia de Queiroz Leão; 2.^o Mesário, Bianor Coêlho de Sousa; Suplentes, Raimundo Moraes, Cesarina Miranda Trindade e Vicente de Paula Cardoso Teixeira.

6.^a SECCÃO — "Escola da Vila de Benevides" — Presidente, Joaquim Silvério Sampaio; 1.^o Mesário, Maria das Dôres Sousa; 2.^o Mesário, Teodoro Machado Paiva; Suplentes, Francisco de Assis Dória, Raimunda Barbosa da Silva e Alice Coutinho de Castro.

7.^a SECCÃO — Escola da Vila de Benfica — Presidente, Raimundo Teixeira; 1.^o Mesário, Adjanir Corrêa dos Santos; 2.^o Mesário, Maria Odineia Corrêa dos Santos; Suplentes, Cláudio Barbosa da Silva, João Elias Rufino e Paulo Alves de Oliveira.

8.^a SECCÃO — Escola do povoado de Taiassui — Presidente, Aurilio Climaco da Silva; 1.^o Mesário, Maria da Silva Moreira; 2.^o Mesário, Raimundo Sodré dos Passos; Suplentes, Laércio Bezerra Falcão, Amaro Barbosa da Luz e Benedito da Purificação Pereira.

9.^a SECCÃO — Escola da Vila de Genipaúba — Presiden-

te, José Nicoláu Cordeiro; 1.^o Mesário, Terezinha de Jesus Cordeiro Jardim; 2.^o Mesário, Arlindo dos Santos Cardoso; Suplentes, João de Oliveira Queiroz, Raimundo Teixeira da Costa e Honorato Ramos da Silva.

10.^a SECCÃO — Escola da Vila de Santa Bárbara — Presidente, Lourival Dias; 1.^o Mesário, June de Azevedo Matos; 2.^o Mesário, Raimundo Nogueira de Lima; Suplentes: Agenor Guedes, Joaquim Gomes Conceição e Antonio Barata Ferreira.

11.^a SECCÃO — Escola do Coqueiro — Presidente, Paulo Mendes Aires; 1.^o Mesário, Diva Fernandes; 2.^o Mesário, Damião Paiva Viégas; Suplentes, Antonio Barata da Silva, Manoel Santana Fonseca e Manoel Antonio Alves.

12.^a SECCÃO — Escola de Canutama — Presidente, Manoel Marques Dória; 1.^o Mesário, Eunice Alves do Nascimento; 2.^o Mesário, Henrique Cândido Rodrigues; Suplentes, Ana Carvalho Monteiro, Manoel Rosas e Alzira Duarte de Oliveira.

13.^a SECCÃO — Escola do Murini — Presidente, Manoel Vieira; 1.^o Mesário, Waldemar Gomes Casanova; 2.^o Mesário, Oséas de Oliveira; Suplentes, Luiza Ferreira da Silva, Margarida Barbosa da Silva e Adelino Mesquita do Amaral.

14.^a SECCÃO — Escola da Morada Nova, Rio Aracy — Presidente, Sebastião Reis; 1.^o Mesário, Maria Joana Cordeiro da Rocha; 2.^o Mesário, Sabas Ferreira da Silva; Suplentes, Honorato de Sousa Jardim, dr. Alberto Sidrin e Basílio Lobato de Oliveira.

MUNICÍPIO DE BARCARENA

1.^a SECCÃO — Edifício da Prefeitura Municipal de Barcarena — Sala A: Presidente, Euclides Nogueira Lima; 1.^o Mesário, Alcebíades Leandro de Menezes; 2.^o Mesário, Pedro da Silva Cravo Júnior; Suplentes, Mário Antonio de Oliveira, Anacleto Alves de Amorim e Altervir José Furtado.

2.^a SECCÃO — Edifício da Prefeitura Municipal de Barcarena — Sala B: Presidente, Manoel Tavares de Moraes; 1.^o Mesário, Manoel Monteiro Caravelas; 2.^o Mesário, Togo Figueiredo Vasconcelos; Suplentes, Mário de Figueiredo Vasconcelos, Argemiro Tavares da Costa e Bertino da Purificação Dias.

3.^a SECCÃO — Escola Pública do Edifício da Prefeitura Municipal de Barcarena — Sala A: Presidente, Hamilton Reis de Sousa; 1.^o Mesário, Jorge Augusto de Carvalho; 2.^o Mesário, Gregório de Moraes Tavares; Suplentes, Aristarco de Moraes Rodrigues, Maria do Carmo Barbosa Teixeira e Francisco de Sales Manito Júnior.

4.^a SECCÃO — Edifício da Câmara Municipal — Sala A: Presidente, José Maria de Jesus Guerreiro; 1.^o Mesário, José Joaquim da Silva Júnior; 2.^o Mesário, João Menezes de Oliveira; Suplentes, Raimundo de Araújo Góes, Júlia Pereira da Silva e Antonio Peres.

5.^a SECCÃO — Edifício da Câmara Municipal — Sala B: Presidente, Raimundo Fernandes dos Santos; 1.^o Mesário, Raimundo Nonato de Moraes Junior; 2.^o Mesário, Adelino Ponte Sousa; Suplentes, João Albuquerque Wanderley, Gregório Campos e Maria Celi Peres.

6.^a SECCÃO — Escola Pública no Edifício da Prefeitura Municipal de Barcarena — Sala B: Presidente, Terezinha Cardoso Dias; 1.^o Mesário, Maria Inez Tavares Rodrigues; 2.^o Mesário, Maria Fausta Furtado da Silva. Suplentes: Lauro Saturnino de Oliveira, Otávio Fulgêncio de Lima e João Cravo Dias.

7.^a SECCÃO — Edifício da Escola Rural — Vila Morucupi (Ex-Condé): Presidente, José Cardoso Bahia; 1.^o Mesário, Manoel dos Anjos; 2.^o Mesário, Joana dos Anjos Pereira; Suplentes, João Magno de Medeiros, Elias de Sousa Filgueiras e Arcânjo Monteiro de Miranda.

8.^a SECCÃO — Escola Pública do Rio Arienga — Barcarena: Presidente, Antonio Rosa Brito; 1.^o Mesário, Manoel da Silva Freitas; 2.^o Mesário, Raimunda Lopes de Sousa. Suplentes, Hermenegildo Teixeira, Nicolau Carneiro Fernandes e Alcides Vieira de Araújo.

9.^a SECCÃO — Edifício da Escola Pública — Itupanema — Barcarena: Presidente: Catolino Nascimento Gomes; 1.^o Mesário: Jandira Lindalva Cordeiro; 2.^o Mesário, Iracema Borges de Sousa; Suplentes, Osvaldo Vilar Valente, Cerdelino da Silva Pinheiro e Antero da Silva Costa.

10.^a SECCÃO — Edifício da Escola Pública — Aicará — Barcarena: Presidente, Eulálio Alfaia da Trindade; 1.^o Mesário, Lucila Nunes dos Santos; 2.^o Mesário, Maria Madalena Alfaia Campos; Suplentes, Carlôta da Silva Machado, Raimundo Nonato da Silva Costa e Antonio Martins Feitosa.

11.^a SECCÃO — Escola Pública de Arapary — Barcarena: Presidente, Wandick Cutierre; 1.^o Mesário, Jacyra Natalina Bentes dos Reis; 2.^o Mesário, Sebastião de Campos Smith; Suplentes, Antonio da Silva Bentes, Climéria Gonçalves Vanzerler Cardoso e Alexandre de Belém Monteiro.

12.^a SECCÃO — Edifício da Escola Pública — Uzina Vitória — Ilha das Onças — Barcarena: Presidente, Luiz Soares de Macêdo; 1.^o Mesário, Benedito Gouveia da Costa;

2.º Mesário, Vital da Costa Gouveia; Suplentes, Olavo Lourenço da Silva, Antonio Moura Barbosa e Antonio Costa Sosinho.

13.ª SECCÃO — Edifício da Escola Pública — Olaria Landi — Ilha das Onças — Barcarena: Presidente, Hinton Costa Ferreira; 1.º Mesário, Neusa da Silva Ramos; 2.º Mesário, Macedônio Teodoro Brabo; Suplentes, Benedito Ponciano Brabo, José Carlos Siqueira e Carlos Alberto Chaves.

14.ª SECCÃO — Edifício da Escola Pública — Olaria Arapiranga: Presidente, Pedro Felix Lins Cardoso; 1.º Mesário, Ana Lúcia da Silva Rocha; 2.º Mesário, Irineu Pereira Silva; Suplentes, Orion Soares da Silva, Nelson Prado da Silva e Genésio Veloso da Silva.

15.ª SECCÃO — Guajará da Costa — Edifício da Escola Pública: Presidente, Francisco Gentil da Costa Dias; 1.º Mesário, Raimundo Oliveira Santana; 2.º Mesário, Manoel Maciel da Costa; Suplentes, Raimundo Rodrigues da Silva, Raimundo Pimenta Barbosa e Antonio de Sousa Góes.

16.ª SECCÃO — Ilha das Onças — Ponta de Cima — Edifício da Escola Pública: Presidente, Ademar Calumbi; 1.º Mesário, Sarah Maria da Conceição; 2.º Mesário, José de Oliveira; Suplentes, Gracelino Lourenço dos Santos, Izauro da Conceição Barbosa e Antonio Xavier de Moraes.

BUJARÚ

1.ª SECCÃO — Prefeitura Municipal de Bujarú — Sala "A": Presidente, Odilon de Sousa Cunha; 1.º Mesário, Joaquim Lopes de Campos; 2.º Mesário, Geralda Gomes da Silva; Suplentes, Ursulino Manoel da Silva, Arlindo Pereira Ferreira e José Sombreira da Silva.

2.ª SECCÃO — Prefeitura Municipal de Bujarú — Sala "B": Presidente, Pedro de Campos Vieira; 1.º Mesário, Maria Luiza Ferreira de Sousa; 2.º Mesário, Oneide Ferreira de Araújo; Suplentes, Agostinho Campos Bessa, Cirilo Ferreira de Paiva e Edgar da Silva Faro.

3.ª SECCÃO — Escola Pública do Km. 13 — Bujarú — Presidente, José Oliveira Júnior; 1.º Mesário, Moacir de Sousa Padre; 2.º Mesário, Alice Nunes Marques; Suplentes, Antonio Pires Sales, Antero Moraes da Costa e Epifânio Tomaz do Nascimento.

4.ª SECCÃO — Escola Rural da Vila de Santana — Bujarú — Presidente, Raimundo Corrêa Matos; 1.º Mesário, Raimundo Novais de Albuquerque; 2.º Mesário, Marieta Ferreira de Araújo; Suplentes, Casemiro da Silva Albernaz, Pedro Guedes Alcoforado e Jesus Ribeiro de Brito.

5.ª SECCÃO — Agência Municipal da Vila de Santana — Bujarú — Presidente, Olavo Bolonha de Campos; 1.º Mesário, Pedro Ferreira de Sousa; 2.º Mesário, Joaquim Gomes da Silva; Suplentes, Angelo Andrade, Eloi Bibiano Lopes e Alcides Gomes da Silva.

6.ª SECCÃO — Escola Mista da foz do igarapé Jaurá — Bujarú — Presidente, Raimundo Pereira Rodrigues; 1.º Mesário, Olivar Sérvulo da Costa; 2.º Mesário, José Gonçalves Calado; Suplentes, Francisco Calado da Conceição, Idalino Perdigão Nascimento e Alvaro Santiago da Silva.

7.ª SECCÃO — Escola Rural da Vila de Santa Maria do Guajará-Açú — Presidente, Manoel Balse da Silva; 1.º Mesário, Rosildo José de Oliveira Pombo; 2.º Mesário, Pedro Martins Gaia; Suplentes, Cassiano Teixeira de Oliveira, Eulampio Benício da Conceição e Geraldo Bastos.

8.ª SECCÃO — Escola Pública da Vila de Santa Maria de Guajará-Açú — Presidente, Severo Lúcio da Silva Filho; 1.º Mesário, Raimunda Freitas dos Reis; 2.º Mesário, Pedro Antonio Farias; Suplentes, Calixto Chermont Farias, Dionísio Freitas Piedade e Claudino Marcelino Gaia.

9.ª SECCÃO — Escola Pública da Vila de São Sebastião — Alto Guajará-Açú — Presidente, João de Freitas Lopes; 1.º Mesário, Gratuliano Rodrigues de Farias; 2.º Mesário, Idelino Coutinho dos Santos; Suplentes, Cristiano Oliveira Filho, Izidoro Marques e Dionísio Rosa da Conceição.

10.ª SECCÃO — Sociedade São Sebastião — Vila São Sebastião — Alto Guajará-Açú — Presidente, Jonas da Silva Machado; 1.º Mesário, José Tiago Gomes; 2.º Mesário, Sebastião Cardoso; Suplentes, Estevão Medeiros de Sales, João da Cruz Oliveira Gomes e Alípio Piedade de Oliveira.

11.ª SECCÃO — Escola Pública de Curucambaba — Presidente, Graciano Corrêa da Silva; 1.º Mesário, Expedito Bernardino da Silva; 2.º Mesário, João Gomes da Silva; Suplentes, Antonio Furtado Buruti, Eleutério Alves de Sales e Antonio Vale.

12.ª SECCÃO — Escola Pública do igarapé Jutai — Bujarú — Presidente, Waldo Ferreira de Carvalho; 1.º Mesário, Margarida Assunção; 2.º Mesário, Manoel Benedito Favacho Filho; Suplentes, Epifânio Elias Cordeiro, Erminio da Silva Cunha e Evilásio dos Santos Batista.

13.ª SECCÃO — Escola Pública da Vila de São Raimundo — Guajará-Miri — Presidente, Alberto Macêdo de Oliveira; 1.º Mesário, Alberto Nunes dos Santos; 2.º Mesário, Jesus da Silva Martins; Suplentes, Antonio Raimundo dos Santos, Antonio Severino Dias e Cantídio Novais Coutinho.

14.ª SECCÃO — Escola Pública de igarapé — Cravo — Bujarú — Presidente, Rodopiano Rocha da Silva; 1.º Mesário, Herundina Marreiros de Magalhães Batista; 2.º Mesário, Mário Santana Albernaz; Suplentes, Benedito dos Santos Loubé, Brígido dos Santos Chaves e José Paes Pinto.

15.ª SECCÃO — Escola Pública do Km. 29 — Castanheiro — Bujarú — Presidente, Wilson Tocantins Lobato; 1.º Mesário, Osmarina Soares Evangelista; 2.º Mesário, Adonias de Sousa Pinheiro; Suplentes, Henrique Lopes de Sousa, Francisco Rodrigues Sarmento e Raimundo Vitor da Conceição.

16.ª SECCÃO — Acampamento do D.E.R. — Km. 20 — Igarapé-Açú — Bujarú — Presidente, Moacir Leite; 1.º Mesário, Raimundo Ferreira da Cunha; 2.º Mesário, Irani dos Santos Negrão; Suplentes, Olinio Francisco da Silva, Raimundo Juvenino Gadelha e Nicodemes Leonardo da Costa.

17.ª SECCÃO — Escolas Reunidas D. Mário de Miranda Vilas Boas — Cidade de Bujarú — Presidente, Higino dos Reis Pampolha; 1.º Mesário, Dulcídio Geraldo de Sousa; 2.º Mesário, Francisco Aprigio de Medeiros; Suplentes, Osmar Mendes de Magalhães, Ozi de Menezes Gomes e Pedro Cirio Marinho.

SECCÕES DE TOMÉ-AÇÚ

1.ª SECCÃO — Escola Pública de Tomé-Açú — Sala A: Presidente, Alípio de Sá Vieitas Filho; 1.º Mesário, Cirilo Rodrigues Pinto; 2.º Mesário, Basílio Glória; Suplentes, Carlos de Sousa Batista, Ivany Sarmento Franco e Gregório Perdigão Gemaque.

2.ª SECCÃO — Escola Pública de Tomé-Açú — Sala B: Presidente, Benedito Calandrine de Sousa; 1.º Mesário, Tomé dos Santos; 2.º Mesário, Benedito Pinheiro; Suplentes, Washington Ferreira da Silva, Roberto Rodrigues Silva e Juvenal do Espírito Santo.

3.ª SECCÃO — Prefeitura Municipal de Tomé-Açú — Presidente, Otávio Gomes da Cunha; 1.º Mesário, Asclepiades Manoel Gama de Moraes; 2.º Mesário, João Gonçalves Cardoso; Suplentes, Antonio Silva Portilho, Francisco Marcelino da Silva e Francisco de Andrade Brabo.

4.ª SECCÃO — Escola Fábio Luz — Água Branca — Tomé-Açú — Presidente, José Gama Chuva; 1.º Mesário, Firmo do Carmo Pereira; 2.º Mesário, Manoel Moura Ramalho; Suplentes, Manoel Rodrigues Pinto, Vicente de Paulo Damasceno da Costa e Anísio Ferreira Braga.

5.ª SECCÃO — Escola Pública de Marupaúba — "Moçoões" — Presidente, Vicente de Araújo Barbosa; 1.º Mesário, José Maria Miranda Paiva; 2.º Mesário, Orlando Junior de Paiva; Suplentes, Casemiro da Silva dos Prazeres, João Rodrigues de Lima e Benedito Almeida Inglês.

CARTÓRIO ELEITORAL DA 29.ª ZONA

SEDE DA SECCÕES DA 29.ª ZONA ELEITORAL, COM OS RESPECTIVOS PRESIDENTES, MESÁRIOS E SUPLENTE

O dr. João Gauberto Alves de Campos, Juiz da 29.ª Zona Eleitoral, etc..

Faço saber a quem interessar possa que, de acordo com a lei eleitoral em vigor e as Instruções do Tribunal Regional Eleitoral do Pará para as eleições de 3 de outubro de 1955, e em face dos impedimentos previstos nas referidas Instruções, foi reorganizada a divisão das seções eleitorais da 29.ª Zona com os seus respectivos Presidentes, Mesários e Suplentes, pela forma seguinte:

1.ª SECCÃO — Biblioteca do Museu Paraense "Emílio Goeldi" — Presidente: Francisco Mariano de Aguiar Filho; Mesários: João da Silva Elene de Souza e Acy de Jesus Neves de Barros Pereira; Suplentes: Aramis Franco Mendonça de Moraes, Belturo Gomes de Miranda e Carlos dos Santos Pinto.

2.ª SECCÃO — Museu Paraense "Emílio Goeldi" — Presidente: Albertino Raimundo de Freitas Bastos; Mesários: Miguel Casemiro e Osvaldo de Matos Corrêa; Suplentes: Dagoberto de Tomaso Pereira, Carlos Eduardo Câmara Rebordão e Francisco Walter Nunes Garcia.

3.ª SECCÃO — Grupo Escolar Vilhena Alves — Presidente: Armenio Câmara Leão; Mesários: João Gil Vieira Pinto e Vicente Francisco Braga Eloy; Suplentes: Geraldo Mendes da Costa Velozo, João Alves dos Reis e João Alberto Maradei Cardoso Pereira.

4.ª SECCÃO — Grupo Escolar Vilhena Alves — Sala B — Presidente: Carlos Alberto B. Lima Chermont; Mesários: Raimundo Sérgio da Silva e Souza e Francisco da Conceição Pinto Martins; Suplentes: João Bosco Silva Duarte, João Rodrigues da Cruz Pereira e Jorge Netto da Costa.

5.ª SECCÃO — Assistência à Infância — Presidente: Carlos de Santa Helena Magno e Silva; Mesários: José Vicente Nascimento Negreiros e Euzébio Orlando da Mota Siqueira; Suplentes: José Maria de Castro Abreu, José Raul Cardoso Mendes e Léo Freitas de Matos.

6.ª SECCÃO — Sociedade Beneficente dos Choferes —

Sala A — Presidente: Eduardo Nicolau Demétrio; Mesários: Adelino de Oliveira Neto e Raimundo Farias; Suplentes: Mário Antonio de Oliveira Martins, Newton Johnston e Pedro Veriano Direito Alvarez.

7.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente dos Choferes — Sala B — Presidente: João Lobato dos Santos; Mesários: Raimundo Guimarães Macedo e Luiz da Rocha Pita; Suplentes: Raimundo Gomes Marinho, Renato Velozo de Castro Menezes e Roberto Ferreira Pingarilho.

8.^a SECCÃO — Federação Educacional Infante Juvenil — Presidente: Joffre Moreira Lima; Mesários: Candido Lira Neiva e professor Nenio Costa; Suplentes: Sergio Raimundo Negrão de Sousa Franco, Ademir Dauvergne Mendes Lima e Altamir Moraes Leal.

9.^a SECCÃO — Centro de Saúde N. 2 — Sala A — Presidente: José Maria de Santa Helena Corrêa; Mesários: Claudio de Azevedo Antunes e professora Mercedes Frazão; Suplentes: Ernani Guilherme Fernandes da Mota, Felinto Bentes Marinho e Fernando Rodolpho Klautau de Araújo.

10.^a SECCÃO — Grupo Escolar José Bonifácio — Presidente: José Maria Dias Mesquita; Mesários: Domiciano Lopes Perdigão e Adiel de Souza; Suplentes: Hélio Abnelnor, Hélio Alves da Silva e Hélio de Xerez de Oliveira Góes.

11.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente Tenda dos Pobres — Presidente: José Pires de Moraes Rêgo Junior; Mesários: Luiz dos Santos Raiol e Antonio Rodrigues Camesanha; Suplentes: Hildeberg Belo Rodrigues, Isaac Samuel Benchimol e Jacob Zweiter.

12.^a SECCÃO — Escola Serafico Bento XV — Presidente: Otávio de Freitas Leite; Mesários: João Marinho de Souza e Augusto Cesar de Souza; Suplentes: Jorge Pinheiro Lameira do Amaral, José Expedito Klautau de Araújo e José Maria Cardoso Sales.

13.^a SECCÃO — Mercado das Flores — Presidente: Otávio Guimarães Ribeiro da Silva; Mesários: Guilherme Castro Silva e Ailton Moura de Araújo; Suplentes: Osvaldo Luis Forte, Paulo Enio Cardoso Delgado e Ronaldo Acatauassú Nunes.

14.^a SECCÃO — Instituto SINAI — Presidente: Salomão Pontes Athias; Mesários: José Lopes da Silva e Ulisses Pimentel; Suplentes: Ruy Guimarães Lima, Raimundo Nenato Aranha Neves Neto e Antonio Ambrósio da Cruz Pina.

15.^a SECCÃO — Sociedade Clube 11 Bandeirinhas — Presidente: Alcindo de Azevedo Barbosa; Mesários: Mário Romano Marques e Paulo Neves Galvão; Suplentes: Carlos Augusto Telles de Borborema, Domingos da Costa Junior e Eleazar Moura.

16.^a SECCÃO — Mercado do Guamá — Presidente: Teófilo Machado Fortuna; Mesários: Augusto dos Santos Grelo e Diogenes Neves de Carvalho; Suplentes: Fernando Aguiar Pereira Guimarães, Francisco de Paula Pinheiro e Francisco Grijalva Menezes de Barros.

17.^a SECCÃO — Casa de Santo Antonio — Presidente: Wallace Ramos Oliveira; Mesários: Ernani Pamplona de Barros e Jaime Ferreira Bastos; Suplentes: Gerson de Andrade Nogueira, Guilherme Aguiar Pereira Guimarães e Higino Manoel Valente Pampolha.

18.^a SECCÃO — Mercado de São Braz — Sala A — Presidente: Almir José de Oliveira Gabriel; Mesários: Waldemar Linhares e Afonso Rio Fernandes; Suplentes: João Augusto da Silva Costa Filho, Joffre Matos Cohen e Jonas Cortez Moreira.

19.^a SECCÃO — Mercado de São Braz — Sala B — Presidente: Antonio de Lins de Oliveira Melo; Mesários: Afonso José Viana Netto e Luiz de Aguiar Barreiros; Suplentes: José Elias Cohen Casseb, José Maria de Castro Ramalho e José Maria de Sousa.

20.^a SECCÃO — Sociedade dos Ex-Combatentes (Antigo Sindicato de Força e Luz) — Presidente: Armando Rocha Amoedo; Mesários: Raimundo Xavier da Costa e José Luiz Barbosa de Goes Teles Braga; Suplentes: José Godinho Pereira, Osório de Xerez e Oliveira Góes e Raimundo Dhelio Guilhon.

21.^a SECCÃO — Estação de Belém — Presidente: Augusto Corrêa Neto; Mesários: Diogo Osvaldo da Silva e Manoel dos Santos Pessoa; Suplentes: Ronaldo de Araújo, Waldoniro de Moraes Marques e Hadman Ferreira de Mesquita.

22.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente Odeonista — Presidente: Raimundo Anatalio Tavares dos Santos; Mesários: Guilherme Câmara Leão e Xisto Santana; Suplentes: Alberto Fares Akel, Almir Fortes da Costa e Augusto Barreira Pereira.

23.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente dos Ferroviários — Presidente: Carlos Roberto Barreto Pinheiro; Mesários: Carlos Matos Cardoso e Sidney Almeida; Suplentes: Camilo Silva Montenegro Duarte, Cicero Borges Bordalo e Eduardo Grandi.

24.^a SECCÃO — Escola Maçonica Aurora — Presidente: Oscar Vinagre Pimenta; Mesários: Samuel de Sousa Barroso e Nestor dos Santos Silva; Suplentes: Francisco Nunes Salgado, Genésio Carlos de Mello e Geraldo Soares Dantas.

25.^a SECCÃO — Escola Josino Viana — Presidente: Edgar Tavares de Albuquerque; Mesários: Napoleão Moreira Nobre e Antonio Pereira Mendes; Suplentes: Humberto Machado de Mendonça, Ignacio Toscano Filho e Jahier Galvão de Lima.

26.^a SECCÃO — Departamento de Limpeza Pública — Sala A — Presidente: Cherker Rauda Nair; Mesários: João Leopoldo Malcher e Manoel Monteiro; Suplentes: João Batista Figueira Marques, João Gouveia dos Santos Freire e Jonathan Pontes Athias.

27.^a SECCÃO — Sociedade São João Batista — Presidente: Francisco das Chagas Chaves; Mesários: Raimundo Rodrigues Figueiredo e Epaminondas Lopes da Silveira; Suplentes: Jorge Teixeira Soares, José Octavio Seixas Simões e Laercio Dias Franco.

28.^a SECCÃO — Grupo Escolar "Desembargador Augusto Olimpio" — Presidente: Bernardino Lucas Júnior; Mesários: Francisco Fernandes Lobato e Manoel Eusébio Góes; Suplentes: Manoel Tocantins Lobato, Mário Antonio Amoedo de Carvalho Brasil e Max Nelson de Parijós.

29.^a SECCÃO — Estivadores da Borracha — Sala A — Presidente: dr. Carlos Manoel Goubert Damasceno; Mesários: Remi Camacho e Olga Parente de Almeida; Suplentes: Nazer Leite Nassar, Paulo Rúbio de Souza Meira e Roberto Araújo de Oliveira Santos.

30.^a SECCÃO — Estivadores da Borracha — Sala B — Presidente: Paulo Neves Galvão; Mesários: Moacir Ferreira Puget e Raimundo Zoroastro Guimarães Almeida; Suplentes: Tabajara Pinto de Vasconcelos, Ubiracy Torres Cuóco e Wladimir de Souza Pauxis.

31.^a SECCÃO — Instituto Evandro Chagas — Presidente: Helder Chagas de Farias Moreira; Mesários: José Augusto de Braga Carneiro e Joaquim Diniz Mercante; Suplentes: Armando Miranda Pinheiro, Avelino Henrique dos Santos e Calistrato Alves de Matos.

32.^a SECCÃO — Ginásio Visconde de Sousa Franco — Presidente: Hermando José Câmara; Mesários: Daniel Mesquita e Raul Augusto da Silva; Suplentes: Carlos Paraguassú Frazão Filho, Dário Reis Mascarenhas e Fernanda Ferreira Braga.

33.^a SECCÃO — Tribunal de Contas do Estado — Presidente: dr. Eduardo Hermes; Mesários: Luiz Silva e Eugenio Ferreira de Oliveira Filho; Suplentes: Flávio Cesar Franco, Irineu Benedito Bentes Lobato e João Alberto Castelo Branco de Paiva.

34.^a SECCÃO — Ginásio Visconde de Sousa Franco — Sala B — Presidente: Humberto Maradei Pereira; Mesários: Veronesio Guimarães e Claudomiro Monteiro dos Reis; Suplentes: João Claro do Rosário Neto, José Pontes Pinto e José de Ribamar Darwich.

35.^a SECCÃO — Casa do Professor — Presidente: João Emilio Martins de Macedo; Mesários: Luiz Pereira de Moraes e Ely Soares Barata; Suplentes: Jorge Daniel de Souza Ramos, Mauricio de Souza Rodrigues e Mário Faustino dos Santos e Silva.

36.^a SECCÃO — Sociedade Sagrado Coração de Jesus — Sala A — Presidente: João Felício Abrahão; Mesários: Tomaz Corrêa Gomes e Luiz Lobato; Suplentes: Maximino Porpino Filho, Milton Nunes da Costa e Nelson de Figueiredo Ribeiro.

37.^a SECCÃO — Sociedade Sagrado Coração de Jesus — Sala B — Presidente: José Benito Briante; Mesários: Sebastião de Freitas Neto e Joaquim Rocha; Suplentes: Nilson José Fialho de Souza, Octavio Emidio Duarte Paixão e Orlando Dias da Rocha Braga.

38.^a SECCÃO — Instituto Agrônomo do Norte — Presidente: José Haroldo dos Santos Menezes; Mesários: Homero Lamarão e Raimundo Pimentel; Suplentes: Orlando Dias Vieira, Orlando Sampaio Silva e Osvaldo Nasser Tuma.

39.^a SECCÃO — Sede da Inspeção de Fomento Animal — Presidente: José Maria de Mendonça; Mesários: Orlando Macedo de Andrade e Izaias Nascimento; Suplentes: Raimundo Medeiros Silva, Raimundo Nonato de Almeida e Raimundo de Souza Cunha.

40.^a SECCÃO — Horto, Gustavo Dutra — Presidente: Lourival de Barros Barbalho; Mesários: Sebastião Lima Vasconcelos e João Monteiro; Suplentes: Rômulo Augusto de Souza, Rodrigo Octavio da Cruz e Ruy Republicano Gonçalves e Silva.

41.^a SECCÃO — Escola Santa Lúcia — Presidente: Manoel Barbosa de Resende; Mesários: Clóvis Ferreira Jorge e Edmundo de Almeida Moraes; Suplentes: Sebastião Alexandre de Jesus Lima, Souzange Angélica de Souza e Haroldo Homci Haber.

42.^a SECCÃO — Grupo Escolar Franklin Roosevelt — Presidente: José Rodrigues Pinagé; Mesários: Raimundo Muniz Nunes e José Raimundo da Silva; Suplentes: Mathias Affonso de Menezes, Ademir Guimarães, Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau.

43.^a SECCÃO — Escola de Enfermagem Magalhães Barata — Sala A — Presidente: Manoel Roberto Franco Ramos; Mesários: Nero Reis Corrêa e Terezinha de Jesus Amorim;

Suplentes : Democrito Rendeiro de Noronha, Eduardo de Freitas Leite e Fernando Sá e Souza.

44.^a SECCÃO — Escola de Enfermagem Magalhães Barata — Sala B — Presidente : Paulo Martins de Borborema; Mesários : Nelson Raimundo Johuston e Wilson de Azevedo Rodrigues; Suplentes : Ferdinando Teles Sirotheau Corrêa, Joaquim Rabello Sequeira e José Araújo de Figueiredo.

45.^a SECCÃO — Escola Municipal da Passagem Pedreirinha — Presidente : Rossini Lopes Mouzinho; Mesários : Antonio Andrade e Gregório Martins Fernandes Turiel; Suplentes : José Lancry, Luiz Carlos Vale Nogueira e Luiz Otávio de Sales Moreira.

46.^a SECCÃO — Sociedade Benefício e Caridade — Presidente : Adalcides da Costa Gato; Mesários : Arlindo Monteiro da Silva e Miguel Neves Galvão; Suplentes : Orlando Geraldo de Leão Guilhon, Otávio Sales de Souza e Paulo Ricci.

47.^a SECCÃO — Saldanha da Gama Atlético Clube — Presidente : Agostinho Cruz Marques; Mesários : Celso José dos Santos Leal e Abilio Coutinho; Suplentes : Paulo Araújo de Miranda, Raimundo Serrão de Castro Sobrinho e Rosa Maria Silveira Barata.

48.^a SECCÃO — Norte Brasileiro Esporte Clube — Presidente : Alcindo Pereira Neves; Mesários : Vitor Pereira de Azevedo e Aristeu Vilas; Suplentes : José Maria Frota Rôlo, José Otávio Mescouto e Waldemar Filgueiras Viana.

49.^a SECCÃO — Paraense Sport Clube (Matinha) — Presidente : Alcir da Costa Araújo; Mesários : Haelmo José Hass Gonçalves e Arlindo de Freitas; Suplentes : Wilson Araújo Souza, Adhebal Augusto Meira de Mattos e Amury Faciola de Souza.

50.^a SECCÃO — Defesa Sanitária Animal — Sala A — Presidente : Arival Cardoso de Brito; Mesários : Claudionor de Barros Cardoso e Guilherme Lopes dos Santos; Suplentes : Antonio Carlos de Araújo Beckman, Aurelino Souza dos Santos e Carlos Adalberto Chady.

51.^a SECCÃO — Defesa Sanitária Animal — Sala B — Presidente : Carlos Alberto Salgado Borges; Mesários : Claudio Barata Penalber e Pedro de Barros Marçal; Suplentes : Carlos Alberto Dias de Andrade Monteiro, Carlos Raimundo Lisboa de Mendonça e Fernando Sales.

52.^a SECCÃO — Posto de Puericultura "Otávio da Rocha Miranda" — Presidente : Carlos José Rodrigues da Cunha; Mesários : Alfredo Carlos Cunha de Oliveira e Jair Guilherme Brasil Moutinho; Suplentes : Francisco Candido da Silva, Haelmo José Hass Gonçalves e Hélio Cantão Lopes.

53.^a SECCÃO — Centro de Saúde n. 2 — Sala B — Presidente : Carlos Pinto de Almeida — Mesários : Joaquim Pena de Araújo Filho e Inácio Toscano Filho — Suplentes : Homero Cardoso de Sá, Jacemir Fernandes de Almeida e João Paulo de Almeida Couto Alves.

54.^a SECCÃO — Limpeza Pública — Sala B — Presidente : Joel Laurine Guimarães Junior — Mesários : Jorge de Moraes Bittencourt Simões e Raimundo Lopes Guimarães — Suplentes : José Nilson Tocantins Frota, Luiz Carlos de Assis e Miguel de Santa Brígida.

55.^a SECCÃO — Grupo Escolar "Vilhena Alves" — Sala C — Presidente : José da Cruz Camara — Mesários : Vasco Martins Borborema e Hugo Pereira Baía — Suplentes : Mário Martins Bermejo, Nelson Silvestre Rodrigues Amorim e Newton José Barbosa.

56.^a SECCÃO — Inspetoria do Fomento Animal — Presidente : João Rocha Pereira de Castro — Mesários : Almir da Silva Ferreira e Dorival de Santana Lopes — Suplentes : Odmar Pinheiro Raiol, Alberto Pamplona e Manoel dos Reis Filho.

57.^a SECCÃO — Escola República do Uruguai — Presidente : José Hiram Soares — Mesários : Antonio Carmelo Lustosa Failache e Manoel Sclon Nunes de Araújo — Suplentes : Olívio Nylander Brito, Oswaldo do Carmo Barbosa e Ophir Pereira de Barros.

58.^a SECCÃO — Mercado de São Braz — Sala C — Presidente : Paulo Frederico de Mendonça Amaral — Mesários : Plantão Barros e Rinaldo de Souza Castro Cardoso — Suplentes : Rui Costa Ferreira, Wilson de Jesus Marques e Aloisio Macêdo Maia.

59.^a SECCÃO — Casa do Professor — Sala B — Presidente : Manoel da Silva Lima — Mesários : Oton Vinício Martins de Castro e Paulo Pinheiro de Miranda — Suplentes : Armando Bráulio Paul da Silva, Carlos Zoghbi e Leonardo Contente de Barros.

60.^a SECCÃO — Escola de Comércio Pátria e Cultura — Presidente : Mário Ernesto da Serra Barbosa Rodrigues — Mesários : Benedito Gilberto de Azevedo Pantoja e Carlos Alberto Chady — Suplentes : Luiz Carlos de Castro Veloso, Luiz Roberto Seixas da Ponte e Mário e Silva Feio.

61.^a SECCÃO — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — Presidente : Cassiano de Mello Feio — Mesários : Acinides Siqueira e Vital Lins da Costa — Suplentes : Oswaldo da Cruz Pinho, Olavo Lopes da Silva e José Alberto Pontes Murta.

62.^a SECCÃO — Associação Beneficente Santo Anto-

nio — Presidente : Reynaldo Silveira de Oliveira — Mesários : Carlos Catasse Kalume e Edgar Napoleão Cohen — Suplentes : Moacyr Gonçalves Pamplona, Nairo Rodrigues Barata e Nelson Soares de Araújo.

63.^a SECCÃO — Iolanda Sport Clube — Presidente : Oziel Rodrigues Carneiro — Mesários : Aristogiton N. C. de Carvalho e Francisco Candido da Silva — Suplentes : Oiram de Figueiredo Ribeiro, Olga Bayma da Costa e Osiam Corrêa de Almeida.

64.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente 10 de Julho — Presidente : Rodolpho Ezequiel Cabral Tourinho — Mesários : José Alberto Soares Maia e José Augusto da Silva Reis — Suplentes : Otávio Sampaio Melo, Otávio Moreira da Cunha e Oswaldo Sabino Freitas.

65.^a SECCÃO — Asilo D. Macedo Costa — Presidente : Jurandir Magno de Araújo — Mesários : Luiz Carlos de Castro Veloso e Mário Melo Bandeira — Suplentes : Pío Nortino de Andrade Carvalho, Raimundo das Chagas e Raymundo Nonnato Moraes de Albuquerque.

66.^a SECCÃO — Leblon Esporte Clube — Presidente : Lourival Neves dos Santos — Mesários : Antonio Miranda Gonzalez e Fernando de Almeida Esteves — Suplentes : Raimundo Zoroastro Guimarães, Roberto Seixas Simões e Rubilar de Baraúna.

67.^a SECCÃO — Cruzmaltino Esporte Clube — Presidente : Liborio Augusto Albim Martins — Mesários : Otávio Sampaio Melo e Oswaldo do Carmo Barbosa — Suplentes : Salim Carlos Chady, Sebastião Rocha de Oliveira e Secundino Lopes Portela.

68.^a SECCÃO — Escola Municipal Maria Cavalcante — Presidente : Luiz Alberto Paiva Maneschy — Mesários : Otávio Sampaio Melo e Oswaldo do Carmo Barbosa — Suplentes : Virgílio Botelho Maia, Walter Orlando Negrão Guimarães e Amílcar Alves Tupiassú.

69.^a SECCÃO — Grupo Escolar Frei Daniel de Samarate — Sala A — Presidente : Maiolino de Castro Miranda — Mesários : Luiz Otávio de Sales Moreira e Manoel Ferreira da Silva — Suplentes : Aldo Serrano de Noli Vergueiro, Antonio Araújo Reis Coutinho e Augusto Roberto Klautau de Araújo.

70.^a SECCÃO — Grupo Escolar Frei Daniel de Samarate — Sala B — Presidente : Mario Filardo Bossalo — Mesários : Joaquim Oliveira Figueiredo e Luiz Carlos Vale Nogueira — Suplentes : Edgard Nader Mattar, Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco e Edison Vieira dos Reis.

71.^a SECCÃO — Grupo Escolar Frei Daniel de Samarate — Sala C — Presidente : Moyses Mauricio Hamoy — Mesários : Oswaldo Sabino de Freitas e Paltão de Barros — Suplentes : Eduardo Vilanova de Bastos, Emanuel Ferreira da Silva e Antonio Nilo de Barros.

72.^a SECCÃO — Grupo Escolar Dr. Mário Chermont — Sala A — Presidente : Nilo Alves de Almeida — Mesários : Antonio Nilo de Barros e Antonio Monteiro de Medeiros — Suplentes : Evandro Paes de Lima, Francisco Antonio Bonifácio Guzzo e Francisco Canindé Castelo de Souza.

73.^a SECCÃO — Grupo Escolar Dr. Mário Chermont — Sala B — Presidente : Alfredo José da Costa — Mesários : Edison Vinia dos Reis e João Paulo de Almeida Couto Alves — Suplentes : Felício de Araújo Pontes, Francisco Caetano Miléo e Guilherme de Nobre e Silva.

74.^a SECCÃO — Libertador Sport Clube — Presidente : Amaury Tavares de Oliveira Costa — Mesários : Aldebaro Cavaleiro de Macedo Klautau Filho e Virgílio Botelho Alves — Suplente : Heliomar Gonçalves de Mattos, Iradir Bezerra Lima e Irapuan de Pinho Sales Filho.

75.^a SECCÃO — Sociedade Beneficente dos Chocôres — Sala C — Presidente : Jurandir Murta Rocha — Mesários : Antenor de Oliveira Costa e Emanuel Paes de Lima — Suplentes : João Miralha Pereira, João Walter Tavares e Joaquim Oliveira Alves da Cunha.

76.^a SECCÃO — Escola Salgado Filho — (Agrônomo do Norte) — Presidente : Antonio Andrade Ribeiro — Mesários : Olívio Nilander de Brito e João Walter Tavares — Suplentes : Jayme Ferreira Bastos, José Anselmo de Figueiredo Santiago e José Antonio Gonçalves Alves.

77.^a SECCÃO — Hospital Domingos Freire — Presidente : José Augusto da Silva Reis — Mesários : José Alberto Soares Maia e José Bonifácio Pimentel — Suplentes : Jerônimo de Noronha Serrão, Laudomício Nazaré de Lima Ferreira e Carlos Moraes de Albuquerque.

Pela presente publicação que obedeceu à reforma consequente de impedimentos legais verificados após a primeira, ficam os senhores Presidentes, Mesários e Suplentes da mesma constantes notificados a comparecer no dia e hora designados pelas Instruções, às respectivas sedes das suas secções, devendo os Presidentes comunicar nesta sede as suas residências.

Belém, 14 de setembro de 1955.

Dr. JOÃO GUALBERTO A. DE CAMPOS
Juiz Eleitoral da 29.^a Zona



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELEM — QUINTA-FEIRA, 22 DE SETEMBRO DE 1955

NUM. 415

Ata da 216.^a sessão ordinária realizada pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará.

Aos treze (13) dias do mês de setembro de mil novecentos e cinquenta e cinco (1955), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, reuniram-se às nove (9) horas, à Av. Independência n. 184, onde o Tribunal de Contas tem a sua sede própria, os Srs. Ministros Lindolfo Marques de Mesquita, e Elmiro Gonçalves Nogueira, sob a presidência do Sr. Ministro Benedito de Castro Frade e presença do Sr. Procurador, Dr. Demócrito Rodrigues de Noronha.

Não compareceram os Srs. Ministros Adolfo Burgos Xavier, em gozo de férias regimentais, e Mário Nepomuceno de Souza, que teve sua ausência justificada pelo Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, por motivo de enfermidade.

Lida e aprovada, sem restrições, a ata da sessão anterior, seguiu-se o expediente, constante de: ofício n. 45/55, de 3-9-55, do Sr. Jaime Ramos Castelo Branco, Secretário da Prefeitura de Castanhal, comunicando que o prefeito daquele município de ferira um requerimento de João Soares de Melo, ex-prefeito de Castanhal, e resolvera por a disposição deste Tribunal, naquela municipalidade, os documentos e leis de autorizações e aberturas de créditos pertencentes ao seu arquivo e pelos quais possa João Soares de Melo, regularizar suas contas perante o T. C. no exercício de 1953; ofício n. 60/55, de 5-9-55, da Sra. Nazaré Simões de Oliveira, Diretora do Educandário Monteiro Lobato, e circular n. 2-8-55, do Sr. Antonio Florencio de Albuquerque, Agente Municipal da Vila de Santana de Bujiarú, comunicando suas posses nos referidos cargos.

Na ordem do dia, é anunciado o julgamento do processo n. 202, referente à prestação de contas do Sr. Osvaldo Ubratan de Carvalho, ex-prefeito municipal de Marapanim, relativamente ao exercício financeiro de 1953, cujo parecer do Dr. Procurador e relatório do Dr. Auditor foram lidos na sessão 214.^a, realizada no dia 6-9-55, e constam dos autos as fls. 97 a 101.

O Relator, Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, com a palavra, proferiu o voto: — "Conforme despacho da Ilustre Presidência desta Egrégia Corte de Contas, exarado, a 6 do corrente mês, veio às nossas mãos a Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Marapanim, referente ao exercício de 1953, a fim de sobre a mesma emitir-mos voto orientador.

O julgamento do respectivo processo, que tomou o número 202, iniciou-se na sessão de 6 do corrente. Citado o Sr. Osvaldo Ubratan de Carvalho, ex-prefeito do aludido município, comparecer ele para apresentar defesa, o que fez por escrito,

e oralmente para aduzir argumentos irrelevantes como, por exemplo, os de que se defeitos há na sua prestação de contas isso se deve a negligência e pouco saber dos auxiliares que possuía, funcionários da Prefeitura, encerrados da escrita.

Na defesa escrita apresentada (fls. 107 a 109) invoca o parágrafo único do art. 44 da lei n. 603, de 20-5-53, para afirmar que este T. C., não tendo efetuado o julgamento de suas contas dentro de 6 meses, perdeu o direito de fazer agora. Esta a opinião em que procura se apoiar, a espera, como se vê, de que sobre os autos desta sua prestação de contas reine, doravante, o silêncio absoluto da prescrição.

Esta a preliminar levantada. O assunto não é estranho a este Plenário. Foi debatido a quando do julgamento de embargos apresentados pelo Sr. Antonio Machado Imbiriba, prefeito de Oriximiná no exercício de 1953, sendo relator o ilustre ministro Elmiro Gonçalves Nogueira (Acórdão n. 724 — processo n. 279, publicado no D. O. de 21 de agosto de 1955). Levantou-se idêntica preliminar que o ilustre relator apreciou em brilhante e esclarecido voto, mostrando que o prazo que a lei confere ao Tribunal e que, por improrrogável, não pode ir além de seis (6) meses, abrange apenas os períodos de tempo utilizado pelo Tribunal relativamente aos pronunciamentos dos Auditores, da Seção Técnica, do Procurador e, já em fase de julgamento, do juiz Relator. E aduziu: — "É norma legal que os juizes dos órgãos dos Ministérios Públicos e os preparadores de processo só respondem pela demora quando excedidos os prazos que lhes são correspondentes, os quais voltam a ter curso uma vez findos os que houverem sido concedidos para diligências, citações e defesa". Esclareceu assim que o período decorrido com as interrupções dessa espécie, constitui intercorrência inevitável, não podendo ser computado como tempo utilizado pelo instrutor e preparador do processo.

Foi assim que numa sinopse do curso do processo da Prestação de Contas daquela Prefeitura, demonstrou que o prazo de 6 meses para julgamento não fora excedido, motivo porque a preliminar apresentada foi recusada com o voto favorável às conclusões do ilustre Relator.

E como agora, no presente processo, suscita o Sr. Osvaldo Ubratan de Carvalho, idêntica preliminar, não vemos porque estabelecer apreciação diferente. O que nos interessa a decidir com acerto. E se assim nos anima o desejo de encontrar a verdade,

justo é reconhecer que, de fato, pelo resumo que também fizemos

Em mãos do Auditor de 17-8-54 a 30-8-54	13	Dias
Na Secretaria aguardando resposta de uma diligência que não foi respondida de 2-9-54 a 11-11-54, 2 meses e 10 dias	70	"
Reiterada a diligência a 18-11-54 até 25-11-54, quando foi respondida	7	"
De 25-11-54 até 2-12-54 em mãos do Auditor	7	"
De 9-12-54 a 30-12-54 aguardando resposta de uma diligência	21	"
De 10-1-55 a 20-7-55 na Secretaria aguardando publicação do Ato n. 5	10	"
De 20-1-55 a 28-1-55 em mãos do Auditor	8	"
De 31-1-55 a 22-4-55 em mãos do Procurador Geraldo Castelo Branco Rocha, 2 meses e 21 dias	81	"
De 22-4-55 a 4-5-55 em mãos do Procurador Dr. Demócrito Rodrigues de Noronha	12	"
De 6-5-55 a 4-7-55 em mãos do Auditor Pedro B. Pinheiro para fazer o relatório, 1 mês e 29 dias	59	"
De 5-7-55 a 20-8-55 na Secretaria esperando o prazo do Edital, 1 mês e 16 dias	45	"
De 20-8-55 a 23, quando o Auditor pediu julgamento e foi este marcado para o dia 6-9-55	13	"
De 6-9-55 a 13-9-55, em mãos do Relator para proferir voto orientador	7	"

Constata-se, pois, que, só em mãos do Dr. Procurador que antecedeu o atual, ficou o processo paralizado 81 dias (31 de janeiro de 1955 a 22 de abril do mesmo ano).

Incoerência seria se, diante disto e ante as razões que firmaram o venerando Acórdão a que nos reportamos, tomássemos outro caminho, em busca de argumentos opostos, com o intuito de negar acolhimento à preliminar.

Ante à evidência do que demonstrado fica, resta-nos simplesmente aceitar a preliminar suscitada, submetendo-a, em seguida, ao pronunciamento dos senhores ministros.

O Sr. ministro presidente, então, submete à apreciação do plenário a preliminar levantada pelo Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita.

Voto, do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Recuso a preliminar suscitada, por que o Sr. Prefeito Municipal de Marapanim se revelou falto na entrega dos documentos de prestação de contas, ultrapassando todos os prazos que a lei n. 603, de 20-5-53, determina para que o Prefeito apresente a documentação necessária. Além disso, o que estabelece a lei n. 603, no parágrafo único do art. 44, é que o julgamento se fará dentro do prazo de 6 meses. Se a lei estabelece isso, o julgamento deve ser feito nesse prazo de 6 meses, após ser remetido o processo ao Tribunal, pelo Auditor. Designado o Relator, terá este o prazo de 10 dias para proferir o seu voto, sob pena de responsabilidade. É o que determina o art. 53: "Ultimada a instrução do processo, será o feito submetido a julgamento dentro do prazo improrrogável de 10 dias, sob

do curso deste processo, mesmo arastado o período das intercorrências em diligências externas, ultrapassou o mesmo os seis (6) meses improrrogáveis da lei. Conforme se verifica, foi esta a marcha do processo:

13	Dias
70	"
7	"
7	"
21	"
10	"
8	"
81	"
12	"
59	"
45	"
13	"
7	"

pena de responsabilidade, lavrando o relator o competente acórdão".

Com estas razões, nego procedência à preliminar.

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "Nego a preliminar".

Dessa forma, por maioria de votos, caiu a preliminar levantada pelo Sr. Prefeito Municipal de Marapanim, e o Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, Relator, prossegue o seu voto: — "Analisando, pois, o principal ponto da defesa apresentada, ora rejeitado, passamos ao conteúdo do processo. Infelizmente quase nada se encontra em condições de se poder afirmar que se trata de uma Prestação de Contas ao mesmo sufrível. Quem presidiu a instrução do processo, o zeloso Auditor Dr. Pedro Benites Pinheiro, após a conclusão apresentou relatório nesse sentido. Trabalho fatigante esse e do aceito de toda uma ruma de balancetes e outros documentos, a fim de que em caminho limpo e enxuto possamos nos orientar. E a impressão que temos é, principalmente, a de que o ex-prefeito não se interessou absolutamente em fornecer esclarecimentos e documentação para uma demonstração completa e capaz de tornar aceitável a sua prestação de contas.

Pelo relatório apresentado, verifica-se que o ex-prefeito Osvaldo Ubratan de Carvalho, obteve-se em não enviar documentos imprescindíveis que lhe eram solicitados, alegando, invariavelmente, "acúmulo de serviço". Por isto não foi possível, embora repetidos pedidos, incluir no processo os elementos exigidos no parágrafo único do artigo n. 36, da lei n. 603, dos quais apenas um o referido administrador se dignou enviar. Está mais do que

compreendido que não pode ele alegar desconhecimento do que tinha a fazer. Não pode nem usar da desculpa de que não forneceu tais documentos por não lhe haverem sido os mesmos requisitados. Foram sim, por mais de uma vez, mas improficuamente. Não permitiu, dessa forma que se comprove a sua prestação de contas. Ao contrário, com a sua indiferença ou talvez incredulidade no que por causa disso lhe pudesse acontecer, concorreu para a delonga na instrução do processo, despresando prazos que lhe foram concedidos e renovados a fim de oferecer uma demonstração exata de suas contas. Entre o que lhe foi requisitado e não enviado, incluem-se a demonstração da aplicação dos recursos oriundos da verba federal, cópias autênticas das leis que autorizaram a abertura de créditos especiais durante o exercício baixado, bem como não justificou nem relacionou as despesas efetuadas por conta das verbas "Serviços de Transportes" e "Serviços Urbanos", lançados como compromissos apurados após o encerramento do exercício, num total de Cr\$ 297.093,40.

Por tudo isso, desaprovamos a presente Prestação de Contas do Sr. Osvaldo Ubiratan de Carvalho, ex-prefeito de Marapanim, considerando-o responsabilizado por todas as despesas não comprovadas, incurso, portanto, no inciso V do artigo n. 38, combinado com o artigo 54, tudo da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

Este é o meu voto.

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "No mérito, acompanho inteiramente o voto do Relator".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Unanimemente resolveu o plenário enquadrar o Sr. Osvaldo Ubiratan de Carvalho, ex-prefeito de Marapanim, no inciso V do art. 38, combinado com o art. 54, da lei n. 603, de 20-5-53.

É anunciado, a seguir, o julgamento dos embargos opostos ao Venerando Acórdão n. 694, de 19-7-55, (Processo n. 251, referente a prestação de contas do Dr. Raimundo Maurício da Silva Neves, ex-prefeito municipal de Capanema, no exercício financeiro de 1953, cujas contas não foram aprovadas).

O Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, Relator, antes de proferir o seu voto, diz: — "Peço adiamento do julgamento deste processo por que, tendo o Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita jurado suspeição, não há quorum para julgamento".

Em vista do exposto, foi suspenso o julgamento do processo n. 251, até a sessão seguinte, nos termos do art. 26 do Regimento Interno.

Após, é anunciado o julgamento dos embargos opostos ao venerando Acórdão n. 671, de 12-7-55 (Processo n. 520, referente a prestação de contas do Sr. Anibal Augusto Freire, prefeito municipal de Vizeu, no exercício financeiro de 1953), cujas contas não foram aprovadas.

O Relator, Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, antes de proferir o seu voto, solicita adiamento, em virtude do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita haver jurado suspeição, a quando do primeiro julgamento e, consequentemente, não haver quorum para julgamento.

Em vista do exposto, foi suspenso o julgamento do processo n. 420, até a sessão seguinte, nos termos do art. 26 do Regimento Interno.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n. 948, relativo à prestação de contas da Congregação das Irmãs do Preciosíssimo Sangue — Colégio São José de Castanhal, referente ao auxílio de Cr\$ 18.000,00 recebido do Estado em 1954, por intermédio da Irmã Maria Viganó, cujo parecer do Dr. Procurador e relatório do Dr. Auditor foram lidos na sessão 202.^a, realizada a 26-7-55, e constam dos autos às fls. 19 e 21.

O Relator, Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, profere

o voto: — "O presente processo trata da prestação de contas da Congregação das Irmãs do Preciosíssimo Sangue — Colégio São José de Castanhal — referente ao auxílio de Cr\$ 18.000,00, recebido do Estado em 1954. O processo está devidamente instruído e as contas apresentadas perfeitamente em ordem. Com o parecer do ilustre Dr. Procurador, e relatório do Dr. Auditor, verifico que na presente prestação de contas nada há a opor à sua exatidão, motivo por que lhe dou plena aprovação".

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Com apoio no voto do Sr. Ministro Relator, que assevera estarem os comprovantes legais, aprovo as contas".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas relativa ao processo n. 948, devendo ser expedido o competente Alvará de Quitação.

É anunciado, a seguir, o julgamento do processo n. 1.194, referente à prestação de contas da Sociedade das Obras Sociais de N. S. do Perpétuo Socorro, por intermédio do seu presidente, Pe. Guilherme Mac. Kee Coss, do auxílio de Cr\$ 12.000,00 recebido do Estado em 1954, cujo parecer do Dr. Procurador e relatório do Dr. Auditor foram lidos na sessão 197.^a, realizada a 8-7-55, e constam dos autos às fls. 17 e 18.

O Relator, Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, profere o voto: — "O Reverendo Padre Guilherme Mac. Kee, presidente da Sociedade das Obras Sociais de N. S. do Perpétuo Socorro, sita nesta cidade, à Rodovia Snapp, atendendo ao que dispõe o art. 21, inciso IV, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, remeteu a esta Corte, por intermédio da Secretaria de Estado de Finanças, a prestação de contas da aludida Sociedade, relativamente ao auxílio, no valor de doze mil cruzeiros (Cr\$ 12.000,00), concedido pelo Governo do Estado, em 1954.

A remessa do processo a esta Corte, visto competir-lhe o julgamento do feito, consoante o art. 15, inciso IV, fez-se através do ofício n. 303/55, expedido pelo Sr. José Jacinto Aben-Athar, titular da Secretaria de Finanças, a 17 de maio do corrente ano (1955), somente entregue nesta Corte, a 18, quando foi protocolado às fls. 149 do Livro n. 1, sob o número de ordem 500.

No dia 8 de julho, teve início o julgamento, mediante a leitura, na reunião ordinária desse dia, feita pelo ilustre Dr. Procurador, quanto ao seu parecer, e pelo digno Auditor, Dr. Pedro Bentes Pinheiro, quando ao competente Relatório, antecedido de breve exposição.

O Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente, na mesma data, designou-me para, como juiz, proferir o voto orientador.

Lancei, porém, inicialmente, nos autos, com a data de 9, o seguinte despacho:

Requeiro ao Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente, a fim de atender a designação que me coube de juiz relator, neste processo, consoante o despacho supra, a seguinte diligência, evidentemente necessária, através da Secretaria e perante a Seção de Receita, ante a Secretaria de Estado de Finanças requereu, ou não, no momento oportuno, o registro da lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, criadora de vários auxílios e publicada no "Diário da Assembleia" n. 1.467, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 17.716, de 19 de setembro de 1954, bem como se, consequentemente, pediu idêntico registro para o respectivo crédito suplementar aberto, em uma só ou em diversas parcelas, conforme dispões o art. 2.^o da citada lei.

Em caso afirmativo, informar qual o número e a data do competente Acórdão, ou números e datas se for mais de um, e o dia em que se efetuou cada publicação no DIÁRIO OFICIAL elucidando, ainda, o valor da suplementação feita, dessa forma, ao crédito orçamentário definido na verba Secretaria de Estado do Interior e Justiça, rubrica Fundo Estadual do Serviço Social, Tabela n. 38 constante da lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1954.

Requeiro, finalmente, que seja interrompida a contagem do prazo a que se refere o art. 29 do Regimento Interno, até que os autos me sejam devolvidos, com as informações aqui solicitadas.

Em resposta, o Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, esclareceu o seguinte, no ofício sob o n. 502/55, que dirigiu a esta Corte, a 4 de agosto último, entregue e protocolado na mesma data às fls. 178 do Livro n. 1, sob o número de ordem 808:

N. 502/55, de 4-8-55.

Exmo. Sr. Dr. Benedito de Castro Trade

M. D. Ministro Presidente do Tribunal de Contas.

NESTA

Tomando na devida consideração a diligência requerida pelo ilustre senhor Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, de que foi objeto o ofício de V. Excia. n. 368/55, de 21-7-55, tenho a honra de passar as mãos de V. Excia. o exemplar do DIÁRIO OFICIAL n. 17.716, de 19-9-1954, que publicou a Lei n. 810, de 10-9-54 que "concede auxílios a diversas instituições no exercício de 1954 e dá outras providências e a cópia da relação dos auxílios pagos no curso do exercício financeiro de 1954 remetida à consideração desse Colendo Tribunal, em data de 28 de março último, capeando o ofício desta Secretaria sob n. 173/55.

Esta Secretaria esclarece a V. Excia. que a não remessa da aludida Lei à consideração dessa Veneranda Corte de Contas, o foi no pressuposto de que dito diploma legal definindo o plano estadual de assistência social no exercício de 1954, e para cujo custeio a lei orçamentária consignou o limite de Cr\$ 1.700.000,00, devidamente registrado, independência de novo registro.

Justificado assim o procedimento desta Secretaria, renovo a V. Excia. e aos demais senhores membros, os meus sentimentos de distinguido apreço e consideração.

(a) J. J. Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças.

Formulei, ainda, um terceiro despacho, do teor seguinte:

Ciente de que a lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requerida, solicito a conversão do aludido expediente em processo a parte, a fim de que, seguindo o rito de instrução peculiar a processos, com a audiência do ilustre Dr. Procurador, tudo através do Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente seja efetuado o competente julgamento da matéria.

Requeiro, ainda, que, julgado o feito, retornem estes autos ao meu poder, com nova distribuição ou encaminhamento, para que tenha início, finalmente, a contagem do prazo estabelecido no art. 53 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, onde foram especificados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Governo do Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exer-

cício financeiro de 1954, não foi registrada nesta Corte, no momento oportuno consoante o expediente remetido pelo Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, em atendimento a diligência por mim requer

cício financeiro de 1954, Verba-Secretaria de Estado do Interior e Justiça, rubrica Fundo Estadual de Assistência Social, foi registrada nesta Corte, conforme o Acórdão n. 760, correspondente ao processo n. 1.521, de 19 de agosto, publicado no "Diário da Assembléia" n. 400, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 17.991, de 27.

Entre os beneficiários nela relacionados, encontra-se a Sociedade das Obras Sociais N. S. do Perpétuo Socorro, com o auxílio de Cr\$ 12.000,00.

Voltando os autos ao meu poder, a 9 de setembro, posso, enfim, submeter hoje, 13, o feito a julgamento, (4) quatro dias após o início do prazo estabelecido, para esse feito, no art. 53 da mencionada lei n. 603.

A prestação de contas foi exata e a instrução do processo decorreu sem dificuldade.

Os autos contêm apenas o seguinte comprovante:

Recibo de Mayer Obadia, expedido a 3 de março do corrente ano (1955), no valor de Cr\$ 12.000,00.

Foi lançado nesse recibo, além do visto do Padre Guilherme Mc Kee, a nota a seguir, autenticada pelo Padre Agostinho Lidbst: — "Estes remédios foram recebidos e usados no Ambulatório de N. S. do Perpétuo Socorro".

Claro está que, em face dessa ressalva, os remédios fornecidos por Mayer Obadia só poderiam ter sido recebidos e usados em data anterior à do recibo — 3 de março de 1955.

O Padre Guilherme Mc Kee esclareceu isso mesmo ao Dr. Auditor, que a ele se dirigiu nesse sentido.

Encontra-se segura confirmação no Balancete do exercício financeiro de 1954, relativo à aludida Sociedade.

Aqui está a prova:

Ambulatório N. S. P. S.	
	Cr\$
Subvenção do Estado do Pará	12.000,00
Aquisição de Medicamentos	90.845,00
Contas a Pagar	13.783,00

Como se evidencia, a contribuição do Estado foi empregada na cobertura das despesas com a aquisição de medicamentos.

O referido comprovante ficou vinculado, exclusivamente, a esta prestação de contas, com a divulgação ampla que lhe dá o presente julgamento.

Em face do exposto, voto pela aprovação das contas, expedindo-se a "Sociedade das Obras Sociais N. S. do Perpétuo Socorro", na pessoa de seu presidente Reverendo Padre Guilherme Mc Kee, por intermédio da presidência desta Corte, o competente Alvará de quitação.

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Acompanho o voto do Sr. Ministro Relator".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas de que trata o processo n. 1.194, devendo ser expedido o Alvará de Quitação.

É anunciado o julgamento do processo n. 1.412, referente à prestação de contas do Dispensário S. Vicente de Paula, por intermédio da Irmã Marcina Soares da Costa, Diretora, do auxílio recebido do Estado em 1954, na importância de Cr\$ 30.000,00, cujo parecer do Dr. Procurador e relatório do Dr. Auditor foram lidos na sessão 208.ª, realizada a 16-8-55, e constam dos autos às fls. 19 a 21.

O Relator, Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, profere o voto: — "O julgamento deste processo, que se refere à prestação de contas feita pela Irmã Marcina Soares da Costa, Diretora do Dispensário São Vicente de Paula", sido a Avenida Senador Lemos, n. 403, nesta cidade, teve início na reunião ordinária de 16 de agosto último, quando se pronunciaram, a respeito, o ilustre Procurador, Dr. Lemocrito Rodrigues de Nor-

onha, através de seu parecer, e o digno Auditor, Dr. Armando Dias Mendes, com breve exposição preliminar e leitura de seu Relatório.

Ficou, entretanto, o processo na Secretaria, aguardando a necessária apreciação, nesta Corte, da lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, fundamento da aludida prestação de contas, cujo registro foi efetuado em consequência do Acórdão n. 760, correspondente ao processo n. 1.521, de 19 de agosto, publicado no "Diário da Assembléia" n. 400, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 17.991, de 27 do referido mês.

Na citada lei n. 810, estão relacionados os beneficiários dos auxílios concedidos pelo Estado, consoante as dotações, no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignadas na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1954. Verba Secretaria de Estado do Interior e Justiça, rubrica Fundo Estadual de Serviço Social, Tabela n. 38, subconsignação Despesa Diversas (Plano Estadual de Assistência Social).

A prestação de contas foi requerida pela mencionada Irmã Marcina Soares da Costa ao Exmo. Sr. Dr. José Jacinto Aben-Athar, Secretário de Estado de Finanças, e por este remetida ao Tribunal, nos termos dos arts. 15, inciso IV, e 21, inciso IV, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, para julgamento, tendo sido feita a remessa do processo com o ofício n. 445/55 de 11 de julho do corrente ano (1955), somente entregue nesta Corte a 12, quando foi protocolado às fls. 168 do Livro n. 1, sob o número de ordem 708.

Fui designado a 10 de setembro em curso, pelo Exmo. Sr. Dr. Ministro Presidente, para, como juiz, profereir o voto orientador, no prazo de dez (10) dias, consoante o art. 53, da citada lei n. 603. Decorridos apenas três (3) dias, submeto o feito a julgamento, cumprindo o prazo legal.

Do valor do auxílio foi empregado na aquisição de gêneros alimentícios, para atender a obra de assistência social, promovida pelo Dispensário, conforme o recibo, incluso nos autos, no valor de trinta mil cruzeiros (Cr\$ 30.000,00), expedido, a 28 de dezembro de 1954, pela firma Rodrigues Batista & Companhia, proprietária da mercearia e padaria "A Circular".

Examinando o Balancete do ano de 1954, referente ao "Dispensário São Vicente de Paula", constata-se o seguinte:

Receita	Cr\$
Subvenção estadual	30.000,00
Despesa	Cr\$
Gêneros alimentícios	113.343,00

Prova está por conseguinte, que o auxílio concedido pelo Governo do Estado cobre, apenas, uma parte, inferior a um terço, dos gêneros alimentícios adquiridos para a obra de assistência social do Dispensário.

A divulgação ampla deste julgamento mostra a todos, que o aludido comprovante fica vinculado exclusivamente ao presente ato.

Voto, portanto, pela aprovação das contas, expedindo-se ao "Dispensário São Vicente de Paula", na pessoa de sua diretora, Irmã Marcina Soares da Costa, por intermédio da presidência desta Corte, o competente Alvará de Quitação.

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Voto pela aprovação das contas".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Unanimemente, foi aprovada a prestação de contas constante do processo n. 1.412, devendo expedir-se o Alvará de quitação.

É anunciado, a seguir, o julga-

mento do processo n. 1.413, referente à prestação de contas da Benemérita Sociedade Mecânica Beneficente Paraense, por intermédio de seu presidente, Antonio Lino de Leão Carrera, na importância de Cr\$ 12.000,00 recebidos do Estado em 1954, cujo parecer do Dr. Procurador e relatório do Dr. Auditor foram lidos na sessão 206.ª, realizada a 9-8-55, e constam dos autos às fls. 26 e 28.

O Relator, Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, profere o seu voto: — "Consta o presente processo da prestação de contas da Benemérita Sociedade Mecânica Beneficente Paraense, referente ao auxílio recebido do Estado em 1954, no valor de Cr\$ 12.000,00. Pelo exame dos autos, verifica-se que as contas estão em condições perfeitamente comprovadas, constando dos autos o parecer do ilustre Dr. Procurador e o relatório do Sr. Dr. Auditor. As contas estão corretas, e nos termos do voto que profere em prestação idêntica, como Relator, julgada na sessão de hoje, dou a minha plena aprovação à presente prestação de contas".

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Com apoio no voto do Sr. Ministro Relator, aprovo as contas".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Dessa forma, unanimemente foi aprovada a prestação de contas constante do processo n. 1.413, devendo ser expedido o competente Alvará de quitação.

É anunciado o julgamento do processo n. 1.580.

O Relator, Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, faz o relatório: — "Originou-se o presente processo no ofício n. 544/55, de 20-8-55, do Dr. J. J. Aben-Athar, S. E. F., remetendo o D. O. que publicou o decreto que abre o crédito especial de Cr\$ 1.968,00, em favor de Nínia Gomes de Araújo. O decreto n. 1.827, de 18-8-55, que abre o referido crédito especial acha-se publicado no D. O. n. 17.934, de 10-8-55 (fls. 4 dos autos), com o parecer do Dr. Procurador, e o relatório do processo".

Com a palavra, o Dr. Procurador manifesta o parecer de fls. 7 dos autos, definindo o pedido.

Anunciada a votação, vota o Sr. Ministro Relator: — "Tratando-se de crédito especial devidamente autorizado por Lei da Assembléia Legislativa, voto pelo seu registro".

Voto do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "Concedo o registro através da Lei n. 931, de 27-12-54, e do decreto n. 1.827, de 18-8-55".

Voto do Sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Dessa forma, unanimemente foi registrado o crédito especial constante do processo n. 1.580.

A seguir, é anunciado o julgamento do processo n. 522, referente à prestação de contas do Sr. Veríssimo Paula Trindade, prefeito municipal de Bujarú, no exercício financeiro de 1953.

O Auditor, Dr. Armando Dias Mendes, nos termos da letra "d" do Ato n. 5, de 14-1-55 (D. O. de 19-1-55), faz a exposição: — "O presente processo foi preparado pelo Auditor, Dr. Pedro Bentes Pinheiro, tendo sido concluído, apenas, por esta Auditoria, em face das férias da colega.

Com a palavra, o Dr. Procurador lê o parecer de fls. 115 dos autos.

O Dr. Auditor, a seguir, lê o relatório de fls. 116 às 119 dos autos.

De acordo com a letra "d" do Ato n. 5, o Sr. Ministro Presidente concede, por 10 minutos, a palavra ao Dr. procurador, para aduzir novos argumentos, se quiser. Declara o Dr. procurador, nada ter a acrescentar.

Da mesma forma, o Dr. auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos, ao seu relatório, se achar necessário: — "De-sejo acrescentar que embora não tenha sido acusado débito para com a Fazenda Municipal, foi fei-

ta a citação ao sr. prefeito, para defesa, no prazo de 30 dias, não ocorrendo entretanto, a aposição de novos elementos ao processo".

O Sr. Ministro Presidente nos termos da letra "e" do Ato n. 5, designa Relator do processo n. 522, o Sr. Ministro Mário Nepomuceno de Souza.

É anunciado, após, o julgamento dos processos ns. 255 (prestação de contas do Sr. Gerônimo Alves Dias, exercício de 1953) e 470 (licença verificada na Tesouraria da P. M. de Salinópolis, do qual é acusada Alice de Carvalho Pinto), cujo início de julgamento, na sessão 208.ª, realizada a 16-8-55 foi transferido nos termos da Resolução n. 1.036, de 16-8-55.

Ao ser concedida a palavra ao Auditor, Dr. Armando Dias Mendes, para fazer a exposição nos termos da letra "d" do Ato n. 5, o Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira pede a palavra, pela ordem, e diz: — "Invocando o art. 18, seção I, inciso I, alínea d, do Regimento Interno, juro suspeição por motivo de consciência, para funcionar no julgamento deste processo".

O Dr. Pedro de Oliveira Bentes, advogado de D. Alice de Carvalho Pinto, a seguir, solicita a palavra, pela ordem, e requer fôsse juntada ao processo uma defesa decorrente do relatório do Dr. Auditor, para conhecimento dos Srs. Ministros, pedido que o Ministro Presidente defere.

O Dr. Auditor, Armando D. Mendes, após, solicita a palavra, pela ordem, e diz: — "Permita-me fazer uma rápida consideração, tendo sido eu o Auditor que instruiu e preparou este processo, que é complexo, e devendo me ausentar do Tribunal, a partir do dia 15 do corrente, por período superior a 4 meses, perguntaria se, embora a suspeição do digno Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, seria possível iniciar o julgamento para efeito do relatório". — Mas o plenário achava-se impossibilitado de apreciar o que o Sr. Auditor expusera, por falta de quorum, em razão do Sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira haver declarado, suspeição para funcionar no julgamento dos referidos processos, nos termos do art. 26 do Regimento Interno.

Após, é anunciado o julgamento do processo n. 1.089, relativo à prestação de contas do Instituto Catarina Labouré, das Irmãs de São Vicente de Paulo, por intermédio da Irmã Inês Tupinambá, diretora.

O Auditor, Dr. Armando D. Mendes, nos termos da letra "d" do Ato n. 5, faz a exposição: — "É um dos auxílios concedidos pela lei n. 810, de 10-9-54, este na importância de Cr\$ 24.000,00 ao Instituto "Catarina Labouré", das Irmãs de S. Vicente de Paulo.

Nos termos da letra "d" do Ato n. 5, o Dr. Procurador lê o parecer de fls. 25 dos autos.

O Auditor, Dr. Armando D. Mendes, com a palavra, lê o relatório de fls. 26 a 27 dos autos.

Ainda de acordo com a letra "d" do Ato n. 5, o Sr. Ministro Presidente concede a palavra por 10 minutos ao Dr. Procurador para aduzir novos argumentos ao seu parecer, se quiser. Declara, então, o Dr. Procurador que mantém o parecer de fls.

Igualmente, o Dr. Auditor tem 10 minutos para aduzir novos argumentos, ao seu relatório, se achar necessário. Declara o Dr. Auditor nada ter a acrescentar.

De conformidade com a letra "e" do Ato n. 5, o Sr. Ministro Presidente designa o Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita relator do processo n. 1.089.

Após, o Sr. Ministro Presidente diz que o Dr. Auditor, Armando Dias Mendes, nos autos do processo n. 510, referente à tomada de contas do Sr. Edmundo Chermont, prefeito municipal de Chaves, exercício de 1953, fez a seguinte consulta: — "Sr. Ministro Presidente: a Resolução n. 1.039, revogou a de n. 1.038. Mas esta diz respeito somente às

municipal de Capanema, no exercício financeiro de 1953, representado por seu bastante procurador dr. Aurélio Corrêa do Carmo, consoante o competente mandato, incluso nos autos, opôs embargos, co

soante procuração junta aos

156

deixado expirar o prazo que a Lei lhe outorgou com a cláusula da improrrogabilidade. Esta improrrogabilidade não aceita justificativa para novas dilatações. Qualquer outra interpretação que se queira dar, será mero sofisma, e por isso mesmo, não tem amparo em lei.

Além do mais, esta Procuradoria, entende que a lei n. 603, de 20 de maio de 1953, não deveria ser aplicada nos processos de prestação de contas, relativos ao exercício financeiro do mesmo ano de 1953, por terem eles início em janeiro e a lei ter sido publicada somente em maio. A lei, é claro, não tem efeito retroativo, não podendo assim aproveitar a quem dela se queira utilizar, antes da sua fiel execução.

Esta Procuradoria, é de parecer, sejam os embargos recebidos para efeito de sua apreciação perante o Plenário deste Tribunal.

Quanto ao merecimento constante do recurso, igualmente, é de parecer esta Procuradoria, seja o mesmo submetido a julgamento pelo Plenário, observadas as formalidades de direito.

Belém, 8 de agosto de 1955.
(a) Demócrito Rodrigues de Noronha.

Retornando os autos ao meu poder, a 16 de agosto, proferi novo despacho, na mesma data, assim redigido:

"Admitindo, como relator, os embargos produzidos, nos termos do art. 58 e seu parágrafo único da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, determino o retorno deste processo ao Auditor dr. Armando Dias Mendes, para cumprimento do que estatui, na parte final, o art. 61 da mesma lei".

Em consequência do referido despacho, agasalham os autos estes pronunciamentos:

a) — O dr. Armando Dias Mendes, Auditor, determinou, a 19 de seguinte providência: "Notifique-se o procurador do ex-Prefeito interessado, para que, no prazo de três (3) dias, aduza quaisquer esclarecimentos ou produza novos elementos de convicção porventura julgados úteis".

b) — A Secretaria, a 24, lavrou a certidão que se segue: "Nesta data, compareceu a esta Secretaria o dr. Aurelio do Carmo, que ficou ciente do despacho de fls. 1.119 verso".

c) — Outra certidão lavrou a Secretaria, no dia 29, sendo este o seu texto: "Cumprindo o despacho de fls. 1.119 verso, esta Secretaria notificou o dr. Aurelio do Carmo, procurador do sr. Raimundo Mauricio da Silva Neves, (doc. de fls. 1.113), o qual compareceu a esta Secretaria, ficando ciente da determinação ali contida. Expirado o prazo de três (3) dias, nada mais entregou".

d) — Designou-me o Auditor, no mesmo dia 29, a proferir este laudatório despacho: "Devolvem ao sr. Ministro Relator".

Recebi os autos, nas condições acima referidas, a 30 de agosto.

O prazo para julgamento dos embargos é de quinze (15) dias, consoante o art. 29 do Regimento Interno, visto não mais prevalecer o prazo indicado no art. 53 da citada lei n. 603, restrito ao julgamento da prestação de contas. Na reunião ordinária do dia 13, submeti o feito ao pronunciamento do Plenário, dentro do prazo regimental; mas não havendo quorum, foi o julgamento adiado para hoje.

Alegou o interessado, como preliminar, que

"Sendo a referida lei n. 603, de 20 de maio de 1953 e referindo-se o presente processo ao exercício financeiro de 1953, afigura-se incabível o procedimento desse Tribunal apreciando contas relativas ao mencionado período.

Ainda, dispondo a lei n. 603, já citada, que organizou o Tribunal de Contas do Estado, no art. 44, § 1.º:

"No caso de contas dos Prefeitos Municipais, o Tribunal terá o prazo improrrogável de seis meses para julgamento".

Óbvio é que as contas dos embargantes estão tacitamente aprovadas, posto que esse prazo fatal de seis meses foi, de há muito, excedido sob qualquer aspecto que se o encare.

Desse silêncio do Tribunal de Contas é de concluir-se o reconhecimento pelo mesmo de boas as contas do embargante. Argumentação em contrário constituirá sofisma, sem qualquer amparo legal e contra a boa hermenêutica.

O que se afigura incabível não é o procedimento deste Tribunal, julgando as contas dos Prefeitos Municipais, referentes ao exercício de 1953, MAS, sim, a preliminar suscitada.

A lei n. 603, de 20 de maio de 1953, entrou em vigor, consoante o art. 74, na data de sua publicação: 23 de maio de 1953.

Não sendo lícito a ninguém escusar-se de cumprir a lei, alegando que não a conhece (art. 3.º da Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro) e tendo o próprio Governador do Estado cumprido as determinações da referida lei n. 603, relativamente à sua prestação de contas, no ano de 1953, perante esta Corte, cai pela base um dos frágeis argumentos tecidos na preliminar.

Salientou, ainda, o interessado que ante o silêncio do Tribunal de Contas é de concluir-se o reconhecimento pelo mesmo de boas as contas do embargante.

Pode ter havido silêncio num processo que se condensa em três (3) volumes, com o total de 1.120 folhas ou 2.240 páginas.

O argumento nem deverá ser comentado.

Quanto ao prazo improrrogável de seis (6) meses, concedido ao Tribunal para julgamento das contas dos Prefeitos, esta Corte já decidiu que esse prazo se refere exclusivamente aos atos internos. O Auditor, a Secretaria, a Seção de Tomada de Contas e dr. Procurador e o Juiz relator utilizaram, neste processo, 5 meses e 20 dias, como atestam os autos. Não foi, por conseguinte, excedido o prazo improrrogável de 6 meses.

Entretanto, deve ser posta em realce a culpa evidente do Prefeito na morosa formação do processo, pois ele não respeitou os prazos legais, nem atendeu com presteza e exatidão as diligências levadas a efeito.

A preliminar, como se vê, não tem fundamento. Encontra-se nas mesmas condições das que foram levantadas nos embargos que constam dos processos ns. 59 e 279 e cujos Acórdãos, considerando não provados os embargos, negaram precedência à respectiva preliminar.

Ocorre, ainda, que, nos precisos termos do parágrafo único, art. 44, da lei n. 603, o prazo improrrogável de seis (6) meses é destinado ao julgamento e não à formação do processo. Marca o seu início a entrega dos autos ao Tribunal pelo Auditor. Não poderá esta Corte utilizar, em novas diligências, que o juiz relator, achar por bem requerer, prazo superior a seis (6) meses, e quando a instrução ficar definitivamente ultimada, o relator terá o prazo improrrogável de dez (10) dias, consoante o art. 53, para submeter o feito a julgamento, sob pena de responsabilidade.

Submetendo, neste instante, a preliminar levantada ao julgamento do Plenário, recusa-a por falta de amparo legal.

O sr. Ministro Presidente, então, colhe o voto do plenário em torno da preliminar levantada.

Voto do Sr. Ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "Considero-me impedido, por motivo de consciência".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Não havendo o responsável cumprido a sua obrigação, ou seja, o que dispõe expressamente o art. 44 da lei n. 603, de 20/5/53, não pode, a nosso ver, invocar a prescrição de direito deste Tribunal, para com o ato. Nego, por este motivo, a preliminar levantada".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "Nego".

Unanimemente, dessa forma, foi rejeitada a preliminar, e o Sr.

Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira prossegue com a palavra e conclui o seu voto: "Na discussão do mérito, o interessado, em vez de argumentar com serenidade, fundamentando, solidamente as razões consideradas como a frotaleza de seu direito. Lançou-se contra este Tribunal, articulando censuras pueris e sem eficácia para a defesa.

Tudo quanto o interessado atribuiu a esta Corte representa um grito da sua própria consciência, em virtude de não ter cumprido o seu dever.

A prova de que o Auditor exerceu, integralmente, as suas atribuições, dando fiel execução ao que dispõem os arts. 40 e 51 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, está no avantajado bôjo dos autos, com o total de 1.120 folhas, mosquitos, através de três (3) volumes, que, através de três (3) volumes, difere a sociedade, inúmeras divergências.

Faltoso revelou-se, nisto sim, o sr. Raimundo Mauricio da Silva Neves, não respeitando os prazos legais, contidos nos arts. 36 e 44 da citada lei n. 603; não enviando, como era de sua obrigação, todos os documentos especificados no parágrafo único do art. 36; não justificando as várias irregularidades apontadas no curso da instrução: não atendendo à citação feita, em Edital, pela Presidência desta Corte, a fim de oferecer defesa prévia.

A Seção de Tomada de Contas relacionou, de fls. 1.063, a 1.065, diversas irregularidades, que não foram sanadas, além de acrescentar o seguinte:

"Necessário se torna destacarmos que estão faltando todos os documentos estabelecidos no parágrafo único do art. 36 da lei n. 603 que foram solicitados pelo dr. Auditor (ofício às fls. 40), bem como as informações sobre a discriminação da Receita extraorçamentária e de Restos a Pagar".

O Auditor, dr. Armando Dias Mendes, em seu Relatório, às fls. 1.070, pronunciou-se, a respeito deste modo:

"Em 10 do mesmo mês (fevereiro do corrente ano (1955) constatando que os documentos aludidos no pronunciamento da S. T. C., já tinham sido todos requeridos sem êxito, e em face do tempo já decorrido, solicitamos a manifestação do douto representante do Ministério Público (fls. 1.065 verso)".

Aduziu, em seguida, às fls. 1.071: "Não vieram, porém, os documentos referidos no parágrafo único, art. 36, da lei n. 603, bem como os demais reclamados por esta Auditoria: Orçamento, leis de créditos adicionais, Código Tributário, informações sobre quotas recebidas dos governos da União e do Estado, discriminação de Restos a Pagar", id. da Receita extraorçamentária.

O administrador de Capanea não cumpriu o disposto no art. 44 da lei n. 603.

Pela conferência dos Balanços mensais a S. T. C., apontou dois erros nos lançamentos da despesa com a consignação de "Melhoramento e Defesa de Rios e Terrenos Marginais" (Código 8.4.8.8.4) e a da consignação "Diversos — Encargos Diversos" (Código 9.6.8.9.9), onde foram anotadas, respectivamente, despesas a mais no valor de Cr\$ 500,00 e no valor de Cr\$ 7.882,10".

O douto Ministro Mário Nepomuceno de Sousa, por sua vez, afirmou no texto do seu voto, às fls. 1.080 e 1.081 dos autos:

"Dos doze documentos exigidos pelo parágrafo único do art. 36 da lei n. 603, documentos básicos à instrução da prestação de contas anual, é de se salientar que nenhum deles se encontra no bôjo do processo, inclusive o próprio Balanço Geral do exercício. Agora tudo isso, registre-se, ainda, a completa ausência de outros documentos essenciais à verificação da legalidade da receita e das des-

pesas movimentadas".

Todo esse conjunto realça, nitidamente, a falta que praticou, de consciência, o mencionado gestor municipal bem como faz com que prepondera a sua responsabilidade. Se ele fugiu à apresentação de documentos essenciais à verificação da legalidade da receita e das despesas movimentadas, apesar de previstos na lei n. 603 e de reclamados pelo Auditor, incorreu, sem dúvida, nas cominações legais.

O Acórdão embargado é claro e persuasivo, caracterizando a síntese da decisão, cujo maior esclarecimento se encontra no Relatório do Auditor e nos votos dos julgadores.

Reflete-se nele tudo quanto acima está citado, pois o sr. Raimundo Mauricio da Silva Neves foi enquadrado na sanção do inciso V, art. 38, e nas cominações do art. 54, tudo da lei n. 603, "por não terem sido apresentados, em tempo hábil, todos os documentos e comprovantes exigidos pela Auditoria, para completar a instrução do processo, e por não ter o mencionado gestor municipal atendido a citação que lhe fez o presidente desta Corte, para apresentar defesa, consoante o art. 52 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, tendo por base o valor dos pagamentos feitos sem autorização legislativa e sem comprovação legal e as irregularidades apontadas pela Seção de Tomada de Contas, o que foi objeto de apreciação no Relatório do dr. Auditor e no próprio voto do sr. Ministro Relator".

O embargante, cingindo-se, através de seu advogado, a criticar os atos desta Corte, nada produziu, conforme preceitua o parágrafo único, art. 58, da lei n. 603, que justificasse a "necessidade de ser sanada qualquer omissão, obscuridade ou contradição da sentença".

Dessa forma, julgo não provados os embargos".

Voto do sr. Ministro Mário Nepomuceno de Sousa: — "Os embargos opostos nada esclarecem e nada provam. E, se nada esclarecem e nada provam, não há como conhecê-lo até mesmo na razão direta do voto que proferi no julgamento inicial do feito".

Voto do sr. Ministro Presidente: — "De acordo".

Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente
Elmiro Gonçalves Nogueira
Relator

Mário Nepomuceno de Souza
Fui presente, Demócrito Rodrigues de Noronha

ACÓRDAO N. 816
(Processo n. 420)

Embargante — Tenente Coronel Anibal Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, no exercício financeiro de 1953.

Embargado — O venerando Acórdão n. 671, de 12 de julho de 1955.

Relator — Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o Tenente Coronel Anibal Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, no exercício financeiro de 1953, após embargos, infringentes do julgamento, com fundamento nos arts. 56 e 58 e seu parágrafo único da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, ao venerando Acórdão n. 671, de 12 de julho do corrente ano (1955), publicado no "Diário da Assembleia" n. 385, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 17.958, de 19 do referido mês, a fim de ser reconhecido a quitação a seu favor pela respectiva Câmara Municipal, tendo sido interposto o recurso com a petição de 29 de julho, nessa data entregue e protocolada no Tribunal, às fls. 176 do Livro n. 1, sob o número de ordem 787:

ACÓRDAM os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do Ministro Mário Nepomuceno de Souza, julgando não provados os embargos.

As razões do julgamento constam dos autos e da respectiva ata.

Belém, 16 de setembro de 1955.
— (aa) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente — Elmiro Gonçalves Nogueira, Relator — Lindolfo Marques de Mesquita — Mário Nepomuceno de Souza — Fui presente, Demócrito Rodrigues de Noronha.

Voto do sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira — Relator: — "O Tenente Coronel Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, no exercício financeiro de 1953, tendo sido enquadrado, por esta Corte, nas comissões do art. 54 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, em consequência de lhe haver sido aplicada a sanção do art. 38, inciso V, da mesma lei, interpôs recurso da sentença que definiu a sua responsabilidade.

Voltando a fim os autos nesta outra fase do processo, consoante, o despacho do exmo. sr. dr. Ministro Presidente, a 2 de agosto último, por sido eu, antes, o juiz relator, assim determinei, inicialmente, no dia 4:

"De acordo com o art. 61, parte inicial, da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, informado, pela Secretaria, se o recurso deu entrada no prazo legal e ouvido em seguida, o dr. Procurador, voltem os autos para final despacho".

A Secretaria esclareceu, no mesmo dia 4, que o recurso fora interposto no prazo legal.

O ilustre Procurador, dr. Demócrito Rodrigues de Noronha, por sua vez, emitiu, nos autos, a 8 de agosto o seguinte parecer:

"O presente processo de prestação de contas da Prefeitura do Município de Vizeu, depois de seguir o seu curso regular e de ser levada a efeito a verificação da escrita da mencionada Prefeitura na sede do próprio Município, conforme relatório de fls. 183 a 185, foi levado à apreciação do Douto Plenário deste Tribunal o qual, pelo Respeitável Acórdão n. 671, relatado pelo sr. Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira, concluiu da seguinte forma: "Fica o sr. Tte. Cel. Anibal Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, no exercício financeiro de 1953, enquadrado nas cominações do art. 54, da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953, em consequência da responsabilidade acima determinada".

Não conformado com a respeitável decisão do Egrégio Tribunal, o Prefeito interessado apresentou embargos infringentes ao Acórdão, acompanhado de documentos de fls. 537 a 542.

As razões dos embargos tem perfeitamente amparo na Lei que permite o recurso, razão por que esta Procuradoria, opina pelo recebimento dos mencionados embargos, de forma a serem eles decididos no seu merecimento por esta Colenda Corte de Contas".

No dia 16, retornaram os autos ao meu poder, tendo eu, na mesma data, proferido este despacho:

"Admitindo, como relator, os embargos produzidos nos termos do art. 58 e seu parágrafo único da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, determino o retorno deste processo do Auditor, dr. Armando Dias Mendes, para cumprimento do que estatui, na parte final, o art. 61 da mencionada lei".

Coube ao dr. Auditor, a 19, manifestar-se deste modo:

"Notifique-se o ex-Prefeito interessado para que, no prazo de três (3) dias, aduza quaisquer esclarecimentos, que repute úteis".

Feita a notificação, o embargante compareceu a esta Corte, confessando-se de acordo, somente a 8 de setembro corrente, por se encontrar em Capanema.

A Secretaria, em seguida, certificou o seguinte:

"Nesta data, compareceu a esta Secretaria o sr. Anibal Augusto Freire, ex-Prefeito de

Vizeu, que declarou haver recebido, em data de 6 de setembro corrente, o ofício n. 464/55, de 30 de agosto, que lhe foi dirigido pelo exmo. sr. Ministro Presidente.

Ciente dos seus termos, declarou ainda não ter quaisquer esclarecimentos a aduzir ou apresentar novos documentos, a não ser o Alvará de Quitação da Câmara Municipal de Vizeu, referente ao ano de 1954.

Em firmeza do que aqui está dito, assinou comigo este termo.

O Auditor, no dia 9, lavrou, nos autos, este laconico despacho:

"Devolver os autos ao sr. Ministro Relator".

Recebi-os, nas condições mencionadas a 10 de setembro corrente. O prazo para julgamento dos embargos é de 15 dias, segundo o art. 29 do Regimento Interno, visto não mais prevalecer o prazo indicado no art. 53 da citada lei n. 603, restrito ao julgamento da prestação de contas, Na reunião ordinária do dia 13, submeti o feito à decisão do Plenário, três (3) dias após o preparo dos embargos; mas não havendo quórum, foi o julgamento adiado para hoje.

O Tenente Coronel Anibal Augusto Freire fundamentou os embargos — infringentes de julgamento — nos arts. 56 e 58 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953. Diz o art. 56:

"Das sentenças do Tribunal de Contas, nos processos de Tomadas de Contas, só são admissíveis aos seguintes recursos, ambos com efeito suspensivo: a) embargos; b) revisão".

Esclarece o art. 58:

"Os embargos devem ser produzidos mediante petição e podem ser infringentes de julgamento, ou de declaração. Parágrafo único: Os embargos infringentes se fundam em pagamento ou quitação da quantia fixada como alcance, e os de declaração na necessidade de ser sanada qualquer omissão, obscuridade ou contradição na sentença".

Os embargos produzidos pelo recorrente são infringentes de julgamento.

Eis o teor do Acórdão embargado, cuja publicação consta do "Diário da Assembléia" n. 385, anexo ao DIÁRIO OFICIAL n. 17.953 de 19 de julho do corrente ano (1955):

Acórdão n. 671 — Processo n. 420.

Requerente — Tenente Coronel Anibal Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, durante o exercício financeiro de 1953.

Relator — Ministro Elmiro Gonçalves Nogueira.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que se referem a prestação de contas do tenente coronel Anibal Augusto Freire, Prefeito Municipal de Vizeu, relativamente ao exercício financeiro de 1953:

Acórdam os juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, contra o voto do ministro Mário Nepomuceno de Souza e sem a participação no julgamento do Ministro Lindolfo Marques de Mesquita, que jurou suspeição, considerar o mencionado gestor municipal enquadrado nas cominações do art. 54 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, pois foi apurada a sua responsabilidade nas atitudes seguintes: I — o saldo de quinhentos e trinta e dois mil oitocentos e setenta e um cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 532.871,10), que deveria apresentar-se, todo ele, em dinheiro acusa, apenas, trezentos e vinte e cinco mil setecentos e sessenta e sete cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 325.767,80), em moeda corrente, não tendo sido, po-

rém, exibida, nos autos, a competente prova de que, realmente, essa importância consta na espécie os restantes duzentos e sete mil cento e três cruzeiros e vinte centavos (Cr\$ 207.103,20), foram destinados a pagamentos sem autorização legislativa; II — A quota do Imposto Sobre a Renda, no valor de seiscentos e um mil duzentos e vinte e um cruzeiros e quatrocentos centavos (Cr\$ 601.221,40), abrangendo o exercício de 1953 e restos de 1950 e 1951, que constitui Receita Especial, de acordo com o Regulamento Geral de Contabilidade Pública, e que tem destino certo, pelo menos quanto a 50: do valor recebido, consoante o art. 15, § 4.º, da Constituição Federal, acusou o pagamento de cento e vinte e quatro mil trezentos e vinte e nove cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 124.329,30), não consignando, entretanto, a prestação de contas a diferença de quatrocentos e setenta e seis mil oitocentos e noventa e dois cruzeiros e dez centavos (Cr\$ 476.892,10), que deveria existir em dinheiro; III — Despesas Orçamentárias, sem comprovação, cento e setenta e seis mil setecentos e sessenta cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 176.760,30) IV — Despesas Extraorçamentárias, sem autorização legislativa e sem comprovantes, seiscentos e oito mil seis cruzeiros e trinta centavos (Cr\$ 608.006,30).

O relatório do feito e as razões do julgamento constam dos autos e das respectivas atas, lavradas a 15 e 22 de março e nesta data.

Belém, 12 de julho de 1955.
— (aa) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente — Elmiro Gonçalves Nogueira, Relator — Adolfo Burgos Xavier e Mário Nepomuceno de Souza — Fui presente, Demócrito Rodrigues de Noronha.

Reproduzo, a seguir o texto da petição do embargante, assinada a 29 de julho do corrente ano (1955) e nessa mesma data entregue e protocolado no Tribunal às fls. 176 do Livro n. 1, sob o número de ordem 787:

"Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Pará Anibal Augusto Freire, ex-prefeito municipal de Vizeu, não se conformando, data venia, com o respeitável acórdão n. 671 proferido no processo n. 420, desse Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, vem opor ao mesmo acórdão os embargos infringentes anexos, cuja juntada ao processo requer a V. Excia., com as formalidades legais, o que faz com fundamento nos arts. 56 e 48 da lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

Términos em que pede deferimento.

Belém, 29 de julho de 1955.
— (a) Ten. Cel. Anibal Augusto Freire.

"Por embargos infringentes ao acórdão n. 671, proferido no processo n. 420 do Tribunal de Contas do Estado do Pará, diz Anibal Augusto Freire, ex-prefeito municipal de Vizeu, por esta e melhor forma de direito, o seguinte:

E. S. N.

Provará:

1.º — Que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Pará, julgando o processo n. 420, houve por bem julgar o embargante incurso na sanção do art. 54 da lei n. 603 de 20 de maio de 1953, contra o voto do exmo. sr. Ministro Mário Nepomuceno de Souza. Mas o art. 54 da citada lei não define nem cria qualquer forma de responsabilidade, mas simplesmente, estabelece normativa-

mente o processo a ser observado na execução das decisões condenatorias. E o seu próprio texto:

"Art. 54. Quando a sentença concluir pela condenação dos responsáveis, ser-lhes-á assinado o prazo de trinta dias a fim de entrarem com a importância do alcance, sob pena de alienação administrativa da caução, cobrança executiva e demais medidas securatórias para indenização à Fazenda Pública".

Como se vê, essa disposição não define, nem cria, qualquer figura de responsabilidade. Manda observar um rumo na execução da condenatória, que deverá ter outro fundamento que não esse do referido art. 54. Aliás,

3.º — Que, falando o art. 54 em "alcance", será necessário, então que houvesse sido apurado contra o embargante a real e efetiva existência de alcance, isto é, desvio criminoso de dinheiro público, subtração, desfalque.

Ora, da própria exposição do voto vencedor do exmo. sr. Ministro Elmiro Nogueira, se verifica não ter sido apurado contra o embargante qualquer alcance. A sua responsabilidade estaria caracterizada pelo fato de terem sido encontradas despesas feitas sem prévia autorização legislativa. O fato de um administrador dispendir acima dos limites da dotação orçamentária respectiva não pode em absoluto ser equiparado a alcance. O alcance é a subtração do dinheiro, o seu desvio, a sua não aplicação, ao passo que a despesa não autorizada não perde em absoluto a sua característica de despesa, embora possa ocorrer a irregularidade da falta de autorização legislativa. Mas, mesmo assim,

4.º — Que, como se vê do relatório da autoria da secretaria da Prefeitura de Vizeu, d. Olga Ramos de Oliveira, as despesas excedentes do exercício de 1953 foram cobertas por créditos aprovados pela Câmara Municipal de Vizeu em 1954, de sorte que qualquer omissão porventura existente no exercício de 1953 terá sido corrigida no decorrer de 1954. Diz o nobre Ministro vencedor que não se devem misturar atos legislativos do exercício de 1954 com a execução orçamentária do exercício de 1953. Mas não se pode deixar de atentar o fato que, embora aprovados em 1954, os créditos que vieram legalizar as despesas excedentes efetuadas em 1953, se referem expressamente ao exercício de 1953. Acresce a circunstância, digna de toda referência, de haver o embargante recebido a quitação da Câmara Municipal de Vizeu, através de alvará que anexa a este embargos, de sorte que qualquer excesso cometido pelo poder executivo municipal estaria ipso facto aprovado pela Câmara Municipal, e satisfeita, embora a posteriori, a exigência legal de colaboração dos dois poderes na aplicação da receita pública. Além disso,

5.º — Que sendo a lei estadual n. 603 datada de maio de 1953, quando ia em meio a execução orçamentária do exercício de 1953, só poderia ela ser aplicada ao embargante no exercício de 1954, pois do contrário estaríamos, em meio ao exercício, aplicando retroativamente essa lei, o que não é possível, em se ao que expressamente dispõe a Constituição Brasileira que assegura as leis vigência ad futurum e nunca ad preteritum. Ainda,

6.º — Que não tendo sido apurado contra o embargante qualquer alcance, não é possível que seja ele julga-

Em síntese comparativa:			
Receita prevista	762.800,00	Despesa fixada	762.800,00
Receita arrecadada	1.530.506,60	Despesa efetuada	1.055.676,44
Arrecadado a mais	767.706,60	Dispendido a mais	292.876,44

Como se vê, o superavit financeiro, espelhado no saldo de Cr\$ 481.228,98 que passou para 1954, é digno de menção especial, tanto mais se atentarmos para o saldo do exercício de 1952, que não foi além da pequena cifra de Cr\$ 6.398,20.

Esclareça-se ainda, por curial, que a despesa a mais no total de Cr\$ 292.876,44, foi efetuada com base nos créditos adicionais abertos no decorrer do exercício, consoante as leis que os autorizaram, sendo que algumas delas, muito embora relacionadas aos respectivos números de ordem, não se fez a devida juntada aos autos.

A prestação de contas, é certo, no seu exame, denuncia erros, vícios e irregularidades, algumas de forma, outras de fundo, para bem usar a expressão de Auditoria.

Porém, as folhas de técnica contábil, os defeitos resultantes de uma concepção restrita aos princípios gerais da administração pública; as omissões e não as ações atentatórias à letra rígida das leis, tudo isso deve ser levado à conta de circunstâncias ponderáveis, entre elas, por excelência, a do pessoal que serve ao município que não sendo técnico e nem especializado, muito pouco se pode exigir dele, já que não é possível exigir muito de quem pouco lida com a multiplicidade das regras de contabilidade e administração pública.

O essencial, é saber se a receita foi arrecadada basicamente, corretamente, e se a despesa foi realizada com exatidão, honestidade e decência, isto é, no positivo e justo sentido dos interesses públicos.

E no caso sub-judice, a despesa efetuada no quantitativo certo de Cr\$ 1.055.676,44, encontra irrepreensível correspondência nos documentos comprobatórios de fls. 40 a 3.081, ressalvado, é claro, as irregularidades expressas em diferenças recebidas e não recolhidas, no total de Cr\$ 214,00, e de responsabilidade exclusiva dos funcionários indicados às fls. 1.113 dos autos.

Apenas um fato, que reputamos grave, deixa em suspenso a probidade administrativa do prefeito de Itupiranga, qual seja o que diz respeito à não contabilização da importância concernente à contribuição do Fundo Rodoviário Nacional, desde que da relação fornecida pelo Departamento de Estrada de Rodagem, a este Tribunal, consta o pagamento da quantia de Cr\$ 60.548,30 feito à Prefeitura de Itupiranga, durante o exercício de 1953.

A ocorrência, está visto, é grave, como grave entendemos ser as anormalidades funcionais assinaladas, pois, para nós, é sempre grave todo e qualquer ato que importe em prejuízo à fazenda pública.

E uma vez que os responsáveis, citados em forma para apresentarem a defesa prescrita em lei, não o fizeram, é inconteste a responsabilidade do prefeito Odilmar Maciel Barreto, pela importância de Cr\$ 60.548,30 recebida do Fundo Rodoviário Nacional e não contabilizada, como inconteste é a responsabilidade dos funcionários relacionados às fls. 3.113, pelas respectivas importâncias indicativas, tudo em consequência das anormalidades apontadas neste processo de prestação de contas, de onde enquadrá-los nas combinações do art. 54 da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo com o voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — "A clareza do voto proferido, em o qual o sr. ministro relator mostrou que as únicas irregularidades e alcançadas verificadas nas contas importaram nas quantias por ele deter-

minadas, leva-me a confiar no valor comprobatório desse voto. Sim, to-me à vontade para acompanhá-lo, pois, ante o estudo metódico que fez, inclusive de comprovantes das despesas, outra solução não pode haver senão a de retificar as conclusões do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa".

Voto do sr. ministro presidente: — "De acordo".
Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente
Elmiro Gonçalves Nogueira
Relator
Mário Nepomuceno de Sousa
Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

ACÓRDÃO N. 818 (Processo n. 921)

Requerente — Dr. Aníbal da Silva Marques, então respondendo pelo exp. da Secretaria de Estado de Saúde Pública, correspondente ao auxílio concedido pelo Governo do Estado em 1954.
Relator — Ministro Mário Nepomuceno de Sousa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos em que o dr. Aníbal da Silva Marques, então respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Saúde Pública, apresentou a esta Corte, através da Secretaria de Estado de Finanças, consoante o ofício número 173/55, de 28 de março do corrente ano (1955), somente entregue a 31 quando foi protocolado às fls. 131 do Livro n. 1, sob o número de ordem 410, e nos termos da lei n. 603, de 20 de maio de 1953, para o devido julgamento, os comprovantes do auxílio recebido, no ano de mil novecentos e cinquenta e quatro (1954) do Governo do Estado, no valor de trinta e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 35.000,00), conforme a lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, e as dotações no valor de um milhão e setecentos mil cruzeiros (Cr\$ 1.700.000,00), consignados na lei n. 683, de 5 de novembro de 1953, que orçou a Receita e fixou a Despesa para o exercício financeiro de 1954, verba Secretaria de Estado do Interior e Justiça, rubrica Fundo Estadual do Serviço Social, Tabela n. 38, consignação Despesas Diversas (Plano Estadual de Assistência Social).

ACORDAM os Juizes do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, aprovar, como o aprovada fica, a prestação de contas feita pelo dr. Aníbal da Silva Marques, então resp. pelo exp. da Secretaria de Estado de Saúde Pública, relativamente ao mencionado auxílio, expedindo-se-lhe, por intermédio da presidência do Tribunal, o competente Alvará de quitação.

O relatório do feito e as razões do julgamento constam dos autos e da respectiva ata.

Belém, 16 de setembro de 1955
(a.a.) Benedito de Castro Frade, Ministro Presidente; Mário Nepomuceno de Sousa, Relator; Lindolfo Marques de Mesquita, Elmiro Gonçalves Nogueira.

Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

Voto do sr. ministro Mário Nepomuceno de Sousa — Relator: — "A espécie dos autos configura a prestação de contas da Secretaria de Saúde Pública, correspondente ao auxílio de Cr\$ 35.000,00, recebido do Estado no exercício de 1954.

O exame do assunto, em síntese, revela que a cifra acima apontada relaciona-se com os auxílios concedidos aos Lactários de Bragança e Arariúna pela Lei n. 810, de 10 de setembro de 1954, e no valor, respectivamente, de Cr\$ 20.000,00 e de Cr\$ 15.000,00. Tais Lactários porém, se instituídos e mantidos pelo Estado, não haviam como figurar na relação

especificadora da lei n. 810, sem incorrer num ato oposto à razão, eis que o raciocínio e a lógica repelem, por inadmissível, que o Estado estabeleça um auxílio para o próprio Estado.

Em caso contrário e se o auxílio foi recebido pelos Lactários em referência a estas instituições é que competia prestar as contas a que estavam obrigados, ex-vi da Lei n. 603, de 20 de maio de 1953.

A verdade, todavia, é que a prestação de contas foi feita pela Secretaria de Saúde Pública, e isso por se tratar, positivamente, de seções ou órgãos daquela Secretaria, tanto assim que os comprovantes da aplicação do auxílio concernente ao Lactário de Bragança, são caracterizados, na sua quase totalidade, por folhas de pagamento de vencimentos do pessoal ali lotado.

Convém esclarecer que a importância relativa ao auxílio concedido ao Lactário de Arariúna, deixou de ser aplicada no exercício de 1954, por se encontrar o mesmo sem funcionamento, de onde, como se vê às fls. 17 dos autos, o recolhimento dessa importância ao Departamento de Despesa da Secretaria de Economia e Finanças.

Reconhecemos que as leis, na plenitude de sua vigência, encerram mandamentos que não podem ser recusados. Nada obstante, impõe-se fixar certas facetas da matéria, à luz dos preceitos que a disciplinam.

Não há discutir, que a Lei n. 603, de 20 de maio de 1953 — art. 15, inciso IV e artigo 38 inciso I — definiu como de competência deste Tribunal o ato de fiscalizar e julgar, originariamente ou em grau de recurso a aplicação dos auxílios e subvenções concedidos pelo Estado.

A ação do Tribunal, portanto, é legítima e perfeita, no que tan-

ge ao direito de deliberar sobre a aplicação dos favores de caráter estatal, regularmente instituídos.

Todo aquele, pessoa natural ou jurídica, que receber importância em dinheiro como auxílio ou subvenção, da sua aplicação está sujeito a prestar contas a este Tribunal.

Tratando-se no caso, por esdrúxulo que seja, de um auxílio concedido pelo Estado, impunha-se a prestação de contas da quantia recebida, no seu exato valor.

E a Secretaria de Saúde Pública nada mais fez do que se descobriu de um dever legal, já que recebeu e tinha sob sua guarda a administração dos Cr\$ 35.000,00, total dos auxílios concedidos pela lei n. 810, para os Lactários de Bragança e Arariúna.

Por sua vez, os documentos de fls. 6 a 17 e as demais peças que se enfileiram nos autos, firmando a exatidão das contas apresentadas, desautorizam outro pronunciamento que não seja o de julgá-las boas, como de fato julgamos, para produzir os efeitos determinados em lei.

E' o nosso voto".
Voto do sr. ministro Lindolfo Marques de Mesquita: — "De acordo".

Voto do sr. ministro Elmiro Gonçalves Nogueira: — Apoio a aprovação das contas no voto do sr. ministro relator".

Voto do sr. ministro presidente: — "De acordo".

Dr. Benedito de Castro Frade
Ministro Presidente

Mário Nepomuceno de Sousa
Relator

Lindolfo Marques de Mesquita
Elmiro Gonçalves Nogueira

Fui presente — Demócrito Rodrigues de Noronha.

ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Diretoria do Ensino Superior

FACULDADE DE MEDICINA E CIRURGIA DO PARÁ

Concurso para professor catedrático de clínica neurológica

De ordem do Senhor Diretor desta Faculdade, Professor Doutor José Rodrigues da Silva Netto, comunico ao único candidato inscrito, médico Pedro Nicolau Gonçalves Santos Rosado e a quem interessar possa, que o Conselho Técnico-Administrativo escolheu a Congregação homologou, a indicação dos Professores Paulino Watt Longo, da Escola Paulista de Medicina, Washington Ferreira Pires, da Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, e Jarbas Pernambucano de Melo, da Faculdade de Medicina da Universidade do Recife, estranhos ao corpo docente desta

Faculdade, para, juntamente com os Professores Doutores Antonio Porto de Oliveira e José Rodrigues da Silveira Netto, da Congregação da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, constituírem a comissão julgadora do concurso para Professor Catedrático de Clínica Neurológica.

Outrossim dou ciência que o mesmo Conselho Técnico-Administrativo marcou o dia vinte e oito (28) de novembro próximo às oito (8) horas para o início das provas.

Secretaria da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, Belém, 20 de julho de 1955.
Izolina Andrade da Silveira, oficial administrativo K, Secretário.

Visto:

Prof. Dr. José da Silveira
— Diretor.

(Ext. — 22/7, 23/8, 24/9, 25/10 e 26/11)